



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FERNANDA DOS SANTOS DA COSTA

**UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE
ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE
SOROCABA FRENTE À PANDEMIA**

LONDRINA
2023

FERNANDA DOS SANTOS DA COSTA

**UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE
ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE
SOROCABA FRENTE À PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

LONDRINA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C837xu Costa, Fernanda dos Santos da .

Um estudo sobre as condições de trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS do município de Sorocaba frente à pandemia / Fernanda dos Santos da Costa.- Londrina, 2023.

158 f. : il.

Orientador: Melissa Ferreira Portes.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social - Tese. 2. Política de Assistência Social - Tese. 3. Condições de Trabalho - Tese. 4. Pandemia - Tese. I. Portes, Melissa Ferreira . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 3

FERNANDA DOS SANTOS DA COSTA

**UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE
ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE
SOROCABA FRENTE À PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Melissa Ferreira Portes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dra. Mabel Mascarenhas Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dra. Lélica Elis Pereira de Lacerda
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Londrina, 14 de agosto de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de terminar esta pesquisa com saúde, mesmo em meio a uma pandemia que ceifou tantas vidas e sonhos. Meu respeito e profundo sentimento às famílias que perderam seus entes queridos.

À minha orientadora, Professora Dra. Melissa Ferreira Portes, por não ter desistido de mim e do meu projeto, por maiores que tenham sido as dificuldades que enfrentei nesse processo.

Aos membros da Banca Avaliadora, Prof^a. Dra. Lélica Elis Pereira de Lacerda e a Prof^a. Dr^a. Mabel Mascarenhas Torres, por contribuírem com meu projeto de qualificação e me apontarem horizontes que, inicialmente, eu não havia deslumbrado.

À minha mãe, Laurita Santos, por me apoiar nesse processo. Agradeço ao meu esposo Gilmar Costa e à minha filha Larissa Costa pela compreensão, pelas ausências e por sempre confiarem em meu potencial.

À minha irmã, Eliane Antunes, e ao meu cunhado, João Honório, por me apoiarem e me encorajarem a seguir frente aos desafios.

À todas/os as/os amigas/os que sempre me incentivaram a ingressar na Pós-Graduação, quando nem eu mesma pensava nessa possibilidade. Agradeço sobretudo às colegas de profissão Juliana Brito, Priscila Albuquerque e Williana Angelo por me auxiliarem no processo de inserção na Pós-Graduação.

Aos meus colegas de classe pelos conhecimentos partilhados, em especial à Ana Karina Pansanato, Daniele Moro e Mario Venerando: não tenho palavras suficientes para expressar o quanto fizeram a diferença em minha trajetória acadêmica.

À Denize Silva e ao Patrick Garcia pelas reflexões tão necessárias, por me acolherem nos momentos de fragilidades e pelo apoio em todo período em que estive residindo em Londrina.

Agradeço as/aos assistentes sociais colegas de profissão, que participaram da pesquisa proposta, especialmente aos que dispensaram tempo para que eu pudesse realizar as entrevistas. Aos professores e servidores do PPGSER que, direta ou indiretamente, contribuíram para meu crescimento profissional e pessoal.

Meu muito obrigada!

COSTA, Fernanda dos Santos da. **Um estudo sobre as Condições de Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS do Município de Sorocaba frente à pandemia.** 2023. 158 fls. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

A dissertação ora apresentada é resultado da pesquisa desenvolvida na área de Serviço Social, cujo objeto foram as condições de trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS do município de Sorocaba - SP. O problema da pesquisa analisou as condições de trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS do município de Sorocaba. Para tanto, identificou-se como se deram as condições de trabalho das/os assistentes sociais nos CRAS durante os dois primeiros anos de pandemia. A metodologia foi composta por passos metodológicos, a saber: o primeiro passo foi a revisão bibliográfica sobre a pandemia e as condições de trabalho da/o assistente social nos CRAS. O segundo passo foi a pesquisa de campo, organizada em dois momentos: a pesquisa documental através do levantamento *online* dos documentos que orientaram o exercício profissional da/o assistente social no contexto da pandemia, e documentos institucionais digitais como primeira etapa da pesquisa. A segunda fase consistiu no contato telefônico com as/os assistentes sociais dos CRAS da prefeitura de Sorocaba, selecionando profissionais que atuaram na ação direta com as/os usuárias/os dos CRAS no período de 2020 a junho de 2022. Apresentou-se a proposta metodológica que seria empregada nos encontros para os 06 (seis) sujeitos que haviam aceitado e acordado com o agendamento para entrevistá-las/os. O terceiro passo metodológico ocorreu por meio da pesquisa envolvendo os sujeitos. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista individualizada com as/os profissionais que atuaram na ação direta com as/os usuárias/os dos CRAS no período de 2020 ao primeiro semestre de 2022. Por meio de pesquisa, identificaram-se as condições de trabalho da/o assistente social nos CRAS, em Sorocaba. A pesquisa evidenciou como as condições de trabalho da/o assistente social têm sido impactadas pela nova morfologia do trabalho e pelas contrarreformas do Estado. A revisão bibliográfica e a pesquisa de campo revelaram que a profissão é constituída majoritariamente por pessoas do sexo feminino, e denotou a ordem patriarcal presente na sociedade. Outro resultado apontado foi a sobrecarga de trabalho das/os assistentes sociais potencializada pela pandemia, impondo-lhes uma dupla jornada de trabalho. Verificou-se ainda que o trabalho híbrido limitou as intervenções profissionais, o uso das TICs trouxe prejuízos em relação ao sigilo e intensificou a precarização do trabalho da/o assistente social. Identificou-se que as requisições e demandas impostas pelo empregador tem resultado no adoecimento das/os assistentes sociais. A pesquisa revelou que as/os assistentes sociais são submetidas/os a um conjunto de determinantes que fogem do controle profissional e lhes impõem limites na atuação. O avanço para a condução do trabalho requer estratégias político-profissionais, fortalecimento e alianças junto aos sujeitos coletivos.

Palavras-chave: Serviço Social; Política de Assistência Social; Exercício Profissional; Pandemia; Condições de trabalho.

COSTA, Fernanda dos Santos da. **A study on the Working Conditions of Social Workers in the CRAS of the Municipality of Sorocaba in the face of the pandemic.** 2023. 158 fls. Ending Master thesis presented to the postgraduate program in Social Work and Social Policy- Estadual de Londrina University, Londrina, 2023.

ABSTRACT

This dissertation represents the result of research in Social Work, whose object is A study on the Working Conditions of Social Workers in the CRAS of the Municipality of Sorocaba in the face of the pandemic. The research problem analyzed the Working Conditions of Social Workers in the CRAS of the Municipality of Sorocaba in the face of the pandemic. To this end, we identified the working conditions of social workers at CRAS during the first two years of the pandemic. The methodology was composed of methodological steps, namely: the first step was a bibliographic review on the pandemic and the working conditions of social workers in CRAS. The second step was field research, organized in two moments. There was a documentary analysis by an online search for documents that guided social workers' professional practices during the pandemic, and digital institutional documents as the first stage of the research. This analysis also included digital institutional documents. The other phase consisted of contacting social workers from the CRAS in the city of Sorocaba by telephone, selecting professionals who worked directly with CRAS users between 2020 and June 2022. The methodological proposal was presented during meetings with the six (6) subjects who accepted and agreed to be interviewed. The third methodological stage took place through a survey involving the subjects. The instrument used for data collection was an individual interview with the professionals who worked directly with CRAS users between 2020 and the first half of 2022. The research identified the working conditions of social workers at CRAS in Sorocaba. The research showed how the working conditions of social workers have been impacted by the new morphology of work and the counter-reforms of the state. The literature review and field research revealed that the profession is mostly made up of women, and denoted the patriarchal order present in society. Another finding was that the workload of social workers was exacerbated by the pandemic, imposing a double workload on them. It was also found that hybrid work has limited professional interventions, the use of ICTs has harmed confidentiality and intensified the precariousness of the work of the social worker. The use of ICTs brought losses concerning secrecy and intensified the precariousness of the work of the social worker. It was identified that the requests and demands imposed by the employer have resulted in overexploitation, harassment, and illness of social workers. The survey revealed that social workers are subjected to a set of determinants beyond professional control and impose limits on their work. Moving forward to carry out the work requires political-professional strategies, strengthening, and alliances with collective subjects.

Key words: Social Service; Social Assistance Policy; Professional Exercise; Pandemic; Work Conditions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição do total de casos (A) de Covid-19 entre os 20 países com maior número de casos em 2020.....	40
Figura 2 - Óbitos ocasionados pela Covid-19 entre os 20 países com maior número de casos em 2020.....	41
Figura 3 - Concentração de renda no Brasil em 2018.....	60
Figura 4 - Proporção de pessoas em pobreza e extrema pobreza.....	61
Figura 5 - Mapa do município de Sorocaba - SP.....	88
Figura 6 - Foto da SECID de Sorocaba (2023).....	89
Figura 7 - Faixa de Renda - Per Capita Familiar em 2019.....	90
Figura 8 - Faixa de Renda Per Capita Familiar em 2021.....	91
Figura 9 - Total de pessoas por faixa etária.....	94
Figura 10 - Sexo das/os entrevistadas/os.....	95
Figura 11 - Totem instalado na entrada de Sorocaba com mensagem religiosa.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Medidas de prevenção decorrente da Covid-19 estabelecida no âmbito Federal...	72
Tabela 2 - Medidas de prevenção decorrente da Covid-19 estabelecidas no âmbito Estadual.....	76
Tabela 3 - Medidas de prevenção decorrente da Covid-19 estabelecida no âmbito Municipal.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAD ÚNICO - Cadastro Único

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNS - Presidente do Conselho Nacional de Saúde

COE - Centro de Operações de Emergências em Saúde

COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CRAS - Conselho Regional de Assistentes Sociais

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

ESPIN - Emergência em Saúde Pública de importância Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MP - Medida Provisória

NOB - Norma Operacional Básica

NRF - Novo Regime Fiscal

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PAS - Política de Assistência Social

PGR - Procuradoria Geral da República

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SAFI - Sistema de Atendimento à Família e Indivíduo

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SECID - Secretaria da Cidadania

STF - Supremo Tribunal Federal

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TICs - Tecnologia da Informação e Comunicação

UEL - Universidade Estadual de Londrina

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO II	24
2 O TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	24
2.1 O TRABALHO E A RELAÇÃO ENTRE O SER HUMANO E A NATUREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	24
2.2 O TRABALHO NO CAPITAL FINANCEIRO	28
2.3 O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO.....	30
CAPÍTULO III	38
3 A PANDEMIA NO CENÁRIO BRASILEIRO	38
3.1 PANDEMIA: CRISE SANITÁRIA, POLÍTICA E SUAS EXPRESSÕES	38
3.2 A CONTRARREFORMA E AS CONSEQUÊNCIAS TRAZIDAS PELA PANDEMIA DA COVID -19 NA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA.....	44
CAPÍTULO IV	63
4. AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19: entre o desmonte e a essencialidade	63
4.1 A (CONTRA) REFORMA DO ESTADO E O DESFINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	63
4.1.1 Combate ao Coronavírus: Medidas Propostas pelo Governo nos Âmbitos Estadual e Federal para Atenuar os Impactos da Pandemia.....	71
4.2 A DEGRADAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PANDEMIA.....	79
4.2.1 Historicização da Política de Assistência Social	79
4.2.2 A Assistência Social como Política Pública de Direito.....	79
4.2.3 A Política de Assistência Social no Município de Sorocaba no Contexto Pandêmico ...	87

CAPÍTULO V	100
5. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE SOROCABA FRENTE À PANDEMIA	100
5.1 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE SOROCABA	100
5.1.1 Identificação Profissional	102
5.1.2 Dados sobre a Formação.....	104
5.1.3 Condições Objetivas e as Relações de Trabalho	105
5.1.4 Campo de Trabalho: Demandas, Requisições e Cotidiano Profissional	106
5.1.5 Condições Éticas, Técnicas, de Segurança e de Saúde	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	148
APÊNDICE B - Entrevista com os Sujeitos da Pesquisa - Roteiro de Questões	150
ANEXOS	156
ANEXO A – Autorização Secretaria da Cidadania – SECID	157
ANEXO B - Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.....	158

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi concebida a partir do resultado da pesquisa intitulada “Um estudo sobre as Condições de Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS do Município de Sorocaba frente à Pandemia”, a qual problematizou as condições de trabalho da/o assistente social frente à pandemia, tomando como referência a experiência profissional de assistentes sociais que atuam na prefeitura municipal de Sorocaba, no estado de São Paulo.

Em 2012, iniciei minha trajetória profissional no setor público. Ingressei na Política de Assistência Social, atuando no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Instância Turística de Salto, e, posteriormente, no CRAS do município de Sorocaba, onde prossigo atuando até os dias atuais.

Desde que comecei a atuar, as condições de trabalho da/o assistente social sempre foram algo que me inquietou e com a chegada da pandemia no Brasil e o desafio em realizar o exercício profissional se intensificou. Frente ao cenário de incertezas e iminente risco de vida, delineou-se a oportunidade de que eu participasse do Projeto de Extensão¹ “Cuidar de Quem Cuida Apoio e Formação de Assistentes Sociais na linha de frente da Covid -19”, coordenado pela Dr^a. Lelica Elis Pereira de Lacerda, através da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A aproximação com o referido projeto foi primordial, pois instigou-me e despertou o interesse de inserção na área científica.

O CRAS é um equipamento público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social. Enquanto unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é responsável por oferecer serviços, programas e benefícios voltados a prevenção de situações de risco e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A Proteção Social Básica prevê a articulação e o encaminhamento da população para as demais políticas sociais,

¹ O projeto de extensão “Cuidar de quem cuida: Apoio às assistentes sociais na linha de frente do enfrentamento à pandemia” que teve por objetivo Apoiar as Assistentes Sociais que estavam na linha de frente do enfrentamento à pandemia com subsídios teóricos e espaços coletivos de escuta e debate. Este projeto teve por objetivo debater o cotidiano profissional na linha de frente do enfrentamento à pandemia sob luz dos fundamentos do exercício profissional crítico desenvolvidos e acumulados pela coordenadora do projeto de extensão em sua dissertação de mestrado “Fundamentos Ontológicos Para o exercício Profissional Crítico: da perspectiva formal-abstrata à historicidade” e a tese de doutorado “Era só mais um Silva: Fundamentos e defesa do Exercício Profissional Crítico”. Sendo essas as referências utilizadas para o debate nos distintos encontros. COSTA et al. A precarização no mundo do trabalho e o impacto no cotidiano profissional das assistentes sociais no enfrentamento a Covid-19. LACERDA, L.E.P. (ORG). In. Nos bastidores da linha de frente: lições históricas ao trabalho das assistentes sociais no enfrentamento a Pandemia da COVID-19. Paco editorial, 2023. No prelo

possibilitando assim o desenvolvimento de ações intersectoriais, visando romper com a exclusão social, e prevenir a violação dos direitos sociais (BRASIL, 2009).

O CRAS é responsável pela oferta do PAIF (Programa de Atenção Integral às Famílias) e o trabalho com as famílias compreende os diferentes arranjos familiares, superando o modelo único tradicional baseado na família nuclear, valorizando as heterogeneidades, as particularidades de cada núcleo familiar, sua diversidade e cultura (BRASIL, 2005).

O SUAS ampliou as possibilidades de trabalho profissional para as/os assistentes sociais, e ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, intensificou a precarização das condições em que esse trabalho se realiza. As/os assistentes sociais assalariadas/os, encontram-se subordinados à processos de alienação e restrição de sua autonomia técnica, impelidas as exigências institucionais (RAICHELIS, 2010, p.751-753).

As condições de trabalho impostas as/os assistentes sociais têm trazido prejuízos aos atendimentos junto à população, pois presencia-se o déficit de recursos humanos, o assédio moral e o acúmulo de tarefas burocráticas, de cunho administrativo, questões essas que têm corroborado para a sobrecarga e o adoecimento da/o profissional. Nesse sentido, trabalhar em defesa dos direitos sociais da populações tem sido um dos desafios para as/os assistentes sociais.

Os reflexos do modo de produção capitalista são visíveis tanto para a classe trabalhadora atendida pelas políticas sociais, quanto para as/os assistentes sociais que executam-nas. As desregulações que o capital vem instituindo nas relações sociais e no âmbito do trabalho têm atingido os direitos sociais conquistados.

Ante o desmonte dos direitos sociais e o acirramento das desigualdades sociais que o país já vinha passando, surgiu a pandemia ocasionada pela Covid-19. A conjuntura desvelou a fragilização da política, bem como as condições precárias de trabalho que a classe trabalhadora vinha enfrentando e cuja agudização foi acentuada pela crise sanitária. A pandemia evidenciou a essencialidade da política de assistência social, demonstrando que a referida política necessitava de maior investimento público.

Nesse sentido, a presente pesquisa problematiza as condições de trabalho das/os assistentes sociais nos CRAS do Município de Sorocaba frente à pandemia.

O objetivo geral dessa pesquisa foi estudar os impactos da pandemia nas condições de trabalho da/o assistente social nos CRAS do município de Sorocaba.

Os objetivos específicos foram:

- identificar as mudanças ocorridas na dinâmica do exercício profissional de assistentes sociais;
- apontar as demandas apresentadas e as requisições dirigidas as/os assistentes sociais em seu cotidiano de atuação pela política de assistência social frente ao cenário pandêmico;
- mapear as ações e respostas profissionais construídas a partir das demandas e requisições.

Para tanto, utilizou-se de procedimentos metodológicos que propiciaram distintas formas de aproximação em relação ao objeto de estudo, bem como ao problema pesquisado.

É importante salientar que todo processo de pesquisa requer dos pesquisadores constantes questionamentos acerca da realidade, no intuito de revelar o desconhecido, ampliar as análises anteriormente inferidas e contribuir com a realidade posta.

Minayo (2009, p.15) sinaliza que “a metodologia é muito mais que técnicas, ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”. Gil (2021, p.10) ratifica que o método científico exige o uso de uma série de passos visando acesso ao conhecimento fidedigno, isento de qualquer subjetividade do pesquisador e o mais aproximado da objetividade empírica. A adoção de um método depende de inúmeros fatores: “da natureza do objeto que se pretende pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, no nível de abrangência do estudo e sobretudo da inspiração filosófica do pesquisador”.

Com a finalidade de atingir esse objetivo, percorremos um caminho investigativo utilizando três passos metodológicos, a saber: revisão bibliográfica, revisão documental e pesquisa envolvendo sujeitos que serão apresentados no decorrer dos capítulos.

Inicialmente, realizamos a revisão bibliográfica cuja finalidade foi contextualizar teoricamente o problema, evidenciando os pressupostos teóricos que fundamentaram a pesquisa e subsidiaram-na, conforme investigações anteriores.

Nesta dissertação, a revisão bibliográfica teve por finalidade evidenciar o surgimento da pandemia ocasionada pela Covid-19 e os prejuízos ocasionados ao Brasil, à política de Assistência Social, bem como ao exercício profissional da/o assistente social.

Richardson (2012, p.100) salienta ser crucial que a revisão bibliográfica seja feita no decorrer do processo de pesquisa, “pois a observação etnográfica faz surgir novos tópicos de análise”. Gil (2021) complementa que a revisão bibliográfica é uma das etapas mais importantes no planejamento de pesquisas acadêmicas, uma vez que, além de relatar publicações pertinentes ao tema que está sendo pesquisado, analisa criticamente as informações coletadas, identificando limitações das teorias e das pesquisas já realizadas.

No primeiro passo metodológico, realizamos a revisão bibliográfica “mediante consulta de múltiplas fontes. Entre elas estão livros, periódicos científicos, anais de encontros científicos, teses e dissertações” (GIL, 2021, p.74).

A fundamentação teórica permitiu-nos compreender o significado histórico da profissão no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista brasileira e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Evidenciamos já existirem publicações que debatem a temática sobre o exercício profissional da/o assistente social no âmbito do CRAS, bem como as consequências que a pandemia de Covid-19 trouxe para sociedade e para a classe trabalhadora como um todo.

Foram utilizadas como fontes básicas de referências para o levantamento dos dados e respectivas análises, as publicações nos periódicos, capítulos de livros, dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que debatem sobre as condições de trabalho da/o assistente social frente à pandemia da Covid-19.

No segundo passo metodológico, foi realizada a revisão documental. Nessa etapa da pesquisa, foram considerados como “documentos” os objetos que poderiam contribuir para a investigação de determinado fato.

A revisão documental utilizou como fonte os documentos impressos e digitais, dentre eles: jornais, fotos, gravações, documentos legais e registros estatísticos, que foram obtidos de maneira indireta.

[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (GIL, 2002, p.45).

Os documentos fornecem a pesquisadora dados em quantidade e qualidade, agilizando todo o processo da pesquisa. Foram utilizados documentos que orientaram o exercício profissional da/o assistente social no contexto da pandemia, tais como: legislações, resoluções e normativas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Foi realizado ainda levantamento de dados estatísticos nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, com o intuito de identificar as consequências trazidas pela pandemia à classe trabalhadora. Foram também utilizados documentos institucionais digitais tais como: Cad Único (cadastro único), do Sistema de Atendimento à Família e Indivíduo (SAFI), e da Vigilância Socioassistencial de Sorocaba que evidenciam as demandas da população usuária do serviço. Foram também consultadas normativas, decretos e portarias da Prefeitura Municipal de Sorocaba que norteiam o exercício profissional de assistentes sociais da Política de Assistência Social.

O terceiro passo metodológico ocorreu através da pesquisa envolvendo os sujeitos. A pesquisa de campo permitiu ouvir as experiências de profissionais que atuaram diretamente com as/os usuárias/os dos CRAS no período de 2020 ao primeiro semestre de 2022.

A aproximação da/o pesquisadora/o oportuniza maior interação com os sujeitos que vivenciam e detém o conhecimento empírico, ferramenta essencial ao pesquisador (MINAYO, 2009). Severino (2013, p.108) destaca que a interação entre pesquisador e sujeitos pesquisados é fundamental, pois oportuniza compreender o que “pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”.

A construção de novo conhecimento pela ciência ocorre por intermédio de pesquisas especializadas, precisas e rigorosas. Para tanto, exige-se domínio e competência para manusear um conjunto de técnicas específicas de cada ciência e que devem ser adequadas ao objeto pesquisado.

Para melhor compreensão da conjuntura da pesquisa, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, estimaram que o município de Sorocaba contava com aproximadamente 695.328 mil habitantes, sendo considerada uma cidade de grande porte. Os municípios de grande porte são aqueles cuja população encontra-se entre 101.000 a 900.000 habitantes. Eles são mais complexos na sua estruturação econômica, visto disporem de pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados (BRASIL, 2005).

O município de Sorocaba possui 12 (doze) CRAS localizados nos bairros: Aparecidinha, Brigadeiro Tobias, Cajurú, Carandá, Habiteto (Ana Paula Eleutério), Jardim Ipiranga, João Romão, Parque das Laranjeiras, Nova Esperança, Parque São Bento, Vila Helena

e Vitória Régia. Na ocasião em que foram levantados os dados dessa pesquisa, a Secretaria da Cidadania (SECID) contava com 20 assistentes sociais atuando na Proteção Social Básica.

Em 2020, as equipes dos CRAS encontravam-se com um número reduzido de assistente sociais: havia 17 (dezessete) profissionais atuando nos atendimentos junto à população nos CRAS.

Com a chegada da pandemia foi instituída a Portaria nº 22.944/2020 que estabeleceu as medidas de caráter temporário visando reduzir exposição pessoal e interações presenciais entre servidores municipais. A referida portaria cita que, como forma de prevenção aos problemas causados pelo COVID-19, deveriam executar suas atividades remotamente enquanto perdurasse o Estado de Emergência de Saúde Pública as/os servidoras/es: com 60 (sessenta) anos ou mais; imunodeficientes ou com doenças preexistentes crônicas e graves.

As portarias 22.957/2020, 22.961/2020 e a 22.973/2021 que estavam em vigor, garantiam às/aos servidoras/res desenvolverem atividade laborativa integralmente no formato híbrido, desde que fossem gestantes e lactantes, com filhos de 0 (zero) a 6 (seis) anos, e as/aos servidoras/res que tinham filhos com deficiência, de qualquer idade, e que necessitavam da assistência de um dos genitores.

Dessa forma, devido às medidas temporárias estabelecidas pelas Portarias supracitadas, somente 7 (sete) assistentes sociais permaneceram atuando nos atendimentos junto à população nos CRAS.

Para a pesquisa de campo, foram selecionadas/os assistentes sociais que atendessem aos seguintes critérios:

- a) Atuação direta com as/os usuárias/os dos CRAS no período em que iniciou-se a pandemia em 2020 até junho de 2022;
- b) Assistentes sociais consideradas/os técnicas/os de referência e que atuaram nos atendimentos junto à população nos CRAS;
- c) Assistentes sociais que tenham trabalhado nos CRAS em formato híbrido de 2020 a junho de 2022;

Foram desconsiderados para fins desta pesquisa as/os assistentes sociais: que atuaram diretamente na SECID enquanto técnicas/os e as/os que ocupavam cargos de gestoras/res no período de 2020 a junho de 2022.

Destacamos que, no início da gestão em 2021, houve alteração de profissionais nos CRAS, pois assistentes sociais que estavam atuando na gestão foram

remanejados para os equipamentos, dessa forma tais profissionais foram desconsiderados do *corpus* dessa pesquisa.

A equipe técnica de nível superior do CRAS deveria ser compatível com o referenciamento dos números de famílias previstas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), no entanto, em virtude de déficit de recursos humanos, havia equipamentos funcionando com apenas 01 profissional de serviço social.

Com a finalidade de observar se houve alteração nas demandas no município de Sorocaba no período de março de 2020 a junho de 2022, foi realizado o levantamento estatístico no site da Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Igualdade e Assistência Social (SECID), o qual utiliza a base de dados do Cadastro Único do Governo Federal, e também consultado o Sistema de Acompanhamento da Família e Indivíduo (SAFI) do Governo Municipal.

Os documentos permitiram contextualizar teoricamente o problema e sua relação com o objeto que estava sendo investigado. Os documentos evidenciaram os pressupostos teóricos que fundamentaram a pesquisa e subsidiaram conforme investigações já ocorridas.

Inicialmente, utilizou-se a pesquisa de campo como técnica de pesquisa, sendo ela organizada em duas etapas. A primeira etapa, a pesquisa documental, teve por objetivo identificar as condições de trabalho de assistentes sociais nos CRAS frente à pandemia.

Tal etapa iniciou-se no mês de setembro de 2021, através do levantamento dos artigos, revistas renomadas, seminários on-line e presenciais na área do Serviço Social.

No segundo semestre de 2022, ocorreu a segunda fase da pesquisa, que consistiu no contato telefônico com as/os assistentes sociais dos CRAS da prefeitura de Sorocaba, selecionando profissionais que atuaram na ação direta com as/os usuárias/os dos CRAS no período de 2020 a junho de 2022.

Nessa ocasião, apresentou-se a proposta metodológica que seria empregada nos encontros para os 07 (sete) sujeitos que haviam aceitado e acordado com o agendamento para entrevistá-los. Cabe ressaltar que 01 (um) sujeito desistiu de participar da pesquisa em razão de questões relacionadas à saúde.

No que concerne à coleta de dados, realizamos a entrevista individual semiestruturada, utilizando questionário com perguntas abertas e fechadas, o que nos permitiu certa flexibilidade e abertura para além do roteiro estabelecido.

A sistematização da pesquisa decorreu da seguinte forma:

a) Foram selecionadas/os profissionais que desenvolveram atividade laborativa nos equipamentos de CRAS (de março de 2020 a junho de 2022) localizados nas diferentes regiões do município.

b) A técnica utilizada para coleta dos dados foi a entrevista estruturada através de um formulário com 5 itens contendo perguntas abertas e fechadas. As perguntas aplicadas foram no sentido de compreender como se deu o exercício profissional da/o assistente social nos períodos de março de 2020 a junho de 2022 no contexto de pandemia ocasionada pela Covid-19.

c) A coleta de dados junto as/os entrevistadas/os foi realizada presencialmente em uma sala previamente reservada, de modo a resguardar a privacidade e o sigilo. Na circunstância, um profissional não pôde participar presencialmente, dessa forma a entrevista com esse participante ocorreu no formato remoto, através da ferramenta Google Forms que possibilitou o gerenciamento da pesquisa e a coleta dos dados.

Visando levantar possíveis dificuldades durante a entrevista, bem como verificar se as perguntas realizadas estavam de acordo com a realidade vivenciada no período pandêmico, foi realizado um estudo-piloto com 2 (duas) assistentes sociais, de modo a se obter uma amostra das singularidades do processo de entrevista. Após identificado o êxito nas entrevistas iniciais, utilizamos delas para compor o universo da pesquisa, perfazendo 6 (seis) entrevistadas/os.

A pesquisa de campo permitiu ouvir as experiências dos sujeitos que atuaram diretamente com as/os usuárias/os dos CRAS no período em que se iniciou a pandemia em 2020 a junho de 2022.

Bourguignon (2007, p.51) refere que esse processo é fundamental para compreender não somente as questões estruturais, mas também a perspectiva da totalidade do processo da reprodução material e espiritual da existência do ser social

[...] as diferentes formas de como o sujeito se relaciona com a realidade social não podem passar despercebidas nas pesquisas da área. O grande desafio para o pesquisador assistente social, que se preocupa com a centralidade do sujeito 'enquanto condição ontológica e não como estratégia metodológica de pesquisa', é possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza, se desvendada, poderá permitir desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social (BOURGUIGNON, 2007, p.51).

No decorrer da pesquisa, a entrevistadora ouviu de forma atenta as informações, estimulando as/os entrevistadas/os, dialogando, bem como deixando-as/os à vontade para elucidarem suas experiências e vivências sobre o assunto em estudo.

Para efetuar as solicitações dos dados das/os entrevistadas/os, foi elaborado um documento com informações a respeito da instituição de ensino e do programa de Mestrado ao qual a aluna responsável pela pesquisa está vinculada, bem como em relação ao objetivo da pesquisa e aos dados desejados. Esse documento foi entregue ao responsável pelo setor competente.

No que concerne aos riscos da pesquisa, esses poderiam ser expressos em relação à insegurança da/o profissional em não saber responder ao instrumento de coleta de dados e ao receio de identificação pela gestão da instituição em que trabalha. Em caso de danos decorrentes da pesquisa, foi assegurado que a/o participante receberia a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que fosse necessário. Salientamos que os custos ficariam sob a responsabilidade da pesquisadora de modo a não onerar o serviço público de saúde.

Destacamos que o projeto de pesquisa fora submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEL, buscando atender às orientações e protocolos de pesquisa vigente. O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL)² é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender às resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatizam as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa.

A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada pelas resoluções vigentes do Ministério da Saúde (Resolução 466/2012 e Resolução 510/2016) e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde (Norma Operacional CNS 001/2013). Os sujeitos que concordaram em participar da pesquisa foram convidados a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, sendo que uma cópia ficou com a/o entrevistada/o e a outra encontra-se com a pesquisadora.

No TCLE, consta que as/os profissionais foram convidadas/os a colaborarem voluntariamente, sendo-lhes assegurada a não-obrigatoriedade de participação e o total anonimato, se assim preferissem. Foi esclarecido também que o estudo não ofereceria riscos à

² Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Disponível em: <http://www.uel.br/comites/cepesh/#:~:text=O%20CEP%20UEL%20foi%20criado,defesa%20aos%20participantes%20de%20pesquisa>. Acesso em: 25/12/2022.

exposição da imagem, bem como foi assegurado as/os profissionais a sua retirada do estudo a qualquer momento que julgassem necessário. Elucidou-se também sobre o sigilo em relação às informações das/os participantes, e assegurou-se que poderiam e deveriam elaborar todas as perguntas que julgassem necessárias, antes, durante e depois da pesquisa.

Na sequência, foi realizada a entrevista e a aplicação do formulário e o instrumental foi recolhido para análise dos conteúdos trazidos na entrevista pelas/os assistentes sociais. Consideramos a coleta dos dados em entrevista e análise dos documentos fornecidos pela vigilância socioassistencial do território de abrangência da atuação do entrevistado.

Os dados foram transcritos e analisados conforme as categorias que foram identificadas ao longo da pesquisa, com uma delimitação inicial na construção dos roteiros das entrevistas. Na sequência, a análise foi classificada. A operação seguida de critérios é denominada categorização, e embora não obrigatória, facilita no processo de análise das informações (RICHARDSON, 2012).

Os capítulos foram construídos a partir de referencial teórico para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos indicados. A dissertação apresenta-se em cinco capítulos e inicia-se com a introdução, em que apresenta-se o percurso metodológico para realização desta pesquisa.

O segundo capítulo cujo tema é o “O trabalho no capitalismo contemporâneo” discute a categoria trabalho em Marx, o trabalho no capital financeiro e as ofensivas do capital contra a classe trabalhadora brasileira e seus direitos. Aborda ainda o Serviço Social enquanto profissão e as desregulamentações que o capital vem instituindo nas relações sociais e no âmbito do trabalho.

O terceiro capítulo aborda a temática da “Pandemia no cenário brasileiro” e revela o cenário no qual Brasil e o mundo encontravam-se com a chegada da pandemia da Covid- 19. O capítulo evidencia a inserção das novas tecnologias, a transformação no modo de produção capitalista e os impactos sociais, econômicos, culturais e políticos na vida da classe trabalhadora e seus rebatimentos. O referido capítulo contextualiza ainda a crise pandêmica do coronavírus, a crise econômica no país e as medidas adotadas pelo Governo Federal.

No quarto capítulo, intitulado “As Políticas Sociais brasileiras no contexto de pandemia da Covid-19: entre a debilidade e a essencialidade”, discorre-se sobre o contexto histórico em que o Brasil encontrava-se no âmbito da calamidade pública da pandemia ocasionada pela Covid-19, problematizando a forma pela qual o país vinha sendo conduzido diante das e o acirramento das desigualdades sociais. Aborda ainda sobre as consequências econômicas, sociais e políticas que o país vem sofrendo desde a década de 1970 do século

passado e a mitigação dos recursos públicos nas políticas sociais, dando ênfase à política de Assistência Social.

E no último capítulo, o debate centra-se em “Um estudo sobre as Condições de Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS do Município de Sorocaba frente à Pandemia”, Nele, descrevem-se as requisições e as demandas dirigidas as/os profissionais no cotidiano profissional pela política de assistência social frente ao cenário pandêmico, bem como evidenciam-se as respostas das/os profissionais construídas a partir das demandas e requisições.

Reiteramos que já existem publicações que debatem as condições de trabalho da/o assistente social no âmbito do CRAS, bem como as consequências ocasionadas pela pandemia da Covid-19 a classe trabalhadora como um todo.

Através dessa pesquisa esperamos demonstrar, no processo de exposição dos resultados, as conclusões centrais a que chegamos, contribuindo com reflexões e críticas no que tange aos processos de trabalho, bem como fomentar debates futuros sobre as condições de trabalho da/o assistente social.

CAPÍTULO II

2 O TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nesse capítulo, discutiremos sobre a categoria trabalho e a relação entre o ser humano e o modo de produção capitalista. O trabalho é a forma pela qual o ser humano apropria-se da natureza a fim de garantir suas necessidades básicas, garantindo a sua reprodução material.

O capital apropria-se dos recursos existentes na natureza, eliminando sua gratuidade e incorporando valor com a mão de obra humana, base para a reprodução do sistema capitalista. Desse modo, o capital desenvolve-se, produz e se reproduz através da compra da força de trabalho da/o operária/o, a/o trabalhadora/or passa a ser subjugada/o como mera/o produtora/os de valor de troca, como se o ato de produzir estivesse determinado socialmente (MARX, 2017).

Discorreremos aqui sobre o trabalho no capital financeiro e as ofensivas do capital contra a classe trabalhadora brasileira e seus direitos, bem como abordaremos o Serviço Social enquanto profissão e as desregulamentações que o capital vem instituindo nas relações sociais e no âmbito do trabalho.

2.1 O TRABALHO E A RELAÇÃO ENTRE O SER HUMANO E A NATUREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O trabalho é, num primeiro momento, um processo entre o ser humano e a natureza, no qual, o ser humano por meio da própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Com a finalidade de apropriar-se da matéria natural de modo frutuoso para sua própria vida, ele coloca em movimento as forças naturais inerentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (MARX, 2017).

O ser humano transforma a natureza de forma orgânica, ou seja, a relação entre o ser humano e a natureza tem como finalidade garantir a sua sobrevivência. A busca pela subsistência compreende a alimentação, tais como as frutas, os peixes, as caças e a água enquanto fonte originária; abriga-se, através da transformação da madeira extraída na floresta virgem, fazendo uso de pedra, para moer, comprimir e cortar.

Desse modo, o objeto de trabalho transforma-se em matéria-prima a partir do momento em que sofreu uma transformação mediada pelo trabalho. Essa interação entre o ser

humano e a natureza é fundamental pois, por meio dela, o ser humano cria, livre e conscientemente, a realidade, permitindo assim, dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade (MARX, 2017).

Lacerda (2017, p.45) assinala ser uma característica humana transformar a natureza através do trabalho consciente

direcionado buscando concretizar um novo valor de uso que sane necessidades que com o desenvolvimento produtivo vão podendo se tornar cada vez mais múltiplas e complexas. Assim, o resultado final do trabalho é pré-concebido num dever-ser perseguido pela objetivação do trabalho, de modo a criar novos valores de uso que sanem necessidades humanas.

Embora o trabalho tenha originado-se para a realização humana, a propriedade privada tem intuito de explorar o ser humano, fazendo com que sua necessidade fosse deixada em segundo plano, dando ênfase às atividades de cunho econômico e submetendo a classe trabalhadora a exploração da classe dominante.

O processo de trabalho é orientado para um fim, a produção de valores de uso e para a satisfação das necessidades humanas. Como processo de consumo da força de trabalho, a/o trabalhadora/or labora sob o controle do capitalista, a quem pertence sua força de trabalho. O capitalista supervisiona as/os trabalhadoras/es, gerencia para que, de modo algum, a matéria-prima e o meio de trabalho sejam desperdiçados, e o capital furtado. O capitalista paga o valor da força de trabalho relativo a um dia da mão-de-obra do trabalhador, ou seja, “ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso vendido” (MARX, 2017, p.262).

Dessa forma, no lugar das necessidades genuínas das/os trabalhadoras/es é colocada a necessidade artificial de lucros do patrão, executado sob interesses antagônicos. O estranhamento decorre pela forma com que as relações entre o capital e trabalho ocorrem por interesses de classe antagônicos, sendo estas naturalizadas pela classe dominante.

No decorrer de um dia de 24 horas, uma pessoa despende uma grande quantidade de força vital, uma parte do dia tem de descansar, dormir e durante outra parte do dia satisfazer suas necessidades físicas para sua subsistência. Restritas à condição de mercadoria ou força de trabalho, as/os trabalhadoras/es relacionam-se no mercado com a finalidade de receber seu salário enquanto o burguês quer extrair seus lucros. “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas de sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga” (MARX, 2017, p.307).

Marx (2011, p.378) aponta, na obra *Grundrisse*, que “a riqueza do patrão, em relação ao trabalhador, é a própria forma da riqueza em sua relação ao trabalho, o capital. Trabalhador produtivo é aquele que aumenta diretamente o capital”.

Assim, “o capital exerce sua dominação sobre o trabalho sem o poder coercivo direto, porque os trabalhadores dependem do mercado e são obrigados a entrar nele para vender sua força de trabalho” (WOOD, 2014, p.9). O capital se desenvolve, produz e se reproduz através da troca da força do trabalho do trabalhador por dinheiro, o ser humano se submete visando garantir a sua reprodução material. Desse modo, a/o trabalhadora/or é subjugada/o à mera/o produtora/or de valor de troca, como se o ato de produzir estivesse determinado socialmente.

O modo de produção capitalista não pode ser entendido isoladamente das relações de produção da vida material. O trabalho é uma categoria social, visto que não é produzido para consumo de sobrevivência e sim para a venda. A relação entre os donos dos meios de produção e o operário não é transparente pois a forma de expropriação do que é produzido é obscura.

Na visão de Karl Marx, o trabalho produtivo contribui para a formação de um excedente na economia

Para isso, é necessário que a realização do serviço esteja baseada em relações capitalistas de produção, de forma que a subsunção do trabalho ao capital permita a obtenção de mais-valia, isto é, a obtenção de lucros. Ou seja, é a capacidade de geração de mais-valia, sob a forma de lucros, que define se uma atividade é ou não produtiva, seja ela uma atividade de produção de bens ou uma atividade de serviço (Marx, 1867, vol II:101-2 apud MEIRELLES, 2006, p.121).

Vejamos que o trabalhador, para sobreviver, necessita suprir suas necessidades básicas tais como: moradia, alimentação, educação, saúde, etc. Parte do período de trabalho já pagaria suas despesas, de forma que as demais horas excedentes trabalhadas são apropriadas pelo patrão, transformando-se em lucro, resultando em mais-valia.

Segundo Wood (2014) a coerção econômica impele a/o trabalhadora/o a vender o seu excedente de trabalho em troca de um salário, sendo essa a única forma de acessar os meios de subsistência.

Marx (2017) criou o conceito de mais-valia evidenciando a relação do tempo gasto para a realização de um trabalho e a remuneração paga a/o trabalhadora/or. Marx ressalta que o salário do trabalhador “aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho” Marx (2017, p.605). O autor assinala

também que o valor pago pelo patrão não condiz com o esforço realizado pela/o trabalhadora/or, dessa forma a mais-valia é extraída da força de trabalho, gerando o acúmulo de riqueza para a burguesia em detrimento da exploração da classe trabalhadora.

A lógica perversa do capitalismo, apoiada pelo estado burguês, tem causado esmorecimento aos profissionais.

Sant’ana e Silva (2013, p.195) destacam que o capital, ao diminuir uma parcela relevante da força do trabalho (reduz o trabalho vivo e amplia o trabalho morto), intensifica o trabalho “alienado-abstrato” e leva a classe trabalhadora ao adoecimento e “com isso, situações absurdas são consideradas “normais”, necessárias e inevitáveis [...]”.

Marx apud Antunes (2020, n.p), em *O Capital* menciona a metáfora do metabolismo social para elucidar as “complexas engrenagens e mecanismos que movem o sistema de capital”. O autor aponta que o sistema é como uma complexa engrenagem econômica ilimitada para sua expansão, tendo como finalidade a produção desenfreada da mais-valia, culminando em intensiva destrutividade, sendo priorizado o lucro em detrimento da vida humana. Marx previu em *O capital* (Livro III) que a produção do capital é “dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervo e cérebro”.

O desequilíbrio sistêmico causado pela superprodução tem trazido inúmeras consequências ao meio ambiente: a degradação da natureza, a contaminação dos solos, furacões e pandemias, como o caso da Covid-19. As “alienações, as coisificações e os estranhamentos”, tais como “opressões de gênero, raça, etnia, sexo”, dentre outras aberrações, “estão sendo descavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados” (ANTUNES, 2018, 2020, n.p).

Antunes (2020, n.p) destaca que essa engenharia metabólica resulta na concentração da riqueza mundial nas corporações globais. Em contrapartida, o crescimento abundante do “trabalho análogo à escravidão, superexploração (por exemplo das/os imigrantes), generalização da terceirização em todas as esferas laborativas, informalidade, intermitência”.

O autor cita as “novas modalidades” de extração compulsiva do trabalho:

[...] um cenário que vai da China ao Brasil, dos EUA à África do Sul, da Índia ao México, da França à Rússia, do Japão às Filipinas, da Inglaterra à Coreia do Sul. Foi essa contextualização que permitiu David Harvey afirmar de modo contundente que o capital “é sangue que flui através do corpo político [...] espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado”, de modo a se expandir e reinventar em sua trajetória de valorização (ANTUNES, 2020, n.p).

Nesses termos, Lacerda e Sal (2023) citam que o uso das tecnologias extrai a mais-valia relativa. Além de baratear o preço da força de trabalho, amplia a produção de mercadorias e reduz o tempo de trabalho necessário. Assim, as/os trabalhadoras/es produzem em grande escala e em menor tempo, viabilizando a redução do valor da mercadoria e ampliando o consumo.

Desse modo, o mundo do trabalho tem se expandido e desenvolvido na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos. A uberização do trabalho, a informalidade, a precarização e o desemprego estrutural têm intensificado-se e o trabalho intermitente vem se alastrando, as consequências dessas “novas modalidades” são o aumento dos acidentes, assédios, mortes e suicídios (ANTUNES, 2020).

O sistema dominante de produção do século XX fez com que ocorresse a mitigação do proletariado industrial, dando lugar aos novos formatos oriundos das novas tecnologias. Com vistas a extrair mais valor em menor tempo, iniciou-se a privatização e os diferentes formatos de terceirização. Essa nova configuração gerou um aumento significativo de novos trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, desvelando a precarização acentuada trazida pelo capitalismo flexível.

Nessa perspectiva, Ellen Meiksins Wood (2014, p.14), afirma que os problemas associados à globalização, a injustiça social e o abismo cada vez mais acentuado entre ricos e pobres, não procede simplesmente pelo fato de a economia ser global, mas sim pelo capitalismo ser movido por imperativos sistêmicos, dentre os quais citamos a maximização dos lucros e da acumulação. A autora conclui que a globalização é resultado desse processo, e não a sua causa.

2.2 O TRABALHO NO CAPITAL FINANCEIRO

Esse tópico analisará algumas das particularidades contemporâneas da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora brasileira e seus direitos.

A globalização neoliberal e a reestruturação produtiva estabeleceram eminentes mudanças na produção e reprodução social. Tais mutações interferiram na relação entre o capital e trabalho, assim como nas relações com o Estado.

Diferentemente do período anterior em que a acumulação capitalista dependia basilarmente do ciclo de produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias, nessa nova fase o capital ganha novos contornos.

A partir dos anos 1970, o capital internacional passou por intensas transformações políticas, sociais e econômicas, dando indícios de esgotamento do modelo até então vigente.

Na impossibilidade de o setor produtivo gerir a crise, o Estado reduziu os investimentos nas políticas sociais, possibilitando a privatização dos serviços que até então eram públicos. Observa-se que o Estado brasileiro vem favorecendo as investidas do capital, tendo o propósito de retomar a recomposição das crescentes taxas de lucro e impulsionar a acumulação do capital, como estratégia de angariar maiores lucros, utilizando como meio a financeirização da economia, principal característica do capitalismo moderno.

Nesse sentido, Wood (2014, p.26) destaca que tal processo contou com a intervenção do Estado, “[...] seu poder foi, evidentemente, necessário para apoiar o processo de expropriação e proteger a exclusividade da propriedade capitalista”.

A relação entre o capital e trabalho foi metamorfoseando-se, a financeirização³ do capital tem ocupado cada vez mais espaço na agenda do capitalismo internacional, de maneira que, não existam limites e fronteiras para a acumulação. Segundo Marques (2018, p.111), a internacionalização do capital decorreu em razão do grande volume de transações realizadas no mundo e pela “expansão física das grandes empresas oligopolísticas, que implantaram filiais em vários países, inclusive na América Latina, com destaque para o Brasil”.

De acordo com Vicente (2018, p.128), o país vivencia o “recrudescimento da investida do capital sobre o trabalho, o que tem atingido duramente os direitos conquistados pela classe trabalhadora”. As reformas estruturais organizadas e engendradas pelas forças reacionárias do Estado e pela classe dominante têm como finalidade favorecer o capital, em detrimento do acirramento das expressões da questão social.

Nesse sentido, Marques (2018) destaca que as políticas sociais têm sofrido constantes ataques, dentre elas a Previdência Social, a legislação trabalhista, o desmonte do

³ Salvador (2010, p.606) destaca que a financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social. SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, 2010, p. 605-631.

Sistema Único de Saúde – SUS, não só pelos cortes de recursos, mas também pela alteração dos programas sociais. A redução dos gastos públicos sociais realizada por setores conservadores ligados ao capital, proporcionou o equilíbrio fiscal, em contrapartida ampliou o contingente de desempregados e desprotegidos socialmente.

Ante o cenário de crise, os direitos passam a ser sistematicamente atacados e usurpados. É preciso enfatizar que os direitos sociais foram conquistados por meio de muita luta, não foram algo presenteado pela classe dominante aos proletários que vendem sua força de trabalho para subsistência.

Marques (2018, p.109) cita que “o avanço do capital sobre as políticas sociais é um traço do capitalismo contemporâneo”, as consequências dessa “nova realidade” são de ordem econômica e social.

O capitalismo contemporâneo apresenta duas características principais. De um lado, a mundialização do capital tornou-se um fato, não havendo país que não esteja submetido a sua lógica e integrado ao seu ciclo de reprodução. De outro, ele é dominado pelo capital financeiro (portador de juros) (MARQUES, 2018, p.110).

A financeirização contribuiu para o desmonte da proteção social, na fragilização dos vínculos empregatícios das/os trabalhadoras/es. Em um contexto neoliberal, o privado vai sobrepondo-se ao público e as/os trabalhadoras/res sociais vão sendo submetidos à condições cada vez mais precarizadas, que colocam em risco toda a luta até aqui travada contra o capital e em defesa da classe trabalhadora.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO

As desregulamentações que o capital vem instituindo nas relações sociais e no âmbito do trabalho têm atingido os direitos sociais conquistados. Os reflexos do modo de produção capitalista são visíveis tanto para a classe trabalhadora atendida pelas políticas sociais, quanto para as/os assistentes sociais que as executam. As condições impostas para as/os trabalhadoras/es pela ordem vigente são paupérrimas.

Sendo a força de trabalho a única capaz de gerar lucro, de acordo com a composição orgânica do capital, é a mais subjugada. A tendência do capitalismo para o trabalho é sempre buscar gerar mais-valor. A partir disso, vai reestruturando-se, precarizando-se e fragmentando as relações de trabalho.

O Serviço Social, enquanto profissão, passou a ser recrutado em razão das emergentes demandas sociais, frente às expressões da “questão social”. No Brasil, o Serviço Social foi reconhecido como profissão de nível superior pela Portaria n. 35 do Ministério do Trabalho de 19 de abril de 1949, e classificado como profissão liberal. No entanto, a/o assistente social executa o trabalho de forma assalariada/o em instituições públicas ou privadas, sendo o Estado o maior empregador da categoria profissional.

Raichelis (2018) destaca que, nesse cenário, as políticas sociais são utilizadas como dispositivo estatal que permitem assegurar o constante desenvolvimento do capital e de restringir as formas de luta dos trabalhadores. Contraditoriamente, as políticas sociais também buscam responder parcialmente às necessidades sociais da classe trabalhadora decorrentes do processo de produção e reprodução social. José Paulo Netto em *O Capitalismo Monopolista e Serviço Social* observa que

[...] as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. [...] de fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos (NETTO, 1996, p.29).

Pesquisas de Raichelis (2018) evidenciam que as políticas sociais constituem campo de mediação para o trabalho profissional e base institucional que fomenta a profissionalização de assistentes sociais

[...] por meio da formação de um trabalho que passa a requisitar agentes habilitados para a formulação e implementação das políticas sociais [...]. O Serviço Social brasileiro vem construindo o reconhecimento de sua atividade junto às instituições públicas e privadas que buscam responder às sequelas das expressões da “questão social”, como expressão das lutas de classe pela expropriação da riqueza socialmente produzida (RAICHELIS, 2018, p.27).

A década de 1980 foi um grande marco para o Serviço Social no Brasil, momento em que ocorreu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, período em que a profissão dialoga com a teoria social marxista e rompe com o conservadorismo.

A construção coletiva do Serviço Social brasileiro foi tecida por lutas sociais e pela emancipação política, tendo por finalidade a construção de uma nova ordem societária, para além do capital (RAICHELIS, 2018).

A aproximação com a Teoria Social de Marx norteou a teologia profissional, direcionando o profissional a desenvolver o caráter crítico transformador, lhe dando condições de desvendar o sistema capitalista, analisar e intervir.

A teoria de Marx considera a realidade como fundamento, ou seja, “as condições de produção e reprodução da vida social e espiritual das mulheres e dos homens as suas bases constitutivas, que constroem a realidade por meio de sua práxis individual e social e ao mobilizarem/enfrentarem as contradições de classe, fazem a história” (GUERRA, 2023, p.52).

As diretrizes curriculares de formação acadêmico-profissional propiciam o embasamento, a pesquisa e a produção científica na área do Serviço Social, constituindo-o enquanto área de conhecimento por meio dos programas de Pós-graduação.

Segundo Portes, (2016, p.22), atuar na sociedade capitalista requer da/o profissional de Serviço Social “preparo teórico-prático para construir as respostas interventivas frente às expressões da “questão social”, que afetam cotidianamente os sujeitos com os quais o profissional trabalha”.

Faermann (2016, p.36) complementa como quesito basilar as “competências e habilidades profissionais, isso é, de seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para viabilizar ações na perspectiva do fortalecimento e da defesa dos direitos humanos”.

O código de ética orienta um rumo ético-político para exercício da profissão do Serviço Social. O desafio imposto ao profissional é a concretização dos princípios éticos no cotidiano do trabalho, evitando que se tornem meramente indicativos abstratos, descolados do processo social.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional da/o assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre o Código de Ética da categoria profissional do Serviço Social, contendo as normativas, os deveres profissionais, e os valores que identificam o projeto societário defendido pela categoria profissional.

É importante destacar que, no ano de 2023, o Serviço Social teve duas relevantes datas para a profissão: no dia 13 de março completou-se 30 anos do Código de Ética da/o Assistente Social e no dia 7 de junho, o trigésimo aniversário da Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social. Tais feitos consiste em dois instrumentos normativos primordiais para o trabalho profissional e também para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

A profissão, ao possuir um Código de Ética, norteia a/o assistente social e indica um rumo ético-político para o exercício da profissão. De acordo com Iamamoto (2007,

p.77) “assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz, como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio”.

Demanda ainda a condução democrática do trabalho do Serviço Social

Afirmar o compromisso da democracia exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva [...]. Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano (IAMAMOTO, 2007, p.78).

No entanto, faz-se necessário considerar que o Serviço Social, enquanto uma especialização do trabalho na sociedade, fica sujeito aos determinantes históricos. Na análise de Iamamoto (2007), as mudanças históricas trouxeram alterações na divisão do trabalho na sociedade, e na divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, sendo incorporadas novas formas de organização e gerenciamento do trabalho.

Conforme apontado, o Serviço Social foi regulamentado como profissão liberal, no entanto, a/o assistente social executa seu trabalho predominantemente como assalariado no âmbito institucional público ou privado. O profissional liberal dispõe de relativa autonomia para desenvolver seu trabalho. Como aponta o Sujeito A dessa pesquisa:

As limitações são internas e externas [...] interna quando atendo as famílias e recebo demandas de ordem básica e não tenho como sanar. E a externa pelas determinações que recebo no dia a dia e me vejo tendo que executar, até já tentei argumentar em algumas ocasiões críticas e me pediram provas como fotos ou filmagens [...] ante as atuais situações prefiro me manter calada (SUJEITO A).

Rachelis (2018, p.38) alude que as/os assistentes sociais, ao serem recrutadas/os pelo mercado de trabalho, passam a ocupar “lugares específicos na divisão social e técnica do trabalho, respondendo a requisições ditadas pela dinâmica da luta de classes e dessas com o Estado”, ou seja, as respostas às demandas sociais são reguladas pela instituição empregadora, ratificando a relativa autonomia da/o profissional.

[...] profissionais enquanto trabalhadoras e trabalhadores assalariados, vendedoras e vendedores de força de trabalho, e ainda que possam escolher a quem vender sua força de trabalho e sua duração, não detêm a posse dos meios de produção, o que os coloca em determinado lugar na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho. Inserida como uma especialização nesta mesma divisão do trabalho, a profissão responde a uma parcela das necessidades sociais, ao tempo em que tais respostas se orientam por

fundamentações teórico-metodológicas e tem implicações ético-políticas (GUERRA, 2023, p.44).

No que tange às requisições institucionais, o sujeito A mencionou serem recorrentes as solicitações de “*cesta básica*”, salientou ainda que durante o processo eleitoral municipal, tais pedidos se avolumaram:

[...] teve a eleição, mudança de gestão, tivemos que responder muita coisa para vereadores de gente pedindo coisas que não tem no município, nem na política do SUAS e a gente tinha que fazer ofício justificando para o vereador, ou até mesmo para os assessores do prefeito porque a gente não estava dando x benefício para a pessoa, foi um tempinho [...] a gente continua um pouco ainda né (SUJEITO A).

Enquanto classe trabalhadora, a/o assistente social está alheia/o ao poder de decisão sobre o processo de trabalho, seus resultados, o que assiduamente lhe causa sensação de impotência. Desse modo, evidencia-se que a/o profissional, trabalhadora/or assalariada/o está sob os ditames do capital.

[...] A gestão solicitou que os técnicos entregassem as cestas, nos negamos a entregar, aí veio a gestão e fez a entrega, então foi bem, bem complicado, achei uma aberração por terem sido armazenadas dentro do CRAS (SUJEITO B).

O Serviço Social é uma das profissões que atuam no campo dos serviços, operacionalizando as políticas sociais estatais, e enquanto classe trabalhadora tem vivenciado a precarização nas condições de trabalho. Raichelis (2018) em *Pesquisa sobre Serviço Social, trabalho e profissão*, assinala que trabalho prestado ao Estado não objetiva “produzir mercadorias e/ou extrair valor nem mais-valia, a não ser quando esses serviços são organizados sob a lógica da produção capitalista”.

Nos termos discutidos por Marx (2017), o processo da compra da força do trabalho pelo proprietário dos meios de produção é realizado por meio do salário pago ao trabalhador, que ao final se torna mercadoria. O trabalho executado pelo trabalhador para produzir agrega valor ao produto, de forma que, ao vender o produto, o empregador extrai a mais-valia. A/o assistente social como trabalhadora/or assalariada/o, vende sua força de trabalho em troca de salários às instituições que requisitam o seu trabalho.

A luta pela reafirmação e efetivação do Projeto Ético-Político tem sido a grande estratégia de alargamento da relativa autonomia profissional contra a alienação do trabalho assalariado no cotidiano dos espaços sócio ocupacionais (RAICHELIS, 2010).

Contudo, é preciso ter clareza sobre os limites da ação profissional no que diz respeito ao direcionamento social no qual pretende-se imprimir sua intervenção, e as reais condições que circunscrevem o seu trabalho, assim como o agravamento das refrações sociais.

No âmbito interventivo, o assistente social vivencia um processo de precarização e burocratização de suas condições e relações de trabalho e de limitação em sua autonomia e em sua criatividade profissional. Atrelado a esse processo, lida, cotidianamente, com o sucateamento das políticas públicas e com os poucos recursos para o desenvolvimento de suas atividades laborais e para a efetivação dos direitos sociais dos usuários (FAERMANN, 2016, p.35).

Nos espaços sócio-ocupacionais, a/o assistente social sofre os impactos advindos da precarização do trabalho. Embora tenha ocorrido alargamento nos espaços de trabalho na Política de Assistência Social, é imperioso compreender as condições e relações de trabalho que as/os profissionais estão subjugadas/os.

Segundo Guerra (2023, p.51), é necessário entender o papel do Estado nesse metabolismo e o significado histórico das políticas sociais que “enraízam práticas autoritárias que se sustentam em uma cultura punitivista, higienista, machista, racista, de apologia à violência”, na atual conjuntura o Estado utiliza as novas tecnologias, além das políticas sociais para controlar a população pobre. A autora cita que a “lógica do capital nos “aprisiona”, nos institucionaliza, nos acultura, exigindo de nós a capacidade de não nos submetemos a essa lógica destruidora de nossos valores, princípios e convicções”.

As políticas sociais têm sido implementadas por meio de metodologias instituídas via manuais, plataformas e aplicativos digitais. As novas tecnologias, cada dia mais, têm adentrado aos espaços de trabalho das/dos profissionais que atuam diretamente com as políticas sociais, “com sua racionalidade “algorítmica” condicionam o trabalho induzindo profissionais a um conjunto de respostas prontas, protocolares, técnico-burocráticas” (GUERRA, 2023, p. 52).

As mudanças no âmbito do exercício profissional da/o assistente social vêm trazendo constantes desafios para a consolidação do projeto crítico dos processos de trabalho. Atuar nas expressões da questão social requer da/o assistente social a apropriação do projeto ético-político da profissão; condições de analisar criticamente a realidade social a fim de assegurar uma intervenção qualificada.

A degradação do trabalho tem ocorrido nos trabalhos produtivos e improdutivos. O capitalismo monopolista contribuiu na ampliação do setor de serviços através

da inserção de novas formas de organização do trabalho. As novas tecnologias possibilitam que o empregador controle todo processo de trabalho e o gerenciamento das horas trabalhadas.

Evidencia-se essa questão na fala do *Sujeito B*, quando menciona o ritmo do trabalho após a implantação do novo sistema;

[...] a gente estava acostumada num ritmo lá no CRAS que atendia muitas pessoas, e aí com este novo sistema que foi desenvolvido, hoje a gente atende poucas pessoas no CRAS [...]. A inscrição do cartão alimentação (Programa Cidadania na Mesa) a gente faz em cima do Cad único, então a pessoa nem vai mais lá pra fazer a inscrição, a pessoa que tem interesse no benefício deixa o nome com a cadastradora (responsável por realizar o Cadastro Único) e ela insere um uma planilha on-line [...] é ótimo pela automatização, mais é ruim pela situação que você não tem contato com a pessoa, então, às vezes tem outras demandas que a gente não consegue fazer o levantamento (SUJEITO B).

Ricardo Antunes (1999, p.124) considera que a interação entre ciência e trabalho possibilita a transformação do “trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos softwares, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana”. Essa conversão objetiva as atividades cerebrais na máquina informatizada.

Assim, Meirelles (2006), em suas pesquisas, debate “O conceito de Serviço” segundo a visão de autores clássicos:

Como citado, para Marx não é a materialidade do produto que define se determinada atividade econômica é ou não produtiva, isto é, se ela agrega ou não valor, pois a relação de compra e venda não é uma relação entre objetos e coisas, e sim uma relação social. Nesta perspectiva, a definição de trabalho produtivo se dá de forma independente do conteúdo material e tangível da mercadoria. Na sua formulação, o trabalho é produtivo quando contribui para a formação de um excedente na economia. Para isso, é necessário que a realização do serviço esteja baseada em relações capitalistas de produção, de forma que a subsunção do trabalho ao capital permita a obtenção de mais-valia, isto é, a obtenção de lucros. Ou seja, é a capacidade de geração de mais-valia, sob a forma de lucros, que define se uma atividade é ou não produtiva, seja ela uma atividade de produção de bens ou uma atividade de serviço (MARX, 1867, vol II:101-2 apud MEIRELLES, 2006, p.121-122).

O gerencialismo do trabalho ganha espaço em tempos de crise do capital, estruturando as relações de trabalho entre trabalhadoras/res e empregadores. No campo estatal, é reproduzida essa tendência neoliberal, o trabalho morto sendo substituído pelo trabalho vivo, gradualmente a razão instrumental vai prevalecendo em detrimento da razão crítica. Em meio

à crescente mecanização do trabalho e dispositivos de controle do trabalho, a relativa autonomia da/o assistente social vai sendo tensionada.

No setor de serviços públicos e privados, tem-se observado a acentuação da precarização e intensificação do trabalho, as atividades são menos valorizadas e os salários ínfimos. Nesse cenário, crescem o assédio moral, o desgaste mental das/os profissionais, o sofrimento e adoecimento impelidos pelas novas formas de trabalho e gestão nas políticas sociais (RAICHELIS, 2018, p.59).

O Sujeito A pontuou as condições de trabalho vivenciadas:

[...] com a diminuição dos recursos financeiros, falta de motorista, de forma que o assistente social passou a realizar várias atividades, sendo meramente executor terminal. O assédio moral sempre houve, mas neste período piorou demais[...] e junto a cobrança para dar conta das demandas, o profissional se viu sujeito a entregar marmiteix e participar de “barreiras humanitárias” (as barreiras humanitárias tinham intuito de impedir que pessoas em situação de rua se instalassem no município) (SUJEITO A).

Quando eu entrei na unidade eram eu e mais dois profissionais, depois saiu um profissional e ficamos em dois. Após um período mandaram uma coordenação e voltamos a ficar em três, então assim, aquela coisa, nunca a equipe estava completa né [...] atualmente estamos sem administrativo. Quando falta um da equipe, eu ou a coordenação tem que ficar na recepção, por exemplo na hora do almoço, um cobre para o outro almoçar, alguém tem que ficar [...] (SUJEITO E).

Nesse contexto de reestruturação produtiva, precarização do trabalho, desregulamentação dos direitos sociais é que a pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil. A pandemia afetou de forma desigual a população brasileira, evidenciando a desigualdade de acesso à proteção social existente no país.

Para Ellen Meiksins Wood (2014, p.14), os problemas associados à globalização, a injustiça social, o abismo acentuado entre ricos e pobres, não procedem simplesmente porque a economia é global, mas sim pelo capitalismo ser movido por imperativos sistêmicos, dentre eles a maximização dos lucros e da acumulação, concluindo que a globalização é o resultado desse processo e não a sua causa.

CAPÍTULO III

3 A PANDEMIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

O objetivo deste capítulo é tecer, através da revisão bibliográfica, um perfil do cenário em que Brasil e o mundo encontravam-se por ocasião do início da pandemia da Covid-19.

Evidenciamos a inserção das novas tecnologias e a transformação no modo de produção capitalista que trouxeram impactos sociais, econômicos, culturais e políticos para a vida da classe trabalhadora, expulsando do mercado de trabalho milhões de trabalhadores, e, conseqüentemente ocasionando um alargamento do desemprego e favorecendo os retrocessos em relação aos direitos sociais.

Este capítulo está organizado em dois momentos. Primeiramente, entende-se a necessidade de contextualizar a crise pandêmica do Coronavírus em escala global, expondo como encontravam-se os sistemas de saúde a nível mundial e as medidas adotadas pelos países para evitar a sobrecarga desses sistemas para atender à população quando do agravamento da pandemia.

No segundo momento, discorreremos sobre a crise econômica que o Brasil vivenciava, e a potencialização originada pela crise sanitária, bem como evidenciamos a desigualdade social que já vinha afetando a classe trabalhadora.

Abordamos ainda a evolução da pandemia da Covid-19 no país, e as ações do governo negacionista em relação à propagação do vírus, a progressão da doença, os altos índices de mortalidade e como se deu o sistema de vacinação no país.

3.1 PANDEMIA: CRISE SANITÁRIA, POLÍTICA E SUAS EXPRESSÕES

No segundo semestre de 2019, um surto da doença causada pelo Coronavírus (Covid-19)⁴ atingiu a cidade de Wuhan, na China. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou no site as primeiras informações e orientações a respeito da doença.

⁴Surto de doença Coronavírus (COVID-19). Disponível em: <https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 05/05/2022.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que a Covid-19 era uma emergência de saúde pública de importância internacional. O referido órgão mencionou que o monitoramento do excesso de mortalidade fornecia uma compreensão mais abrangente do impacto da Covid-19, além do número de óbitos relatados pelos países.

Diante da disseminação da doença em todos os continentes, dos mais de 118 mil casos em 114 países e das 4,2 mil pessoas que já haviam perdido a vida, em 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, comunicou que a Covid-19 poderia ser caracterizada como uma pandemia.

De acordo com esse boletim especial do Observatório Covid-19 Fiocruz, de março até setembro de 2020, o Brasil registrou mais de 5 milhões de casos e 150 mil óbitos, tornando-se um dos países mais afetados pela doença.

No intuito de monitorar o impacto e os encargos da pandemia sobre os países, os sistemas de saúde e os indivíduos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) acompanhou a evolução da mortalidade global à medida em que a pandemia evoluía. O excesso de mortalidade associado à Covid-19 foi utilizado para quantificar os impactos diretos e indiretos da pandemia.

A partir da confirmação do surto, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) prestou apoio técnico junto aos Ministérios da Saúde dos países das Américas, recomendando que o sistema de vigilância se mantivessem alerta, preparados para detectar, isolar e cuidar precocemente de pacientes infectados com o novo coronavírus.

Diante do quadro, as recomendações da OPAS e da OMS para reduzir a exposição a uma série de infecções e para não transmiti-las foram:

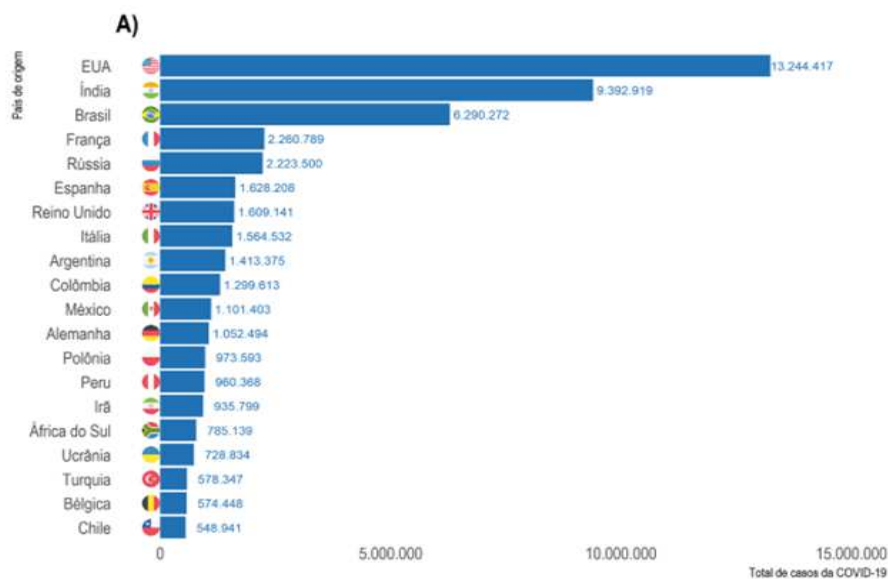
Lave as mãos com água e sabão ou com desinfetantes para mãos à base de álcool; Ao tossir ou espirrar, cubra a boca e o nariz com o cotovelo flexionado ou com um tecido – jogue fora o tecido imediatamente e higienize as mãos; Se tiver febre, tosse e dificuldade de respirar, procure atendimento médico assim que possível e compartilhe seu histórico de viagens com o profissional de saúde; Evite contato próximo sem proteção adequada com qualquer pessoa com sintomas semelhantes aos da gripe ou resfriado[...] (OPAS; OMS, 2020).

Bittencourt (2020) refere que, com o intuito de minimizar a propagação desenfreada da doença, as fronteiras nacionais foram fechadas, houve restrições de voos nos aeroportos, e rigidez no controle de entrada e de saída de pessoas em cada país. As advertências da possível contaminação amedrontavam os países vizinhos ao Brasil.

O Ministério da Saúde emitiu um boletim epidemiológico da Covid-19 no dia 28 de novembro de 2020. Na ocasião, haviam sido confirmados 62.244.181 casos da doença no mundo. Os Estados Unidos foram o país com o maior número de casos acumulados (13.244.417), seguidos pela Índia (9.392.919), Brasil (6.290.272), França (2.260.789) e Rússia (2.223.500) (conforme Figura 1A).

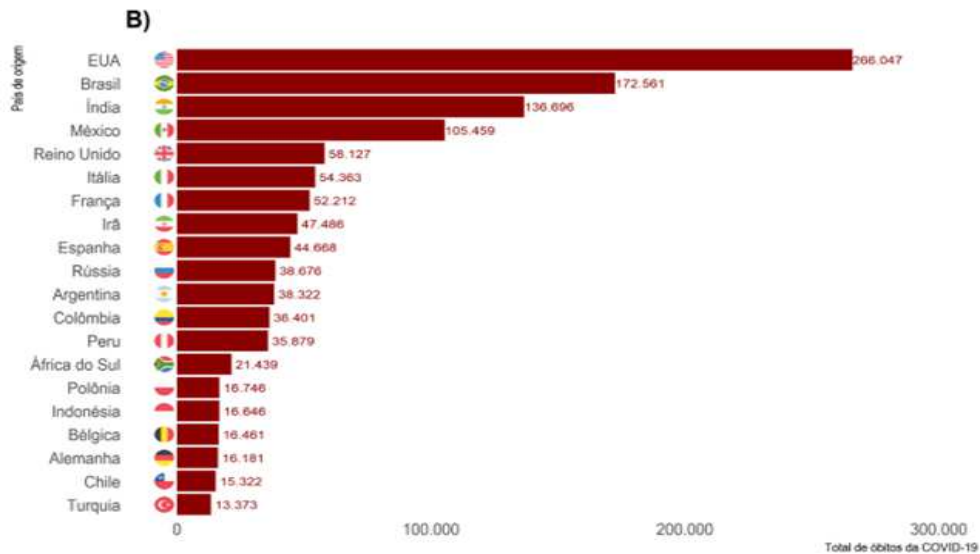
Em relação aos óbitos, foram confirmados 1.452.410 no mundo até o dia 28 de novembro de 2020. Os Estados Unidos foram o país com maior número acumulado de óbitos (266.047), seguido do Brasil (172.561), Índia (136.696), México (105.459) e Reino Unido (58.127) (evidenciado na Figura 1B).

FIGURA 1 (A) - Distribuição do total de casos (A) de Covid-19 entre os 20 países com maior número de casos em 2020



Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde

FIGURA 2 (B) - Óbitos ocasionados pela Covid-19 entre os 20 países com maior número de casos em 2020



Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde

Os sistemas de saúde de todo o mundo apresentaram insuficiência de recursos materiais, físicos e humanos para suprir tamanha demanda de pessoas infectadas pela Covid-19. As medidas adotadas pelos países objetivavam evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde em atender à população que caminhava para o agravamento da doença. Nos casos agudos, foram necessárias internações em UTI e uso de ventiladores pulmonares.

Os países mobilizaram-se com o intuito de suprirem as necessidades de seus sistemas de saúde, visando o atendimento de pacientes que apresentavam comprometimento respiratório, bem como desenvolveram-se políticas públicas no âmbito da saúde, assistência social, educação e segurança pública, com intuito de mitigar a disseminação do vírus, minimizar o contágio, letalidade e os impactos econômicos e sociais derivados da crise pandêmica (SILVA et.al, 2020).

Entre os países da América Latina, o Brasil foi a nação que teve a maior resistência em adotar o isolamento físico, o distanciamento social, o cancelamento das atividades e as demais medidas preconizadas pela OMS.

Ferreira et al. (2020) afirma que o país demorou a tomar medidas no controle de entrada da Covid-19 pelos aeroportos

[...] tanto em termos de triagem, meramente pela declaração de manifestação de sintomas sem o controle de temperatura, agregado à demora em estender a mais países o critério de suspeição e controle. Por muitas semanas, esse controle foi orientado somente a passageiros provenientes da China, sendo que apenas quando se passou a considerar os provenientes da Europa é que foi constatado o primeiro caso[...]. O fechamento de fronteiras, uma das primeiras medidas tomadas quando declarada a pandemia mundial, constitui-se em instrumento ineficaz se não associado, igualmente, às medidas de controle de testagem [...] (FERREIRA et al, 2020, p.43).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, em dezembro de 2020 os dados indicavam que “a região da América Latina e do Caribe é uma das regiões do mundo mais afetadas pelo coronavírus, tanto em número de casos como de mortes”. A comissão destacou ainda que a propagação da Covid-19 refletia na área econômica e social, agravando os problemas estruturais existentes resultantes dos elevados “níveis de desigualdade, informalidade do trabalho, desproteção social, pobreza e vulnerabilidade” (CEPAL, 2021, p.5).

A progressão da doença e das taxas de mortalidade pela Covid-19 a nível mundial demandaram emergência na intervenção por parte do poder público. Sendo assim, cada país construiu respostas a partir do sistema protetivo já instituído para garantir medidas protetivas e preventivas.

Inicialmente, a vacinação foi ofertada aos profissionais de saúde, por conta do alto risco de exposição ao vírus, bem como às pessoas idosas. Recomendou-se a vacinação também para as pessoas com comorbidades, incluindo a obesidade, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias e diabetes.

No dia 8 de dezembro de 2020, a população do Reino Unido começou a ser imunizada contra a Covid-19. Na sequência os Estados Unidos, Canadá, Arábia Saudita, Israel e os 27 países da União Europeia também iniciaram o processo de imunização.

Em 31 de dezembro de 2020, a OMS anunciou emergência na validação dos imunizantes, bem como a aceleração nos processos de aprovação, importação e administração da vacina. De acordo com a OMS, os parceiros trabalharam arduamente para avaliarem as vacinas no que tange aos padrões de segurança e eficácia.

Embora tenha sido declarada como emergência a imunização em âmbito global, em fevereiro de 2022, apenas 11% da população adulta do continente africano estava totalmente vacinada. A OMS veiculou que foram perdidas mais de 242 mil vidas pelo coronavírus na África e isso ocasionou enormes danos à economia dos países. Dados da Vigilância apontaram que a pandemia levou 40 milhões de pessoas no continente africano para

a extrema pobreza, e para cada mês em que houve medidas de contenção, as perdas do PIB chegaram a US\$ 13,8 bilhões na África.

Conforme citado, a crise estrutural do sistema produtivo mundial vinha dando sinais desde 1970, e tem se estendido até os dias atuais, considerando que o “vasto e global processo de reestruturação produtiva ainda não encerrou seu ciclo” Antunes (2009, p.248).

Ante o contexto relatado, no ano de 2020 iniciou-se a pandemia do Coronavírus. A crise sanitária evidenciou os efeitos nefastos de uma crise econômica mundial, fruto do neoliberalismo.

As consequências da pandemia estenderam-se a todos os âmbitos da vida humana, alterando consideravelmente a forma com que nos relacionamos, ameaçando a saúde pública, trazendo impactos econômicos, políticos e agudizando o pauperismo nos países periféricos.

O surto pandêmico global afetou o mundo do trabalho, comprometendo ainda mais os meios de subsistência e o bem-estar de milhões de pessoas. A intensificação do desemprego contribuiu para a degradação dos salários, a ampliação da informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho.

Os trabalhadores têm vivenciado assédios, adoecimentos, e mortes resultantes das perversas condições de trabalho. Tais questões “[...] indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontra em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global” (ANTUNES, 2018, p.70).

Conforme mencionam os sujeitos entrevistados nessa pesquisa:

Fui para a terapia, para o psiquiatra, porque mexeu muito comigo, estar lá vendo todos aqueles problemas e não conseguir enxergar uma luz no fim do túnel [...] estou tomando medicamentos ainda, agora a médica já começou a diminuir a dosagem, mas eu precisei sim, comecei com uma dosagem pequena [...] cheguei numa ansiedade, num nível de stress, que pra gente perceber que estava incomodando a gente, é porque devia estar muito pior para os outros [...] mas foi difícil (SUJEITO D).

Percebo que fiquei depressiva, ansiosa [...] o que gerou a compulsão alimentar, posso dizer que é um vício mesmo, todos os dias tenho que consumir determinado alimento[...] isso me acalma (SUJEITO A).

Sobre o desemprego em todos os países sob o domínio do capital, István Mészáros (2011), em sua obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, afirma que:

O remédio para dar seguimento às deficiências e “disfunções” devidas ao desemprego crônico em todos os países sob o domínio do capital, em rigorosa conformidade aos parâmetros causais do sistema do capital, é visto em termos de “maior disciplina do trabalho” e “maior eficiência”, resultando de fato na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países capitalistas avançados e no aumento generalizado do desemprego. A estratégia fortemente idealizada da “globalização” – que não passa de mais um nome para o reforço reiterado das relações iníquas de poder socioeconômico entre os países avançados e os subdesenvolvidos, ou “Terceiro Mundo” do sistema global do capital – agrava o problema do desemprego também nos países “metropolitanos” ou “centrais”, acelerando a mencionada tendência à uniformização do índice diferencial da exploração[...] (MÉSZÁROS, 2011, p.225).

A crise social tornou-se o cerne, sendo noticiada em caráter mundial, enfatizando a angústia e insegurança da população. A pandemia representava algo novo e sem respostas para a humanidade, trazendo consequências nefastas com a agudização da pobreza, e a intensificação da desigualdade social. Uma parcela significativa da população não conseguiu cumprir o isolamento social recomendado pela OMS por fazerem parte de serviços essenciais, ou por necessidade de proverem o sustento da família. A Covid-19 não discriminou raça, gênero, etnia, renda, no entanto, escancarou as desigualdades no Brasil e no mundo.

3.2 A CONTRARREFORMA E AS CONSEQUÊNCIAS TRAZIDAS PELA PANDEMIA DA COVID -19 NA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

Para compreender melhor o objeto dessa dissertação, buscando evidenciar os impactos da pandemia na condição de vida da classe trabalhadora, apresentaremos nesta seção, a partir da revisão bibliográfica, a discussão que alguns autores vêm fazendo sobre o contexto pandêmico. O presente capítulo abordará sobre o cenário político, econômico e social em que o Brasil se encontrava na ocasião da chegada da pandemia.

É importante contextualizar que a globalização contribuiu para que o Estado entrasse em crise, trazendo como consequências o aumento da dívida pública, a redução do crédito, elevação dos juros e o aumento do *déficit* nominal. O esgotamento financeiro estatal, advindo do endividamento, contribuiu para as privatizações e para o crescimento do

desemprego, de modo que a década de 1990 ficou marcada por significativas reivindicações, lutas sociais da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2020). Referindo-se a crise do Estado, Costa (2006, p.139) chama a atenção para o fato de que a crise fiscal decorre, em larga medida, da sua incapacidade de regular a vida social

diante da emergência de novas tecnologias e conseqüentemente, de uma nova organização produtiva e de um novo padrão de acumulação[...] a crise do Estado é também o conjunto de efeitos colaterais provocados pelos remédios utilizados para enfrentá-la, a partir da inauguração de um estilo de governo caracterizado pela prioridade absoluta ao ajuste fiscal. Com cortes expressivos nos gastos sociais (COSTA, 2006, p.139).

A crise estrutural do capitalismo acirrou a desigualdade social, trazendo impactos no âmbito econômico, político, cultural e social. Segundo Carvalho (2014), a transformação no modo de produção capitalista alterou o modo de vida da classe trabalhadora, expulsando do mercado de trabalho milhões de trabalhadores. Nesse cenário, houve diminuição das taxas de crescimento econômico, elevados índices inflacionários, inserção de novas tecnologias, e isso acabou culminando no alargamento do desemprego e nos retrocessos em relação aos direitos sociais, com a flexibilização das leis trabalhistas, as terceirizações, o trabalho intermitente, o rebaixamento dos salários e a mercantilização dos direitos sociais.

Segundo MÉSZARÓS (2009):

trata-se, de uma crise estrutural, na qual o colapso do sistema financeiro não é a causa, mas uma manifestação endêmica, cumulativa, crônica e permanente; cujos principais resultados são o desemprego estrutural, a destruição ambiental e as guerras permanentes condições que mantêm o mundo na estagnação econômica e sem solução visível a curto prazo. Para ele, o neoliberalismo e a globalização recrudesceram os problemas econômicos, sociais, políticos, ecológicos e culturais do planeta e o que observamos nos anos recentes é a combinação de uma nova crise cíclica com uma crise sistêmica, que ameaça levar o mundo a uma situação sem precedentes (MÉSZÁROS, 2009 apud YAZBEK, 2016, p.7).

No período de 1990 a 1992, quando Fernando Collor de Melo esteve na Presidência da República, as condições políticas e econômicas em que o país se encontrava favoreceram para implementação dos ideais neoliberalistas, iniciando-se o processo de privatização e mercantilização das políticas sociais.

A partir de 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso montou-se uma coalização política de centro, apresentando um projeto que convenceu a opinião pública e a elite sobre a necessidade e a importância de uma (Contra) Reforma do Estado. O período pós-1990 no Brasil foi apontado como contrarreforma do Estado, frente à denominada

Reforma do Estado idealizada pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro do governo FHC.

Behring (2003) apud Behring (2018, p.3) realiza a análise da direção e significado do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE, 1995) formulado por Bresser Pereira e o projeto de FHC como uma contrarreforma do Estado.

A (Contra) Reforma foi marcada por um retrocesso nas conquistas da classe trabalhadora, culminando no desmonte das políticas públicas de previdência, de assistência social e de saúde. Bresser Pereira⁵ (1998), para justificar tamanha barbárie, salientou que, diante da crise mundial iniciada nos anos 70 e alargada nos anos 80, o Estado passou a adotar a (Contra) Reforma como resposta ao processo de globalização. O desmonte autoritário realizado por Bresser teve como propósito tornar o Estado mais “governável e com maior capacidade de governança”, preconizando um Estado mínimo, ou seja, uma mínima intervenção Estatal (BRESSER PEREIRA, 1998, p.33).

Behring e Boschetti (2016) alertam para o fato de terem se propagado na mídia falada e escrita, nos meios políticos e intelectuais, diversas campanhas fomentando a (Contra) Reforma do Estado, retrocedendo as conquistas demarcadas na Constituição Federal de 1988, as autoras acrescentam que as

[...] “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros [...] BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p.146).

Costa (2006) complementa que uma das questões para o não-êxito da reforma do Estado foi a insuficiência dos resultados da implementação de seus projetos básicos. O autor aponta três aspectos do contexto sociopolítico como entraves: o patrimonialismo, o “personalismo” e as fragilidades da democracia, externalizadas pelo autoritarismo, clientelismo e mandonismo:

Os problemas colocados pelas peculiaridades do contexto brasileiro, embora suficientemente conhecidos e analisados pela literatura em ciências sociais, não são adequadamente situados no contexto da reforma do Estado para subsidiar diagnósticos

⁵ O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro do governo Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1990 e responsável pela Reforma Gerencial do Estado, que deu origem às Organizações Sociais. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/csDmFr3LjKYv4JmPTXVr3Dg/?lang=pt>. Acesso em: 20/06/2022.

e propostas de mudança. Patrimonialismo, clientelismo, mandonismo, personalismo, formalismo e tantos outros “ismos”, indicativos de modos de ser, de proceder ou de pensar[...] (COSTA, 2006, p.134).

As modificações socioculturais, acrescidas das inovações tecnológicas, trouxeram insegurança para todos os setores, instituindo um novo padrão de trabalho e de trabalhador.

A autora Yazbek (2016) sinaliza que as mutações no mundo do trabalho trouxeram a desestabilização da ordem do trabalho, a segmentação dos trabalhadores em estruturas ocupacionais cada vez mais complexas e precarizadas, de modo que as políticas públicas de emprego assumem novas características.

Nesse contexto liberal marcado pela política de desregulamentação, privatizações, acentuação da transnacionalização da economia nacional, foi tornando-se impraticável para o sistema econômico do país, requerendo ações voltadas ao fortalecimento da economia nacional. O cenário favoreceu para que Lula fosse eleito presidente do Brasil, em 2002.

O governo de Lula deu continuidade às contrarreformas iniciadas no governo anterior, e houve a fusão entre o liberalismo e progressismo. A democratização das oportunidades possibilitou maior crescimento econômico. O Partido dos Trabalhadores trouxe alterações socioeconômicas, impulsionando o desenvolvimentismo e as ações de caráter distributivo.

Visando o enfrentamento à pobreza, o governo do PT desenvolveu ações para garantir o bem-estar para a população, através de maior participação do Estado na vida da classe trabalhadora e da criação de políticas públicas que garantissem o acesso aos bens e serviços.

Luiz Inácio Lula da Silva iniciou o mandato em janeiro de 2003, e encerrou em janeiro de 2011. Diante da exitosa gestão do PT nos dois mandatos, Dilma Rousseff foi lançada candidata à presidência da república, e por conta da coligação política com o PMDB, Michel Temer, foi candidato a vice-presidente.

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a assumir a presidência no Brasil e exerceu o cargo entre os anos de 2011 a 2016, ano que foi instituído um golpe que culminou no seu *impeachment*. O golpe parlamentar realizado teve como intuito implantar uma agenda mais conservadora e legitimar os ideais liberais.

Reis e Silveira (2020) complementam que a presidenta eleita de forma democrática sofreu um *impeachment* considerado “golpe” por diversos setores da sociedade.

A atuação do legislativo, judiciário e da mídia criaram uma situação bastante desafiadora para os próximos anos no Brasil. Uma cultura ainda mais polarizada e a emergência de uma “nova direita” entre parênteses, porque não mudou as perspectivas reacionárias, racistas, patrimonialistas e clientelistas históricas do Brasil, só prepararam o país para a eleição do Capitão Reformado Jair Bolsonaro e um governo de total despreparo para atravessar (o que estava por vir) uma pandemia de proporções mundiais (REIS; SILVEIRA, n.p, 2020).

No mesmo ano em que ocorreu o *impeachment*, aprovou-se no senado a Emenda Constitucional nº 95, responsável por congelar pelo período de vinte anos os recursos destinados aos investimentos em políticas sociais, culminando no agravamento das políticas sociais. A referida emenda trouxe prejuízos drásticos às políticas sociais e à classe trabalhadora que já se encontrava extremamente vulnerável.

O cenário favoreceu o desencadeamento de movimentos políticos e partidários da direita com vistas à uma corrida presidencial orientada pelos ditames do capital. Impulsionou-se assim, a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república em 2018, reafirmando o desejo de uma parcela da população que via em Bolsonaro um representante dos interesses de grupos de ultradireita, fascistas e do grande capital.

Foi nesse cenário de desequilíbrio econômico, político e social que, em 2020, a Covid-19 chegou ao Brasil, num contexto de desigualdade social latente que o país encontrava-se, tornando-se um terreno fértil para que o vírus se propagasse.

O país entrou em um estágio complexo diante da crise social, a crise sanitária e o negacionismo do governo Federal, evidenciando a má vontade e o despreparo diante de tamanho desafio (REIS; SILVEIRA, 2020).

Segundo Brettas (2020), para o enfrentamento à Covid-19 as medidas de isolamento social são essenciais. Com a reclusão das pessoas em casa, a exploração da força de trabalho fica limitada e, dessa maneira, modifica-se a dinâmica de produção de riqueza no contexto capitalista. “Diante deste cenário, é possível ver manifestações que questionam a necessidade e a importância de medidas de proteção à vida das pessoas, escancarando o que a ideologia burguesa busca esconder” (BRETTAS, 2020, p.11).

O primeiro óbito pela Covid-19 no Estado de São Paulo ocorreu em 17 de março de 2020. Cabe salientar que, em 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde já havia recebido a primeira notificação de um caso importado do novo Coronavírus no Brasil.

No dia 11 de março de 2020, foi instituída a portaria nº 356 que dispunha sobre a regulamentação acerca do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estabelecendo as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Em decorrência da infecção humana pela Covid-19, estabeleceu-se como principal medida para enfrentamento da emergência de saúde pública, o isolamento, com objetivo de separar as pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local.

Entre as recomendações, destaca-se que, em caso positivo a medida de isolamento seria determinada através de prescrição médica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, podendo estender-se por até igual período, conforme resultado laboratorial que comprovasse o risco de transmissão. Preconizava-se que o isolamento ocorresse preferencialmente, em domicílio, podendo ser feito em hospitais públicos ou privados.

O Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela OMS, por meio da Recomendação nº36, de 11 de maio de 2020, decretou a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivas (*lockdown*) nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de Covid-19 e com taxa de ocupação dos serviços médicos atingindo níveis críticos.

O CNS recomendou ao Ministério da Saúde, aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, aos Secretários Estaduais de Saúde, aos Prefeitos Municipais e aos Secretários Municipais de Saúde:

- 1) Que sejam implementadas medidas que garantam pelo menos 60% da população em distanciamento social, ou superiores a este, em se agravando a ocupação de leitos, de maneira progressiva e efetiva, como medida sanitária excepcional necessária;
- 2) Que sejam adotadas medidas de distanciamento social mais rigoroso, ou seja, a contenção comunitária ou bloqueio (em inglês, *lockdown*) nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingidos níveis críticos, agregando as seguintes providências:
 - a) Suspensão de todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, apenas autorizando o funcionamento dos serviços considerados essenciais, por sua natureza;
 - b) Adoção de medidas de orientação e de sanção administrativa quando houver infração às medidas de restrição social, podendo ser aplicadas em áreas específicas de uma cidade (bairros, distritos, setores);
 - c) Restrição da circulação de pessoas e de veículos particulares (somente com uso de máscaras), salvo transporte de pessoas no itinerário e no exercício de serviços

considerados como essenciais, com ampliação de medidas informativas e educativas (monitoramento do cumprimento) em veículos de transporte coletivo; e
d) Mobilização das Forças Armadas e de Segurança, pelos poderes Estaduais e Municipais, pela via de parcerias intersetoriais entre os órgãos, com vistas ao cumprimento dos protocolos de emergência para a adoção de bloqueio total (lockdown) quando necessário, com planejamento antecipado ao limite de ocupação de leitos na rede local de saúde (OMS, 2020).

Para reduzir o avanço da pandemia, o distanciamento social foi uma das medidas adotadas, visto que a transmissão ocorria de uma pessoa para outra, através do aperto de mão, do contato com objetos que estivessem contaminados, pelo ar ou por contato com secreções contaminadas, pela saliva, espirro, tosse, catarro, consecutivo de contato com olhos, nariz ou boca.

Conforme o Ministério da Saúde, o vírus tinha a capacidade de ser transmitido rapidamente de uma pessoa infectada para outra, mesmo que ela não apresentasse nenhum sintoma. Dessa forma, a prevenção por via do distanciamento social, o uso de máscaras e correta higienização das mãos, poderia nos proteger.

O Ministério da Saúde informou que, de 26 de fevereiro a 28 de novembro de 2020, foram confirmados 6.290.272 casos e 172.561 óbitos por Covid-19 no Brasil. O maior registro no número de novos casos (69.074 casos) e de novos óbitos (1.595 óbitos) ocorreu no dia 29 de julho de 2020. Nesse período, as regiões Sudeste, Nordeste e Norte apresentaram um crescimento maior dos casos e de óbitos.

Ante o colapso do sistema público de saúde no Brasil, elaboraram-se protocolos de atendimento, estabeleceram-se critérios para escolha de quem teria acesso a um leito hospitalar e quem seria liberado para morrer em casa.

Dentre as medidas adotadas para minimizar a veiculação do vírus, destacam-se o fechamento do comércio no país, gerando descontentamento ao presidente Jair Bolsonaro, que em seu discurso, afirmava que a Covid-19 não era tão ofensiva quanto se propagava pela mídia.

O líder de governo, por meio de suas redes sociais, estimulou passeatas, descumpriu o distanciamento social ao cumprimentar seus apoiadores, desconsiderando o risco de transmissão da doença. No dia 24 de março de 2020, a mídia divulgou a fala do Bolsonaro afirmando tratar-se apenas de uma “gripezinha”⁶.

⁶‘Gripezinha’: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. São Paulo, Marc. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em 25/08/2022.

Face à ausência de apoio por parte do poder Executivo federal, governos estaduais e municipais adotaram medidas contra a crise pandêmica conforme os recursos que possuíam. Jair Bolsonaro, contrariando as recomendações das autoridades sanitárias, e com ideias divergentes às ideias dos governadores e prefeitos, estabeleceu um embate e agiu de forma autoritária em defesa da reabertura do comércio no país.

A preocupação demonstrada pelo presidente foi com relação aos empresários, enfatizando que o *lockdown* seria o caminho do fracasso, e com a quebra do Brasil estaríamos condenados a viver em um país de miseráveis (GOMES, 2020).

A crise pandêmica ocorrida em 2020 no Brasil compara-se ao Apocalipse. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), contabilizaram-se mais de 150 mil pessoas mortas e aproximadamente 5 milhões de pessoas contaminadas.

A proliferação da pandemia estendeu-se ao mercado de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, no segundo trimestre de 2020, haviam sido perdidos 195 milhões de empregos e aproximadamente 1,6 bilhões de pessoas que viviam na informalidade encontravam-se em sofrimento pelas condições de sobrevivência precárias (ANTUNES, 2020).

Boschetti e Behring (2021) salientam que, desde o início, o Governo Federal brasileiro menosprezou as recomendações da OMS, ignorando o uso de máscaras e distanciamento social, mantendo uma postura negacionista, tratando com descaso os sofrimentos das famílias que perderam seus entes queridos.

Bolsonaro estimulou a população a não cumprir os protocolos estabelecidos pelas autoridades do âmbito da saúde, propagou o uso de medicamentos sem eficácia científica comprovada, preconizou que a classe trabalhadora se mantivesse ativa, justificando que a economia não poderia ser prejudicada.

Utilizando de sua retórica fundamentalista religiosa e anticientificista, Jair Bolsonaro utiliza de seu poder e mobilização de massas para em primeiro momento negar a existência da pandemia de COVID-19, posteriormente, minimizar os efeitos da pandemia, tratando uma doença cujo os impactos ainda eram desconhecidos como uma simples “gripezinha”, indicar o uso preventivo de hidroxiclороquina, uma medicação sem comprovação científica de sua eficácia e desencorajar o isolamento social, que até o momento, é a única medida comprovadamente eficaz para prevenção ao vírus (MARQUES; MARANHÃO, 2020, p.5).

Na mídia, o presidente argumentou, em um de seus discursos, que o sustento das famílias deveria ser resguardado. Com grande poder de persuasão, incentivou a massa a voltar à normalidade, alegando que o vírus afetaria apenas o grupo de risco composto por

pessoas com idade acima de 60 anos. Reforçou ainda que a maioria das pessoas infectadas não teria sintomas, caso fosse contaminada.

O líder do poder executivo desconsiderou que uma parcela relevante da população vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com pouco acesso aos direitos básicos e com condições de moradias insalubres. Em poucos meses, foram apontados altos índices de mortalidade no mundo, alargamento do empobrecimento e miserabilidade dos trabalhadores que dependem da venda da força de trabalho para subsistência.

Nessa perspectiva, a classe dominante manifestou-se pressionando pela suspensão do confinamento e pelo retorno das atividades. Observou-se que, diante do cenário, a principal apreensão do governo federal era de que o isolamento social acentuasse a crise econômica no país. Desse modo, incitou os trabalhadores a retornarem aos postos de trabalho, contrariando totalmente o que preconizava a OMS e o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

O presidente, descontente com a atuação de Mandetta, no dia 16 de abril de 2020, demitiu-o e o médico oncologista Nelson Teich assumiu o cargo. No entanto, com menos de um mês no cargo, Teich⁷ solicitou demissão.

Dessa forma, o então secretário-executivo e general do exército, Eduardo Pazuello, assumiu o cargo interinamente pelo período de quatro meses e, posteriormente, tornou-se oficialmente o Ministro da Saúde.

Pazuello criticou o isolamento social enquanto medida preventiva, justificando que ficar em casa não evitaria a propagação do vírus⁸, e defendeu o tratamento precoce com o uso de cloroquina e hidroxicloroquina⁹ a pacientes acometidos pela Covid-19, desconsiderando a inexistência de comprovação científica no que tangia à eficácia desses medicamentos.

Em novembro de 2020, houve intenção de compra de 46 milhões de doses da vacina chinesa contra a Covid-19, contudo o presidente Jair Bolsonaro determinou o

⁷ Solicitação de demissão do Ministro da Saúde Nelson Teich. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/15/para-senadores-demissao-de-nelson-teich-indica-que-governo-esta-perdido>. Acesso em 24/05/2022.

⁸ Após 4 meses interino, Pazuello assume Saúde e minimiza convívio com covid. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/09/16/apos-4-meses-como-interino-general-pazuello-assume-ministerio-da-saude.htm>. Acesso em: 22/05/2020.

⁹ Protocolo autoriza cloroquina. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4911884-entenda-os-desgastes-que-pressionam-a-saida-de-pazuello-do-ministro-da-saude.html>. Acesso em 22/05/2022.

cancelamento da compra¹⁰. A postura do governo repercutiu negativamente entre os parlamentares, principalmente com relação à Comissão Externa da Câmara de Enfrentamento à Covid-19.

Diante da atitude de Jair Bolsonaro, partidos políticos indagaram perante a Justiça so motivo do cancelamento de compra da vacina por parte do governo, e então foi realizada a criação da CPI da COVID¹¹. No documento, consta que a comissão parlamentar investigaria ações e omissões do governo frente ao enfrentamento da pandemia e a crise no âmbito da saúde no estado do Amazonas.

Frente às cobranças que Pazuello vinha sofrendo em relação à gestão da pandemia, aliadas ao ritmo lento na disponibilização da vacinação, à ausência de respiradores, à reclamação de governadores em detrimento da mitigação no repasse de recursos para a manutenção de leitos na UTI e no Programa Nacional de Imunização, ocorreu a sua exoneração do Ministério da Saúde.

Em 23 de março de 2021, o ministro da Saúde Eduardo Pazuello foi exonerado¹² e o médico cardiologista Marcelo Queiroga foi nomeado como novo Ministro da Saúde, sendo o quarto ministro a assumir o referido Ministério desde o início da pandemia.

Na sequência à posse de Queiroga, ocorreu a CPI da pandemia. Em maio de 2021, o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, foi ouvido e mencionou que, em 30 de junho de 2020, realizara a primeira oferta de vacinas contra a Covid-19 ao Ministério da Saúde, porém não obtivera resposta. Na ocasião, estavam previstas a entrega de 60 milhões de doses.

De acordo com o diretor do Instituto Butantan, o Brasil poderia ter sido o primeiro país no mundo a iniciar a vacinação¹³ "se todos os atores" tivessem colaborado. Dimas Covas ressaltou que as manifestações do presidente Jair Bolsonaro contra a vacina deixaram as negociações "em suspenso" e atrasaram o começo da vacinação no país.

Covas denotou ainda que, em dezembro de 2020, o laboratório contava com aproximadamente 10 milhões de doses da CoronaVac, com capacidade de produzir mais 100

¹⁰ Resistência do presidente Bolsonaro à vacina chinesa repercute na Câmara. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/701903-resistencia-do-presidente-bolsonaro-a-vacina-chinesa-repercute-na-camara/>. Acesso em: 22/05/2022.

¹¹ CPI da Covid é criada pelo Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>. Acesso em: 22/05/2022.

¹² Eduardo Pazuello é exonerado do Ministério da Saúde. São Paulo, 23/03/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pazuello-e-exonerado-do-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 25/05/2022.

¹³ Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>. Acesso em: 23/05/2022.

milhões de doses até o mês de maio de 2021. Mundialmente, a vacinação iniciou-se em 8 dezembro, no entanto, no Brasil, tal ato só foi possível em 17 de janeiro de 2021.

A morosidade nas negociações com o Governo Federal contribuiu para o atraso e oferta de vacinas. O então ministro da Saúde Eduardo Pazuello chegou a divulgar a aquisição dos imunizantes, porém o contrato ficou em "suspensão" por quase três meses após Jair Bolsonaro posicionar-se contra a compra dos imunizantes.

Vale destacar que o Instituto Butantan custeou todas as despesas advindas do estudo clínico da vacina. Apontou-se que o país, até o mês de maio, poderia já ter imunizado 50 milhões de pessoas com CoronaVac, se o presidente Jair Bolsonaro não tivesse sido negligente.

Dessa forma, os senadores que compuseram a CPI da COVID-19 aprovaram o relatório final evidenciando provas de que o Governo Federal foi omissivo, não agindo de forma técnica no enfrentamento da pandemia expondo deliberadamente a população ao risco de uma infecção em massa.

Na CPI observou-se ainda que o presidente Jair Bolsonaro nunca teve o intuito de vacinar a população brasileira, bem como não houve sequer manifestação alguma de alento e solidariedade por parte do chefe do poder executivo às mais de 600 mil mortes causadas pela Covid-19. O descaso com a vida da população retrata a maior tragédia sanitária da história do Brasil.

Pesquisadores comparam que a forma com que o presidente Bolsonaro vinha conduzindo o país antes da chegada da pandemia repetiu-se durante o enfrentamento da pandemia. Com a chegada do Coronavírus ao país, as desigualdades sociais acirraram-se, evidenciando as contradições do processo de acumulação capitalista. A Covid-19 infectou e ocasionou a morte de milhões de pessoas no mundo (BRAVO et al., 2021).

O senador Renan Calheiros mencionou que a forma com que foi gerida a crise pandêmica pelo governo brasileiro trata-se de algo histórico. O relatório final da CPI da Pandemia “comprovou crimes do governo brasileiro na condução da pandemia”, e ressaltou:

Vimos crimes aterradores e barbaridades desumanas, desprezo com a dor e escárnio com a vida. As atrocidades cometidas por este governo não serão esquecidas. Nós não esqueceremos. O caos do governo Jair Bolsonaro entrará para a história como o mais baixo degrau da indignância humana e civilizatória, reúne o que há de mais rudimentar, infame e sombrio da humanidade. Bolsonaro sabotou a ciência, é despreparado, desonesto, caviloso, arrogante, autoritário com índole golpista, belicoso, mentiroso e agiu como um missionário enlouquecido para matar o próprio povo. Há um homicida no Palácio do Planalto (SENADO NOTÍCIAS, 2021, n.p).

O relatório conta com 1.289 páginas e responsabiliza o presidente Jair Bolsonaro por considerar que ele cometeu pelo menos nove crimes¹⁴: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado de morte; infração às medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade.

O documento final foi encaminhado à Procuradoria Geral da República (PGR) (a quem compete a análise dos pedidos de indiciamento do presidente Jair Bolsonaro e de deputados e a outras instâncias do Ministério Público, Supremo Tribunal Federal (STF) e a outras instituições.

Os efeitos da pandemia foram avassaladores, portanto faz-se necessário analisá-los a partir de um recorte econômico, político e classista.

A complexa engrenagem econômica não possui limites para a sua expansão e reprodução do capital (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), resultando nas devastações ambientais, opressões de gênero, raça, etnia, sexos, entre outras aberrações “estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados” (ANTUNES, 2020, n.p).

Cabe salientar que os impactos da pandemia não foram iguais em todo o mundo, uma vez que cada país reagiu de acordo com o seu sistema de proteção social, conforme evidenciam as autoras:

A pandemia da Covid-19 gerou ameaças a milhões de trabalhadores desempregados e subcontratados e trouxe um adensamento nas condições de sobrevivência, fazendo com que as expressões da questão social adquirissem maior visibilidade, dada a magnitude da crise social instalada no contexto mundial. Sem contar as mudanças geradas nas relações sociais, elevando o nível de isolamento de alguns segmentos sociais desprovidos de condições materiais e sociais que garantam sua proteção social (LUZIA, LIPORONI, 2020, p.11).

Diante das tensões entre alguns setores da sociedade e parlamentares do Congresso, foi aprovado pelo Senado o Auxílio Emergencial, porém ele foi desvinculado da Política de Assistência Social rechaçando a classe trabalhadora. O valor monetário aprovado

¹⁴ Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em: 24/05/2022.

foi de R\$600,00 pagos através da agência bancária da Caixa Econômica ou mediante aplicativo próprio.

Segundo Reis e Silveira (2020, p.8), menosprezar uma política da relevância da Política de Assistência Social frente à uma crise sanitária é ignorar a própria Constituição Federal “é um projeto de genocídio populacional, é negligenciar uma parcela importante da população e tirar dela o acesso a um benefício que neste contexto garante a sobrevivência de milhares de brasileiras e brasileiros”.

Antunes (2022) destaca que, nas regiões periféricas, trabalhadores sem as mínimas condições de sobrevivência, vivenciaram profunda escassez de alimentos ou passaram fome e até mesmo vieram a óbito:

A esta simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, capital pandêmico. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. (ANTUNES, 2022, p.28).

Em novembro de 2021, um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁵ apontou a inflação acumulada nos últimos 12 meses e mostrou que, para as famílias que recebiam menos do que R\$ 1.808,79, o índice foi de 11,4%, enquanto que a alta verificada para as famílias que recebiam mais do que R\$17.764,49 foi de apenas 9,3%.

A habitação foi o quesito que mais contribuiu para a alta inflacionária para as famílias de renda muito baixa. Além dos reajustes de 1,2% das tarifas de energia elétrica, de 3,7% do gás de botijão e de 0,9% do aluguel, as altas de 1,1% dos reparos no domicílio e de 0,95% dos artigos de limpeza explicam a pressão exercida pelo grupo habitação.

O IPEA ressalta um segundo segmento que influenciou a inflação para as famílias de menor renda: alimentos e bebidas: As altas de alimentos como a batata (16%), o açúcar (6,4%), o café (4,6%) e as aves e ovos (3,2%), mesmo em um contexto de queda nos preços do arroz (-1,4%), do feijão (-1,9%) e das carnes (-0,04%).

Comparado a inflação de outubro de 2020 ao mesmo período de 2021, evidenciou-se um aumento significativo nos itens como energia elétrica (0,03%), gás de botijão (1,3%), aluguéis (0,19%) e produtos farmacêuticos (-0,38%). Já para as famílias com maiores

¹⁵ Inflação de outubro é maior para famílias de menor renda pelo sétimo mês seguido. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38653. Acesso em 22/05/2022.

rendimentos, a inflação acumulada no período foi impactada, sobretudo, pelas variações de 45,2% dos combustíveis e de 36,6% dos transportes por aplicativo.

Os dados acumulados nos últimos 12 meses revelaram que, embora a pressão inflacionária tenha acelerado para todas as faixas de renda, a inflação acumulada nas famílias de renda muito baixa (11,4%) é 2,1 pontos percentuais maior que a registrada na classe de renda mais alta (9,3%). Para as famílias de renda muito baixa, além dos aumentos nos preços dos alimentos no domicílio, houve altas nos preços da batata (23,6%), do açúcar (47,8%) e das proteínas animais como carnes (19,8%), aves e ovos (28,9%), leite e derivados (8,8%).

A crise da Covid-19 trouxe diversos desdobramentos nos mais variados âmbitos, dentre eles na economia, acentuando ainda mais as desigualdades sociais e o acesso aos direitos básicos, dentre eles à moradia digna.

[...] Teve muita gente pedindo tenda e barraca, pessoas que foram morar na rua, tive um pedido desse que nem sabia o que fazer, fui atrás de SOS (Serviço de Obras Sociais) e até que enfim conseguimos [...] a pessoa estava em situação de rua com a família, não dava para ir para o abrigo e separar a família, era por pouco tempo os acolhimentos, fui um período complicado (SUJEITO D).

Desde que iniciou a crise sanitária, o índice inflacionário vinha afetando diretamente a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com a desvalorização do real, houve um aumento nas exportações e redução nas importações, intensificando ainda mais a desigualdade social.

Silva et al. (2020, p. 1458) chamam a atenção para o fato de que “até este momento, as respostas governamentais para minimizar os efeitos socioeconômicos negativos da pandemia entre a população mais pobre não têm sido articuladas entre os níveis de governo e as políticas existentes”.

Conforme análise realizada por José Dari Krein, Magda Biavaschi e Marilane Teixeira¹⁶ em relação às condições do Brasil antes da crise pandêmica, pode-se apontar que:

a) 16,7 milhões de domicílios viviam com até dois salários mínimos. Eram milhões de pessoas que transitavam entre desemprego aberto e oculto, e trabalhos com horas insuficientes, por conta própria ou informais. Esse quadro aprofundava-se quando se combinavam dimensões como gênero, raça, faixa etária e regiões;

¹⁶José Dari Krein, Magda Biavaschi e Marilane Teixeira. “Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida”, Nexo, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-%C3%A0-vida>. Acesso em: 03/06/2022.

b) Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua referente ao quarto trimestre de 2019, a população na força de trabalho era de 106,2 milhões de pessoas, sendo que 11,6 milhões se encontravam sem *ocupação*¹⁷ (desemprego aberto) e outros 4,6 milhões tinham desistido de procurar trabalho (desemprego por desalento), o que totalizava 16,2 milhões de pessoas;

c) Do total das pessoas inseridas no mercado de trabalho, a pesquisa apontou que 29% recebiam até um salário mínimo. Lembrando que quem contribui para o sistema de seguridade com valor inferior a um salário mínimo (9,5% ou 8,7 milhões de pessoas recebiam até meio salário mínimo) não tem o período computado para efeitos previdenciários e do seguro desemprego;

d) 24,5 milhões de pessoas trabalhavam por conta própria. Desses, aproximadamente 80% não contribuíam para a Previdência e desempenhavam atividades bastante precárias. Evidenciou-se também grande contingente de pessoas com emprego privado sem carteira de trabalho assinada (11,8 milhões), com emprego no setor público sem registro (2,5 milhões) e com emprego doméstico sem registro (4,6 milhões). Dessa forma, totalizavam-se 43,5 milhões de pessoas desprotegidas;

e) Agrega-se a isso os 6,8 milhões de *subocupados*, aqueles que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, que gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e que estavam disponíveis para trabalhar mais horas. Em torno de 25,5% tinham uma jornada de até 14 horas semanais e, do total, 74,0% recebiam até um salário mínimo. Sendo que, entre as mulheres negras, o percentual alcançava 84,2%, indicando uma situação de não-contribuição previdenciária;

f) 26,1 milhões eram trabalhadores *subutilizados*. No quarto trimestre de 2019, a taxa de subutilização da força de trabalho era de 23,0%. Entretanto, quando se analisam os dados por sexo e raça, se identifica a prevalência das mulheres negras (33,2%), seguidas pelos homens negros (22,3%) e as mulheres brancas (20,7%), a menor taxa entre os homens brancos (14,2%).

É importante salientar que a crise econômica, potencializada pela crise sanitária, revelou a desigualdade social que já vinha afetando os trabalhadores. Nos termos de Arregui e Raichelis (2021), a desigualdade estrutural se produz e reproduz em uma conjuntura

¹⁷ De acordo com a metodologia usada pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2019_nov.pdf. Acesso em 02/06/2022.

divergente à concepção de direitos humanos e se consolida nos inúmeros tipos de violências e violações contra as populações: negras, indígenas, pobres e periféricos, LGBTQIAPN+, contra a mulher, os imigrantes, os trabalhadores, ou seja, contra a maioria da população brasileira.

A expansão da (s) direita (s) no cenário nacional e internacional, o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e a intensa precarização as condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional, que não podem ser creditadas à pandemia causada pelo novo coronavírus (SANT'ANA; RAICHELIS; YAZBEK, 2020, p.207).

A pandemia de Covid-19, ao chegar ao Brasil, encontrou um ambiente fértil uma vez que vivenciávamos uma crise econômica, com a flexibilização das regras trabalhistas, a fragilização dos sindicatos, o desmonte da previdência social, e um líder de governo conservador, autoritário e fascista.

Ante o panorama apresentado, evidencia-se que a globalização, a reestruturação produtiva e as transformações do capitalismo trouxeram alargamento do desemprego, da terceirização, precarizando ainda mais os subempregados.

De acordo com o IBGE, em 2019 o rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica era quase 34 vezes maior que da metade mais pobre em 2018. Isso significa que a parcela de maior renda arrecadou R\$ 27.744 por mês, em média, enquanto os 50% menos favorecidos ganharam R\$ 820.

Figura 3 – Concentração de renda no Brasil em 2018



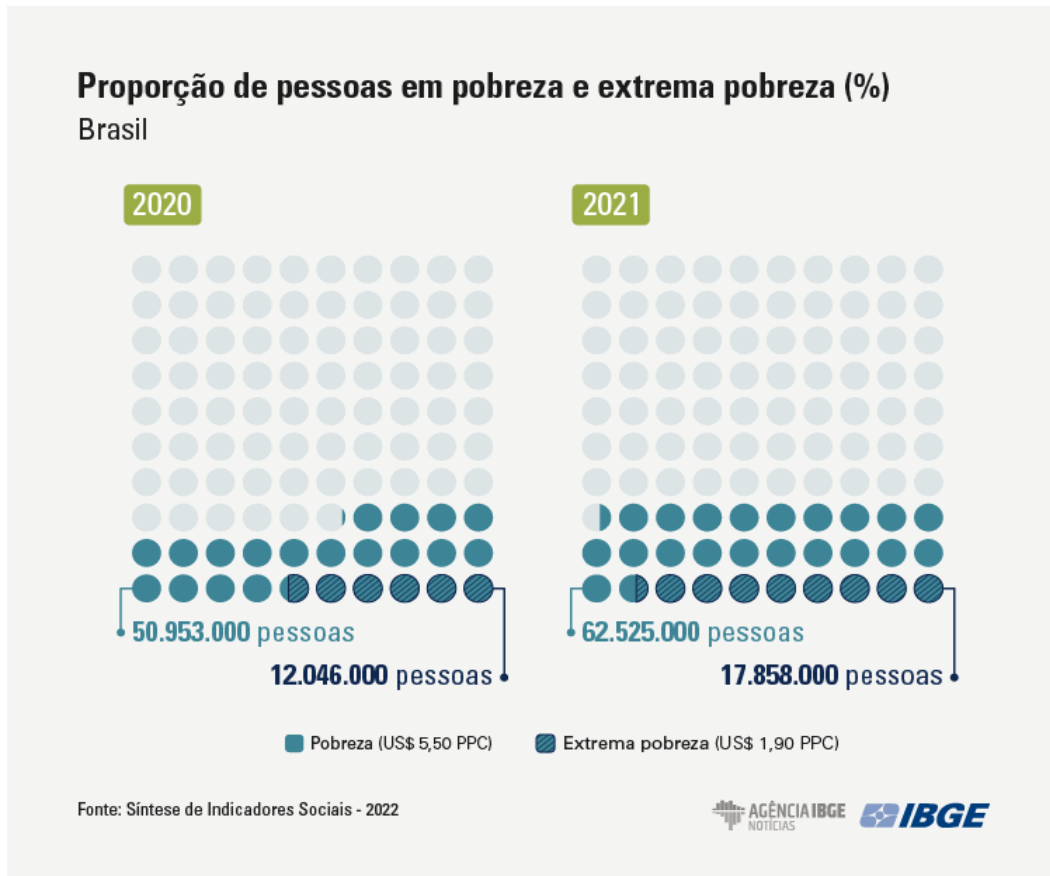
Fonte: Agência de Notícias IBGE

Com a pandemia, a desigualdade social tornou-se ainda mais gritante. Segundo a Agência de Notícias IBGE, em 2021 o país tinha em torno de 62,5 milhões de pessoas (ou 29,4% da população do país) na pobreza (considera-se as linhas de pobreza¹⁸ propostas pelo Banco Mundial). Entre essas, 17,9 milhões (ou 8,4% da população) encontravam-se na extrema pobreza. Segundo a pesquisa, desde 2012, esses foram os maiores números e os maiores percentuais de ambos os grupos.

Os indicadores sociais revelaram ainda que, entre 2020 e 2021, houve aumento recorde nesses dois grupos: o contingente abaixo da linha de pobreza cresceu 22,7% (ou mais 11,6 milhões de pessoas) e o das pessoas na extrema pobreza aumentou 48,2% (ou mais 5,8 milhões).

¹⁸ O Banco Mundial adota como linha de pobreza os rendimentos per capita US\$ 5,50 PPC, equivalentes a R\$ 486 mensais per capita. Já a linha de extrema pobreza é de US\$ 1,90 PPC, ou R\$ 168 mensais per capita. Disponível em :<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em 11/06/2023.

Figura 4- Proporção de pessoas em pobreza e extrema pobreza



Fonte: Agência IBGE Notícias

Em contrapartida, em 2021, foi noticiado na imprensa oficial através da revista Forbes que, de 2020 a 2021, houve um aumento de 77 novos bilionários no Brasil, totalizando ao todo 315.

Reportagens publicadas na mídia apontam que os incentivos “lançados para combater a crise financeira, agravada pela pandemia da Covid-19, “aqueceram” o mercado de capitais, tendo como consequência o aumento do patrimônio dos chamados super-ricos [...]” (SILVA; VENDRAMINI, 2023, p.78).

Outro indicador, o índice de Gini, referente ao ano de 2020, aponta para o aumento da massa de capitais nas mãos de poucos bem-aventurados. O coeficiente passou de 88,2 para 89, mostrando uma maior concentração da renda no Brasil. Se em 2019 o grupo dos 1% mais ricos detinham 46,9% da renda nacional, durante a pandemia eles abocanharam 49,6% de tudo que se produziu no País. Buscar compreender a conjuntura em que nos encontrávamos, quando a pandemia atinge o território brasileiro, permite que analisemos suas consequências para a reprodução do capital e da classe capitalista, e para a reprodução da classe trabalhadora. Aprender que a crise não é somente sanitária, mas sim um momento agudo de crise do capital, e que as medidas tomadas para contorná-la vinham intensificando a expropriação e a

exploração sobre a classe trabalhadora, pode contribuir para o entendimento e a superação desse quadro (SILVA; VENDRAMINI, 2023, p.78).

Dessa forma, acentuou-se a desigualdade de uma maioria e em detrimento de potencializar a riqueza de uma minoria. A consequência perversa desse cenário foi a erosão dos direitos sociais, a redução dos investimentos públicos nas políticas sociais, as intervenções ocorrem de forma ínfima e pontual.

CAPÍTULO IV

4. AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19: entre o desmonte e a essencialidade

Este capítulo tem como objetivo, através da revisão bibliográfica, analisar o contexto histórico em que o Brasil se encontrava no âmbito da calamidade pública da pandemia ocasionada pela Covid-19, problematizando a forma pela qual o país vinha sendo conduzido diante das contrarreformas e o acirramento das desigualdades sociais.

No primeiro momento, discorreremos sobre os impactos econômicos, sociais e políticos que o país vinha sofrendo desde a década de 1970. Evidenciamos a crise estrutural, o recrudescimento econômico, a redução dos recursos estatais públicos e as implicações nas políticas sociais trazidas com a Emenda Constitucional nº 95.

Em seguida, revelamos as condições pelas quais a política de Assistência Social vinha sendo conduzida, e os prejuízos na vida da classe trabalhadora com o congelamento dos recursos públicos pelo período de 20 anos.

4.1 A (CONTRA) REFORMA DO ESTADO E O DESFINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Desde a década de 1980, a economia mundial vem passando por radicais transformações. O novo modelo de acumulação instaurado assemelha-se ao modelo taylorista-fordista utilizado pelo mundo todo entre a década de 1920 a 1970. Cabe salientar que o método Taylorista viabilizou alta produtividade nas fábricas, no entanto os salários pagos aos trabalhadores eram ínfimos, o que resultava em baixo consumo pelo mercado interno nos Estados Unidos.

A crise de 1929, ocorrida nos Estados Unidos, provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York desencadeou a Grande Depressão Americana, afetou o mundo inteiro, e trouxe fortes impactos ao comércio internacional. A crise decorreu da grande oferta de crédito, entretanto com a restrição de crédito pelo governo as pessoas começaram a retirar suas reservas financeiras dos bancos. Com a desvalorização das ações, empresas e bancos foram à falência, milhares de investidores foram à ruína e milhões de americanos ficaram desempregados, ocasionando as tensões sociais.

Com a retomada da economia nos Estados Unidos, a partir da década de 1930, o modelo econômico liberal foi substituído pelo *keynesianismo*. O modelo econômico instituído na época foi essencial para a recuperação da economia capitalista, bem como para a criação de um Estado de bem-estar social.

Nesse contexto, o sistema “fordista”¹⁹ voltou a se expandir, elevando as taxas de investimento e absorvendo um contingente de trabalhadores. Segundo Antunes (2009, p.39), “era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração”, de modo que, quanto maior a jornada de trabalho, maior a extração da mais-valia.

Em meados dos anos 1970, o padrão produtivo *fordistakeynesiano* começou a dar sinais de esgotamento, finalizando os “anos dourados” do capital. A crise do fordismo instaurada propiciou o renascimento do velho liberalismo, na atual conjuntura denominado como neoliberalismo, com um novo formato de regulação, tendo como principais objetivos a intensificação do trabalho e desregulamentação dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Nesse processo, a reestruturação produtiva teve como propósito renovar as práticas de gestão e de organização do trabalho e impor novos padrões de produção de mercadorias, a flexibilização da produção teve como base a inserção das novas tecnologias, a informatização do processo de produção.

Pereira (2013, p.21) cita que, a década de 1980, o neoliberalismo passou a apropriar-se do fordismo/taylorismo, baseando-se na doutrina econômica antagônica ao trabalho, passando para a ideia do mérito, do empreendedorismo (da monetarização da questão social). A autora cita que nesse processo

se quiséssemos eleger a mais marcante tendência da política social contemporânea, deveríamos dizer que ela está sofrendo um evidente processo de descidadanização e de desproteção social (ou dessassistencialização), em nome do “mérito”, medido pelo poder de consumo do beneficiário e contraposto à justiça social (PEREIRA, 2013, p.21).

¹⁹ Antunes (2006, p.25) compreende o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. Consultar: ANTUNES, Ricardo. Fordismo, Toyotismo e Acumulação Flexível. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. 11. Ed., São Paulo, Cortez, 2006.

O neoliberalismo e a globalização contribuíram para o agravamento dos problemas sociais, políticos e econômicos do país, culminando na crise estrutural. Nesse contexto, como consequência lógica do ciclo de contrarreformas, as políticas sociais tornaram-se paliativas no que tange ao enfrentamento das expressões da questão social, gerando assim um desequilíbrio no sistema econômico e tornando-se disfuncional ao mercado.

Netto (1996, p.28) afirma que a crise estatal emerge da inabilidade de gerir a vida social diante de uma nova organização produtiva, da inserção de tecnologias e do novo formato de acumulação. O avanço tecnológico contribuiu para o surgimento de novas demandas, “as sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc)”.

Como sinalizado, desde a década de 1990, estão em vigência no país os princípios neoliberais: privatização, focalização/seletividade e descentralização. A proteção social brasileira tem sido desenvolvida sob as sucessivas contrarreformas do Estado, contribuindo para a corrosão do orçamento das políticas sociais e efetuando ações pontuais e compensatórias.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), as configurações de padrões universalistas e redistributivos foram solapadas pelas tendências de encolhimento de encargos sociais e previdenciários e pelas privatizações dos serviços públicos. Evidencia-se que os aparelhos ideológicos de Estado operam ideologicamente, de maneira que o capitalismo intervém sobre as políticas públicas, visando maior obtenção de lucratividade. Assim, o setor privado se fortalece, as políticas são precarizadas, ratificando que políticas pobres são para pobres, e, sorrateiramente, num movimento de contrarreforma, os direitos conquistados na década de 1980 vão sendo degradados.

O neoliberalismo busca a ascensão da produtividade, competitividade, lucratividade e a mínima intervenção governamental nos processos econômicos. Responsabiliza as políticas sociais universais por ocasionarem o esvaziamento de fundos públicos, pois estendem a cobertura à população de forma indiscriminada, e apontam a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) como a real vilã.

Cabe destacar que o Estado não cria riquezas, entretanto usurpa a riqueza produzida pela classe trabalhadora, por meio do recolhimento compulsório dos tributos, formando o fundo público. Dessa maneira, as políticas sociais são financiadas pela própria classe trabalhadora, enquanto a classe dominante, parasita, mantém-se às custas do suor e do sangue dos trabalhadores.

Behring (2021) assinala que o fundo público e o capitalismo estão imbricados, de modo que trabalhadores, ao pagarem seus impostos, direta ou indiretamente, por meio do consumo, têm os juros embutidos nos preços das mercadorias.

Ante o cenário, o governo, com o propósito de desenvolver políticas de integração econômica, adotou um conjunto de medidas que associassem o desenvolvimento nacional sem se confrontar com o capital.

Nos anos 2000, deu-se início ao neodesenvolvimentismo²⁰ no governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 2003, e na sequência com a presidenta Dilma Rousseff (PT) eleita em 2016.

Castelo (2012, p.614) sinaliza que o novo desenvolvimentismo emergiu no século XXI, após o neoliberalismo demonstrar sinais de esgotamento, apresentando-se como uma terceira possibilidade para atender tanto ao projeto liberalista quanto ao socialista. Castelo (2012) ressalta ainda que “[...] o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social — o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo [...]”.

As medidas foram muito bem aceitas pela classe dominante: o período favoreceu a burguesia e aos banqueiros, gerando lucros e juros recordes. Na área social, o projeto de desenvolvimento possibilitou investimentos em programas sociais e de transferências de renda.

O “Programa Bolsa Família”²¹ contribuiu para a mitigação da pobreza, ampliando a cobertura pela previdência de modo que a política de assistência social passou a ter maior relevância na redução da desigualdade social no país.

Embora a presidenta Dilma Rousseff estivesse atendendo aos interesses do capital, em 2016 teve seu mandato cassado, sendo substituída pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Detentores dos meios de produção demandavam um governo que servisse exclusivamente ao grande capital e subtraísse os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Vivenciava-se uma conjuntura política de retrocessos, intensificando a exploração da classe trabalhadora em detrimento dos interesses do capital.

²⁰ Ver: CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

²¹ Bolsa Família. Disponível em: <https://www.mds.gov.br>

O mandato de Temer foi marcado pela extinção de vários ministérios, dentre eles o ministério das Mulheres, dos Direitos Humanos, da Cultura e da Igualdade Racial.

Vale destacar que, no mesmo ano em que assumiu o governo (2016), foi instituída a Emenda Constitucional 95 e estabelecido um Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, culminando em um corte de gastos das políticas de saúde, educação e seguridade social que vigorará por 20 anos.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) aponta que, desde a aprovação da emenda, o orçamento para a saúde tem diminuído cada vez mais. Em 2019, a perda de investimentos na área representou R\$ 20 bilhões, o que significa, na prática, a desvinculação do gasto mínimo de 15% da receita da União com a Saúde.

É importante ressaltar que, além da perda de investimentos nas políticas sociais, em 2019, foi também aprovada a EC 103. A contrarreforma da Previdência Social trouxe alterações no sistema de previdência social e estabeleceu novas regras com o objetivo usurpar os direitos trabalhistas da população brasileira, embora já consolidado constitucionalmente.

Não obstante, em 2017, sem nenhum tipo de diálogo com a classe trabalhadora, ocorreu a aprovação da Lei 13.429, a (Contra) Reforma Trabalhista, trazendo a desregulamentação das leis de proteção ao trabalho.

Dentre os prejuízos aos trabalhadores/as foram regulamentados o *home office*, o banco de horas, os serviços temporários e intermitentes, a redução do tempo de intervalo para o almoço, o parcelamento das férias, acentuando a exploração das/os trabalhadoras/es. Como argumento para tamanho retrocesso, Temer afirmou que as mudanças seriam benéficas, pois iriam contribuir com a geração de empregos (SILVA; VENDRAMINI, 2023).

De modo maquiavélico, o desmonte dos direitos sociais vai ocorrendo: as leis de proteção ao trabalho são desregulamentadas, a previdência social deixa de garantir os direitos à classe trabalhadora, no âmbito da saúde, da educação, dentre outras políticas sociais ocorre a degradação, e privatização.

Esse novo formato que as políticas vêm apresentando tem sido ideal ao que preconizam os neoliberais na pretensão de privatizar, descentralizar e focalizar. A ausência de investimentos em políticas sociais impacta diretamente também na política de assistência social, de modo que a manipula para minimizar as expressões da questão social e compensar a intensificação da exploração.

Os trabalhadores desprotegidos e sem vínculo com a seguridade social, ficam à mercê de baixas remunerações, ocupações precárias (trabalhadores informais: motoristas e

motoboys de aplicativos, prestadores de serviços nos mais diversos âmbitos), que lhes extraem o máximo da energia vital, tendo que, por vezes, recorrerem à assistência com o intuito de complementarem a renda.

Diante desse cenário, a principal preocupação da classe dominante é encontrar soluções rápidas e menos onerosas para liberar os pobres da proteção do Estado (PEREIRA, 2013, p.21-22).

Dados apurados em maio de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o rendimento mensal médio de 1% da população era de R\$ 28.659,00 em detrimento de 50% da população que ganhava R\$ 850,00 ao mês. Os dados denotam que a maioria da população tem rendimentos 33 vezes menores que o valor recebido pelo 1% da população. (RIOS, 2020).

A política de assistência social, nesse período, sofreu e vem sofrendo violentos ataques, destituindo-se do caráter de política pública e assumindo um *status* de caridade, fazendo com que a parcela vulnerável da população retorne à patamares de pobreza já experimentados em outras épocas.

Os direitos sociais são remercantilizados, reforçando a concepção de que cada indivíduo deve responsabilizar-se por seu próprio bem-estar. Desse modo, o trabalhador é explorado duplamente, pois o Estado, através das políticas familistas, responsabiliza-o. Yazbek (2016, p.9) menciona que o “Estado passa à defesa de alternativas privatistas que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral”.

Ardilosamente, o Estado vai eximindo-se da responsabilidade no que tange à manutenção e produção da força do trabalho, de modo que as políticas sociais neoliberais sutilmente vão sendo incorporadas. Assim, a pessoa passa a ser responsável pelo próprio destino, acreditando que a sociedade nada lhe deve; em contrapartida, deve evidenciar seu valor e fazer por merecer em razão de sua existência.

Na análise de Yazbek (2016), a reorganização econômica e política reforça a mercantilização dos direitos sociais e a tese de que a pessoa é responsável pelo seu bem-estar, desse modo o Estado privatiza a responsabilidade para a família.

Dardot e Laval (2014) tecem críticas aos fundamentos conservadores, mencionando que tais fundamentos estimulam o tradicionalismo, bem como apontam a única guerra contra a pobreza: “Trabalho, família e fé são os únicos remédios para a pobreza”. Essa tríade está interligada, considerando que a família é a responsável por transmitir o sentido do esforço e a fé. “Casamento monogâmico, crença em Deus e espírito de empresa são os três

pilares da prosperidade, uma vez que nos livramos da ajuda social, que apenas destrói a família, a coragem e o trabalho” (DARDOT; LAVAL, 2014, p.208).

Notam-se as consequências, o arrocho nos investimentos em políticas sociais e a apropriação do fundo público pelo capital. Semelhante ao ocorrido nos anos 1990, quando o governo referia que a crise era do Estado e cada cidadão tinha que fazer a sua parte no que concernia à socialização dos seus custos, ou seja, a classe trabalhadora sempre pagou a conta.

Ante um cenário de degradação dos direitos sociais, a crise pandêmica se manifestou no país de forma avassaladora. A pandemia da Covid-19, ao chegar no Brasil, encontrou um cenário de crise, recessão econômica, privatização dos serviços, aumento do desemprego, queda de renda de trabalhadores e retorno ao mapa da fome. As pessoas que viviam da venda da sua força de trabalho eram as que mais sofriram com a redução dos direitos sociais. Os retrocessos já vinham ocorrendo há muito tempo, mas com a chegada da crise, acentuaram-se.

No que se refere à precarização causada as/aos trabalhadoras/es, os sujeitos da pesquisa relatam:

Tivemos convocações para participarmos dos mutirões para distribuição de cestas básicas, as entregas das cestas básicas eram de porta em porta [...] os técnicos tendo que dirigir os carros da prefeitura por falta de motorista e carregar as cestas básicas pesadas até casa das famílias, não foi fácil [...] (SUJEITO C).

De demanda, ah a campeã de sempre era a cesta [...] tinha uma época que os usuários faziam as inscrições pelo site (canal disponibilizado pela prefeitura) nossa senhora, tinha as solicitações de cestas por telefone também [...]. Eu fui convocada para entregar cestas, não sei quantas vezes, entregava para o público de dois CRAS (SUJEITO E).

A crise sanitária agudizou a exploração da classe que sobrevivia da força da venda do trabalho, aumentou a desigualdade social e dizimou os direitos sociais. Consta-se que, em um país com o sistema de proteção frágil, os impactos são ainda mais perversos, resultando na intensificação da questão social.

Sobre essa questão, o Sujeito D pontua:

Eu considero que houve uma deterioração com a retirada dos direitos, aumentaram as demandas. [...] a pandemia demonstrou a falta de acesso a habitação, a saúde, aumento do desemprego [...] (SUJEITO D).

[...]houve mudança na dinâmica da unidade, a pandemia mostrou a ineficácia das políticas públicas (SUJEITO C).

Como medidas de enfrentamento à Covid-19, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou o distanciamento social, no entanto tais medidas eram discrepantes com a realidade vivenciada pela classe trabalhadora. Famílias numerosas viviam em condições precárias de moradia, insalubres e minimamente conseguiam manter a higiene básica, quiçá o distanciamento social. Sem qualquer tipo de recurso, ficar em casa não era uma opção para a população que dependia da venda da força do trabalho, de modo que para garantir a subsistência, tiveram que arriscar a própria vida.

Nesse cenário catastrófico agudizado pelo surto da doença, uma quantidade exorbitante de vidas foram ceifadas. Os óbitos ocorreram devido às condições físicas/biológicas em que as pessoas se encontravam, e também dadas as condições sociais. Castilho e Lemos (2021) afirmam que, nessa lógica perversa, os donos do poder determinaram as pessoas que sobreviveriam e as que morreriam, ou seja, os seres humanos tornaram-se meramente descartáveis.

A necropolítica²² do governo Bolsonaro utilizou o Estado para subjugar qualquer possibilidade de vida ao poder da morte. Para Castilho e Lemos (2021):

Não se trata de ações desconexas, eventuais, pontuais ou excepcionais, trata-se, sim, de ações políticas que se transformaram em regra e não em exceção, que define quem importa e quem não tem importância, quem é essencial e quem é descartável. A opção pela violência e morte neste governo é incorporada aos processos institucionais, numa espécie de industrialização da morte, como a que estamos presenciando neste contexto da pandemia. A burocratização, por exemplo, para acesso ao auxílio emergencial, em tempos de Coronavírus, proposto pelo governo é um exemplo explícito de como estes mecanismos institucionais acabam contribuindo para aumentar cada vez mais os índices de desigualdade social no País por meio de uma política de morte, arquitetada nos porões do Planalto (CASTILHO; LEMOS, 2021, p.271).

Behring et al. (2020, p.106) apontam que, mesmo diante dos altos índices de mortes, o presidente atuou para impedir o combate ao coronavírus, causando um incontável número de óbitos que poderiam ser evitados. Na agenda ultraliberal, não houve qualquer tipo de recuo, destacam-se as ações draconianas das medidas adotadas por Guedes e Bolsonaro: “a pandemia desnudou a agressividade do ultraneoliberalismo”²³. É importante salientar que a

²² Ver: CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. Revista Katálysis, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021 e MBEMBE, Achile. Necropolítica. São Paulo: N-1, 2018.

²³ Ver: BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: Impactos sobre o orçamento Público e a Política Social. Org.: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Sirlene de Moraes. Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. Minas Gerais: Navegando, 1ª edição eletrônica, 2020, p. 103-122.

Covid-19, ao chegar no Brasil, encontrou o país despreparado, com os recursos da saúde congelados desde a aprovação da EC 95.

O Governo Bolsonaro deu continuidade ao desmonte das políticas sociais que o Governo Temer já havia iniciado. Índícios apontam que o fundo público vinha sendo utilizado para fins de privatização da saúde, ocasionando a mitigação de investimentos na manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) comprometendo a qualidade dos serviços prestados e gerando uma sobrecarga. É nesse contexto de sucateamento do sistema que ocorreu o alargamento das demandas originadas pela doença infecciosa causada pelo vírus da Covid-19.

A negligência e o discurso negacionista da pandemia por parte do então presidente Jair Bolsonaro exterminaram mais de 600 mil pessoas. Os mais afetados com a doença foram as pessoas mais vulneráveis, conforme citam Bravo et al. (2021):

Em uma sociedade marcada por profundas disparidades de classe, raça/etnia e de gênero, é evidente que essa crise não atingirá todos (as) da mesma maneira: novamente, os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, em geral negros e negras, LGBTQI+, serão aqueles que pagarão o preço mais alto. Para muitos, custou a própria vida ou a de seus familiares, mortos pela covid-19, pela fome ou pela violência decorrente desse caótico quadro social (BRAVO et al, 2021, p.8).

A situação de calamidade pública como a pandemia da Covid-19 revelou a ineficácia do governo na gestão das políticas sociais. O presidente Bolsonaro negligenciou qualquer tipo de medida protetiva que minimizasse a morte da população brasileira, negando a gravidade da pandemia.

4.1.1 Combate ao Coronavírus: Medidas Propostas pelo Governo nos Âmbitos Estadual e Federal para Atenuar os Impactos da Pandemia

No intuito de combater a pandemia, o governo federal editou Medidas Provisórias (MP), dentre elas o chamado “orçamento de guerra” previsto na EC 106. As MPs desvelaram ações para o “enfrentamento da emergência de saúde pública; a ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); o benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda; o auxílio emergencial de proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade” (SALVADOR, 2020, p.8).

Na Tabela 1, explicitaremos as medidas²⁴ iniciais para enfrentamento da emergência de saúde pública.

Tabela 1 – Medidas de prevenção decorrente da Covid-19 estabelecida no âmbito Federal

PRINCIPAIS NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES DO GOVERNO FEDERAL EM DECORRÊNCIA DA COVID-19
Portaria/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV).
Lei 13.979, de 6 fevereiro de 2020 - Dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019.
Portaria nº 330, de 18 de março de 2020 - Estabelece o adiamento dos procedimentos em razão do não cumprimento do cronograma de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para fortalecer o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 - Reconhece a Política de Assistência Social como serviço essencial ao atendimento à população em estado de vulnerabilidade.
Portaria/MC nº 337, de 24 de março de 2020 - Dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, Covid-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.
Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993b, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).
Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020 - Aprova a Nota Técnica nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Medida Provisória nº 953 de 15 de abril de 2020 - Abre Crédito Extraordinário no valor de R\$ 2.550.000.000,00 (dois bilhões quinhentos e cinquenta milhões de reais) para o Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Fundo Nacional de Assistência Social). A medida visa garantir a continuidade de ações integrantes da estratégia de enfrentamento da pandemia da Covid-19, doença decorrente do novo Coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020 - Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (Covid-19).
Portaria nº 378, de 7 de maio de 2020 - Dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, Covid-19.
Lei nº 14.023, de 8 de junho de 2020 - Adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

²⁴ Foram citadas as portarias e normativas emitidas inicialmente pelo governo Federal referentes às políticas sociais de Saúde e da Assistência Social, dado ao objeto de estudo em questão.

Fonte: Quadro sistematizado pela autora

A Portaria Federal 188, de 2020, declarou emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), estabelecendo o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional. Dentre as principais competências da COE-nCoV estavam previstos: a articulação com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, a coordenação e controle das medidas a serem empregadas durante a ESPIN.

A Lei 13.979, de 2020, estabeleceu medidas que poderiam ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus. As medidas estabelecidas nessa lei objetivavam garantir a proteção da coletividade, recomendando o isolamento social das pessoas contaminadas e a quarentena para as pessoas com suspeita de contaminação.

A Lei 14.023, de 2020, alterou a lei 13.979/2020, por determinar a adoção de medidas imediatas que preservassem a saúde e a vida de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus. Foram consideradas/os profissionais essenciais: profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) entre outras/os profissionais referenciadas/os na lei.

Conforme a Portaria 330, de 2020, seriam adiados por 120 (cento e vinte) dias os bloqueios de pagamentos e de suspensão de benefícios sociais, caso a família descumprisse o cronograma de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto 10.282, de 2020, reconheceu a Política de Assistência Social como serviço essencial ao atendimento à população em estado de vulnerabilidade. O decreto citava que os serviços públicos e as atividades essenciais eram indispensáveis ao atendimento das necessidades da comunidade e dentre eles mencionava as políticas de assistência à saúde e assistência social.

A Portaria 337, de 2020, trouxe recomendações para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Destacou o papel fundamental da Política de Assistência para o bem-estar e cuidados com a saúde da população mais vulnerável, agregada ao Sistema Único de Saúde (SUS); instituiu o regime de jornada em turnos de revezamento visando evitar a

concentração e a proximidade de pessoas no ambiente de trabalho; preconizou medidas de segurança para os profissionais do SUAS com a disponibilização de materiais de higiene e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como o afastamento ou colocação em teletrabalho dos grupos de risco; recomendou a flexibilização das atividades presenciais das/os usuárias/os no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), com vistas a reduzir a circulação de pessoas e evitar a aglomeração nos equipamentos e sugeriu contatos remotos com as/os usuárias/os, por meio do *whatsapp* e de ligação telefônica. A portaria previu ainda atendimentos presenciais somente em casos de urgência, ressaltando que o ambiente deveria ser amplo, arejado, limpo frequentemente e que que pudesse garantir o sigilo e privacidade.

A Lei 13.982, de 2020, alterou a Lei 8.742, de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC). O BPC ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a pessoa idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência não seria computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outra/o idosa/o ou pessoa com deficiência da mesma família. Houve a ampliação da renda familiar mensal *per capita* para até 1/2 (meio) salário-mínimo, e considerou-se o comprometimento da renda familiar com aquisições de tratamentos de saúde, médicos, fraldas e alimentos especiais.

A legislação previu a concessão de 3 (três) meses do auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais à pessoa maior de 18 anos e sem emprego formal. A mãe adolescente e a pessoa provedora de família monoparental receberiam 2 (duas) cotas do auxílio emergencial, independentemente do sexo.

A Portaria Federal nº 58, de 2020, trouxe orientações sobre a regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais para enfrentamento dos impactos ocasionados pela pandemia da Covid-19, atribuindo a responsabilidade dos custos com os benefícios eventuais às esferas dos estados, municípios e Distrito Federal.

A Medida Provisória 953, de 2020, abriu crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania no valor de R\$ 2.550.000.000,00. A MP visou garantir a continuidade de ações de enfrentamento à pandemia, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as ações recomendadas pelo Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde (OMS). A medida apontava o SUAS como fundamental para manter o Cadastro Único atualizado, para

identificar o público alvo dos programas, bem como para prestar assistência para pessoas, inclusive em caso de funeral, sendo de grande importância no contexto pandêmico.

A Portaria 369, de 2020, orientou em relação ao repasse de recursos federais em caráter emergencial para atendimento do Cadastro Único, Programas Sociais, e estruturação do SUAS, nas três esferas de governo.

O recurso tinha como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da pandemia de Covid-19. Entre as aquisições foram previstos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos profissionais, alimentos prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências, acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.

Em seguida, a Portaria 378, de 2020, previu repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios. O recurso tinha como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da Covid-19.

Nota-se que a crise sanitária que afetou o mundo foi enfrentada de forma distinta pelas diferentes classes sociais. A população empobrecida foi e continua sendo a mais atingida pela doença, dada a crescente desigualdade social, o fato de residirem em condições precárias de moradias, ausentes de infraestrutura, muitos serem deficientes, pessoas idosas, e com a saúde fragilizada entre outras inseguranças.

A crise sanitária, social e econômica recrudesceu a realidade da população mais pobre. O contexto pandêmico, em escala nacional, culminou no decreto de calamidade pública e no reconhecimento da Política de Assistência Social como essencial no atendimento à população. Nesse cenário, o Cadastro Único passou a ter maior destaque dado a sua relevância no SUAS.

Na tabela 2 evidenciaremos as medidas provisórias²⁵ iniciais tomadas pelo governo Estadual ante a crise pandêmica e em relação a vacinação.

Tabela 2 - Medidas de prevenção decorrente da Covid-19 estabelecidas no âmbito Estadual

PRINCIPAIS NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA COVID-19
Decreto nº 64.880, de 20 de março de 2020 - Dispõe sobre a adoção, no âmbito das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus).
Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 - Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus).
Lei nº 17.320, de 12 de fevereiro de 2021 - Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas pelo não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19.

Fonte: Quadro sistematizado pela autora

O decreto 64.880, de 2020, estabeleceu a adoção de medidas temporárias e emergenciais para a prevenção de contágio pela Covid-19, determinando que a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Segurança Pública deveriam adotar as providências necessárias para que as atividades de manejo de corpos e necropsias, no contexto da pandemia não constituíssem ameaças à incolumidade física de médicos, enfermeiros e demais servidores das equipes de saúde.

Em seguida, o decreto 64.881, de 2020, estabeleceu medidas de quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do Covid-19. O decreto restringiu atividades, visando evitar a possível contaminação ou propagação da doença, suspendendo os atendimentos presenciais ao público em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços não essenciais.

Desde o início da pandemia da Covid-19 no Brasil, governos estaduais e municipais foram mobilizados para adotarem medidas de controle da disseminação do vírus. A cidade de São Paulo teve o maior índice de casos e óbitos do país. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde²⁶ em 30 de dezembro de 2020 a cidade contabilizava 482.522 casos e 22.836 mortes pelo Sars-Cov-2 confirmadas e suspeitas, sendo considerada um dos epicentros da pandemia no país.

²⁵ Foram citadas as portarias e normativas emitidas inicialmente pelo governo Estadual referentes às políticas sociais de Saúde e da Assistência Social, dado ao objeto de estudo em questão.

²⁶ Boletim diário Covid-19 nº280. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/20201231_boletim_covid19_diario.pdf. Acesso em 10/05/2023.

O estado de São Paulo foi o primeiro a iniciar a imunização contra a Covid-19. A vacinação teve início em 17 de janeiro de 2021, após a aprovação do uso emergencial do imunizante do Instituto Butantan pela diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A vacinação ocorreu no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). A primeira moradora da capital paulista a se vacinar com a dose da CoronaVac foi a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, pertencente ao grupo de risco para a doença. Em seguida, foi vacinada a primeira indígena (pertencente a aldeia Kaimbé filhos da terra, localizada em Guarulhos- SP) do país, Vanuzia Kaimbé, de 50 anos, técnica de enfermagem e assistente social, presidente do conselho dos indígenas kaimbé do estado de São Paulo.

Segundo o governador João Doria (PSDB), no dia, foram imunizados 112 profissionais de saúde. Inicialmente, foram priorizados os profissionais da saúde que atuavam no combate à pandemia e as populações indígenas. A recomendação do governador era de que a vacina do Butantan fosse para todos os estados brasileiros através do Ministério da Saúde. O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, informou que das 6 milhões de doses, 4.636.936 seriam enviadas para o governo federal. As outras 1.357.640 seriam distribuídas pelo estado de SP.

Na ocasião, Dória relatou: “Porque eu já não confio no Ministério da Saúde, esta capacidade de produzir mentiras, assaques, quando deveria estar agradecendo que os cientistas conseguiram viabilizar uma vacina”. A manifestação ocorreu após o governador se dizer embasbacado com as declarações feitas por Eduardo Pazuello, Ministro da Saúde (JUNIOR et al., 2021, n.p).

O governo do estado de São Paulo afirmou que a vacina fora totalmente financiada pelo governo estadual e não recebera nenhum recurso do governo federal "Não há um centavo, até agora, do governo federal, para a vacina, nem para o estudo, nem para a compra, nem para a pesquisa. Nada. Chega de mentira, ministro. Trabalhe pela saúde do seu povo, seja honesto", pontuou Doria (JUNIOR et al., 2021, n.p).

É importante salientar que Serrana (SP) foi a primeira cidade brasileira a realizar a imunização em massa contra a Covid-19. O município foi escolhido pelo Instituto Butantan para um estudo-piloto sobre a eficácia da CoronaVac. Diferentemente das demais cidades do país, em Serrana, as doses chegaram para toda a população adulta, pois, em 2020, a

cidade fora escolhida para participar de um estudo inédito do Instituto Butantan – intitulado Projeto S²⁷.

A pesquisa do Butantan foi pioneira no mundo, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP e avaliada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Foi realizada em parceria com a Secretaria de Saúde e a Prefeitura Municipal de Serrana. O projeto teve como objetivo entender qual a efetividade da CoronaVac, ou seja, como a imunização de toda uma população poderia afetar o curso da epidemia.

No que concerne à vacinação nas demais cidades do município do estado de São Paulo, a Lei nº 17.320, de 2021, veio para disciplinar penalidades a serem aplicadas pelo não-cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19.

As sanções previstas foram impostas por meio de processo administrativo ao agente público, responsável pela aplicação da vacina, a pessoa imunizada, bem como seus superiores hierárquicos. Se comprovada a infração do agente público, seria aplicada multa de até R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais), se o imunizado fosse agente público, a multa seria o dobro da prevista.

O contexto pandêmico contribuiu para que as políticas sociais se tornassem ainda mais propensas às ações focalistas, filantrópicas e menos universais. No próximo tópico, enfatizaremos de forma mais aprofundada as mudanças que vêm ocorrendo ao longo das décadas e os impactos da pandemia na organização da política de assistência social.

²⁷ Projeto S: imunização em Serrana faz casos de Covid-19 despencarem 80% e mortes, 95%. 31 mai.2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/projeto-s-imunizacao-em-serrana-faz-casos-de-covid-19-despencarem-80-e-mortes-95>. Acesso em: 10/05/2023.

4.2 A DEGRADAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PANDEMIA

4.2.1 Historicização da Política de Assistência Social

A política de assistência social no Brasil passou a vigorar a partir da Constituição Federal de 1988, cujos artigos 203 e 204 definem os direitos à assistência social. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passa a ser definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

4.2.2 A Assistência Social como Política Pública de Direito

A Política de Assistência Social (PAS) passou a ser legitimada no país após ser reconhecida pela Constituição Federal (CF) de 1988 enquanto política de direitos. Dessa maneira, a assistência deixou seu caráter assistencialista e passou a ser reconhecida como uma política de direitos sociais, integrando juntamente com a Saúde e a Previdência Social, o Sistema de Seguridade Social.

No artigo 203 da CF, cita-se que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuições à seguridade social. O artigo 204 diz que as ações governamentais no âmbito da política serão realizadas com o recurso da seguridade social, cabendo a coordenação e normatização à esfera federal, às esferas estadual, municipal e entidade beneficentes de assistência social, cabe a execução dos programas sociais. O artigo menciona ainda a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e controle das políticas sociais.

A regulamentação da PAS trouxe o alargamento dos direitos sociais no âmbito da proteção social, o Estado passou a ser responsável pelo enfrentamento das expressões da questão social, que até então era realizado pontualmente por instituições de cunho filantrópico.

A PAS trouxe contribuições significativas à população necessitada, garantindo o acesso a projetos, serviços e programas sociais. As pessoas idosas e deficientes físicas passaram a acessar uma renda mínima.

Em 1993, a LOAS foi regulamentada por meio da Lei nº 8.742/1993. A referida lei dispõe sobre a organização da assistência social, instituindo benefícios, serviços, programas e projetos. Por meio da LOAS, novos conceitos de cidadania foram estabelecidos. A lei visa garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social, por intermédio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Em 2004, foi regulamentada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e em 2005, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS emergiu com caráter descentralizado e participativo, organizando os elementos fundamentais para a execução da política de assistência social, viabilizando a normatização dos serviços, a qualidade no atendimento e os indicadores de resultados.

A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) é a responsável por apontar as diretrizes referentes à organização, gestão e execução da política de assistência social, sendo um grande marco para a estruturação da Política de Assistência Social em todo território nacional (BRASIL, 2006).

O financiamento da política de assistência social advém dos recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. A política tem como funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organizando-se sob a forma de sistema público, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As ações do SUAS são tipificadas conforme a resolução nº 109/2009 e organizadas por níveis de complexidade: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade. A PSB é destinada à prevenção de riscos através do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como foco as populações que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica. A PSE é destinada às famílias e às pessoas que se encontram em situação de risco pessoal e social e que tiveram seus direitos violados em razão de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

O serviço é ofertado através dos equipamentos públicos estatais, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e entidades assistenciais. O CRAS oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) sendo esse o principal serviço, e realizado somente no CRAS.

Vale ressaltar que, nessa análise, a ênfase será no serviço ofertado pelo CRAS, local de atuação da pesquisadora e campo de problematização da pesquisa.

Mota (2017, p.43) pontua que, embora as políticas de redução da pobreza tenham sido tímidas e não tenham atingido a reprodução da desigualdade social no país, elas não podem ser menosprezadas, pois atendem às demandas reais da classe trabalhadora. Enfatiza ainda que as políticas também atendem aos interesses dos setores econômicos “como foi o caso da construção civil, das obras de infraestrutura, da criação de vagas em universidades privadas, da expansão dos planos de saúde, do crédito ao consumidor, da bancarização dos cartões magnéticos do Bolsa Família etc.”

A política social, para muitos, diz respeito à uma questão de sobrevivência. Behring (2009, p.20) salienta a importância da luta de classes, da “defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho”, sendo necessária uma constante vigilância ante o gradual desfinanciamento da seguridade social.

A reestruturação produtiva estabelecida pelo neoliberalismo para regular, mitigar a crise e compensar a queda da taxa de lucro foi traçada, comprometendo os recursos públicos da seguridade social para o pagamento da dívida externa.

O ataque ofensivo à Constituição Federal e aos direitos sociais iniciado em 2016 no governo de Temer originou na EC nº 95, conforme citada anteriormente. A emenda constitucional provocou um corte abusivo no financiamento das políticas públicas que integram a seguridade social e sobre a educação e o seguro desemprego com os recursos orçamentários enxugados por vinte anos impossibilitando a garantia e a ampliação dos direitos sociais (SALVADOR, 2017).

Sob esse prisma, as porcentagens destinadas ao pagamento da dívida externa vêm crescendo, conforme afirma Araújo et al (2022):

Em 2018 e 2021 podemos observar que a porcentagem destinada ao pagamento de juros e amortização da dívida, dentro do orçamento efetivo, chega à casa dos 29%. Chama a atenção o dado alarmante da tendência de 2021: o orçamento efetivo alcança somente 57,65% do orçamento geral, ou seja, quase 43% das riquezas produzidas no país (a mais-valia extraída do trabalhador) sequer é disponibilizada no orçamento fiscal. É alarmante que no ano em análise, quando o País e o mundo vivenciam a crise sanitária, somada ao recrudescimento da crise econômico-social, mais de 50% do orçamento total referente à riqueza produzida pelo povo brasileiro seja destinado para o pagamento da dívida, em detrimento do investimento em políticas públicas, na área da assistência e saúde especialmente, inclusive para a compra de vacinas, necessárias ao combate à Covid-19 (ARAÚJO et al., 2022, p.96).

Ao assumir a presidência, Jair Bolsonaro deu continuidade ao desmonte dos direitos sociais e a política de assistência social sofreu inúmeros retrocessos. O governo justificou um parco orçamento para atender às demandas de trabalhadores, porém farto para atender o sistema capitalista. Concessões de elevados incentivos fiscais às empresas, renunciando tributos sobre as contribuições sociais, corroboram estrategicamente com o ataque do capital, propiciando lucros em detrimento do desmonte do financiamento da seguridade social.

Em 2016 12,01 milhões de cidadãos brasileiros encontravam-se na “faixa” da extrema pobreza, o que representava 5,87% da população brasileira. No ano de 2017 o número de pessoas em situação de extrema pobreza chegou a 12,58 milhões de habitantes, um total de 6,05% da população; em 2018 a extrema pobreza atingiu um total de 12,86 milhões de brasileiros — 6,14% dos habitantes do país; já em 2019 13,55 milhões de pessoas se encontravam na extrema pobreza, ou seja, cerca de 6,42% da população brasileira [...] Em 2018, a diferença entre os valores continuou gritante, sendo destinados à dívida o montante de R\$ 615,6 bilhões, ou seja, 13,75% a mais que no biênio anterior, enquanto para o Fundo de Assistência Social foram pagos apenas 4,54% a mais, resultando no valor de R\$ 57,5 bilhões. Os dados demonstram o cruel objetivo dos governos, da gestão do Estado, no processo de destruição das políticas sociais através da estagnação e/ou redução dos investimentos, especificamente da política de assistência social, priorizando a transferência dos recursos públicos para o capital financeiro (ARAÚJO et al., 2022, p.98 e p.103).

O Programa de Transferência monetária denominado de *Bolsa Família* excluiu milhões de pessoas, pois os sucessivos cortes atingiram a população mais vulnerável. A Lei nº 14.176, de 2021, promoveu uma série de mudanças para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) confiscando os direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. As revisões que têm sido realizadas entre os beneficiários do BPC têm o objetivo de checar inconsistência cadastral e realizar um pente-fino dos benefícios já concedidos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passa por um processo de desmonte drástico, como exemplo, citamos o *Programa Criança Feliz* que, em outubro de 2016, foi instituído através do Decreto nº 8.869. Tal programa nomeou a primeira-dama, Marcela Temer, como embaixadora-voluntária. O retorno do conservadorismo tem como alvo a classe trabalhadora e dentre as principais finalidades o cerceamento dos direitos sociais, a precarização das políticas sociais e a colocação da mulher como responsável pelos cuidados dos filhos, colocando-a em condições de subalternidade.

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2017), o programa Criança Feliz desrespeita a Tipificação Nacional dos Serviços Sociais e vai na contramão do SUAS, do SUS e das demais políticas públicas e direitos sociais, pois reforça ações filantrópicas e conservadoras.

A política de assistência social foi regulamentada tardiamente após muitos embates. O Conjunto CFESS-CRESS (2018) corroborou na elaboração do PL/LOAS, sendo já reduzido pelo governo de Itamar Franco. Aprovada em 1993, enfrentou forte resistência do governo FHC em assumi-la como direito e dever estatal e só adquiriu consistência de política pública com a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) no governo Lula. A curta trajetória da política não a deixa imune às incessantes investidas e ela vem agonizando para manter-se viva.

Segundo o CFESS, em setembro de 2017, o corte no orçamento da política de assistência social para 2018 anunciado pelo Governo Federal era de 98%. Após pressões políticas organizadas por parte da sociedade o presidente refez a proposta orçamentária, entretanto os cortes no financiamento federal do SUAS se mantiveram.

De acordo com o CFESS, em 2018, à Proteção Social Básica teve corte de 55,76%, inviabilizando a oferta mínima de atenção à população nos serviços oferecidos pelos CRAS. No que se refere à Proteção Social Especial de Média Complexidade, o corte de 44,24% significa uma redução de R\$ 299 milhões, em relação ao valor de R\$ 536.260.440, que foi o aprovado pelo CNAS. Contudo, o Programa Criança Feliz, que tem propósito focalizado e retoma a cultura do primeiro-damismo recebeu aumento em seu orçamento, planejado para R\$ 600 milhões (CFESS, 2017).

Em 2019, no primeiro ano de mandato do presidente Bolsonaro, foi aprovada a EC nº 103, trazendo perversos retrocessos à classe trabalhadora. O período também foi marcado pela contrarreforma trabalhista, favorecendo a degradação no mundo do trabalho, resultando no rebaixamento salarial, no aumento da informalidade e na legitimação de demissões em massa e enfraquecimento dos sindicatos.

Araújo et al (2022) complementa pontuando que o contexto da pandemia de Covid-19 inaugurou uma crise sanitária sem precedentes, diante da qual o desemprego cresceu exponencialmente.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre terminado em agosto de 2021 o desemprego no Brasil atingiu 14,4% da população, ou seja, 13,7 milhões de pessoas que não estão empregadas e buscam um emprego. Com relação aos trabalhadores informais, estes já são 37,1 milhões, o que representa 41,1% da população ocupada. Já o número de brasileiros atuando de forma autônoma bateu recorde na pesquisa, representando 25,4 milhões, 18,1% a mais que no ano anterior (ARAÚJO et al., 2022, p.102).

Nota-se que o avanço da miséria e das desigualdades no mercado de trabalho são essenciais para a obtenção dos lucros. A crise do Coronavírus denota a face mais perversa do capitalismo, mostrando uma minoria cada vez mais rica e parasitária, beneficiando-se da conjuntura para expropriar a renda gerada pela classe trabalhadora.

Torres e Neri (2022, p.22) apontam que as medidas de isolamento revelaram a evidenciaram a desigualdade de classe social, de gênero e raça/etnia.

Nota-se, em todo o processo, a exclusão dos trabalhadores manifestada no aumento do desemprego, na diminuição dos postos de trabalho e dos salários, incidindo sobremaneira, entre as mulheres pobres e chefes de família, e a população de pele preta. Dito de outra forma, há uma distância entre poder realizar as medidas de isolamento e ficar em isolamento. Mesmo antes da pandemia, as frações mais pobres da classe trabalhadora estavam mais suscetíveis à inserção em trabalhos precários, sem vínculo empregatício, com baixa remuneração, o que se agravou no período pandêmico, tornando inviável a permanência em casa como forma de proteção a contaminação pelo vírus da covid-19 (TORRES; NERI, 2022, p.22).

O desemprego, a flexibilização e a retirada dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, e o atual contexto econômico tangenciado pela alta da inflação, têm contribuído para o Brasil voltar ao Mapa da Fome. A situação torna-se ainda mais agravada com a extinção do maior programa de transferência monetária, o “Bolsa Família”, e a incerteza de continuidade do Programa Auxílio Brasil: a população enfrenta a agudização da pobreza, a violência doméstica e o agravamento do adoecimento mental.

A conjuntura favoreceu o alargamento do contingente de pessoas em situação de pobreza, que antes da pandemia encontravam-se empregadas e passaram a demandar da política de assistência social, entretanto, a contenção dos recursos para os benefícios sociais, programas e projetos levou milhares de pessoas à condição de extrema pobreza, subjugados às mais sórdidas formas de exploração do sistema capitalista.

Com a elevação da inflação dos alimentos e itens de necessidades básicas, o encolhimento da renda e das políticas públicas aprofundaram ainda mais a miséria e a fome, com consequências ainda mais nefastas para os países periféricos, levando a classe trabalhadora para a forma mais brutal da barbárie.

Meritocratas defendem que as políticas sociais tornem-se cada vez menos universais e mais focalistas, reforçando a lógica do familismo e naturalizando as expressões da questão social.

De acordo com Behring (2009), o neoliberalismo parte do pressuposto de que a busca por melhores condições de vida deve partir da própria pessoa. Os neoliberais

apontam que os salários não devem ser regulamentados, pois infeririam no preço natural do trabalho equilibrado pela oferta e demanda do mercado. Partem da concepção formulada por Adam Smith de que as pessoas são conduzidas pela mão invisível do mercado, negando a interferência das políticas sociais.

Cardoso e Hoeveler (2022) citam que o conservadorismo preconiza o “familismo” atrelando as políticas sociais à concepção conservadora de família, atribuindo-lhe a responsabilidade pela sobrevivência, com pouca ou nenhuma intervenção sistemática do Estado na assistência social.

A família, no sistema de reprodução capitalista, é basilar, pois se o Estado e a coletividade não fornecem condições para a sobrevivência dos trabalhadores, resta à pessoa recorrer à família, ou à igreja. Em ambos os casos, a possibilidade de luta coletiva é desconsiderada, pois prevalece o conceito da meritocracia e da obediência religiosa propagada.

É importante destacar que, antes mesmo da pandemia, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vinha sofrendo ataques que impactaram na qualidade dos serviços prestados. Cabe mencionar que, na efervescência da pandemia, o Cadastro Único operacionalizado pelo Ministério da Cidadania foi desconsiderado para a concessão do Auxílio Emergencial.

Conforme evidencia o Sujeito B

“Tivemos muita procura de inscrição no cadastro único, até pela questão do auxílio emergencial, o auxílio não era atrelado ao cadastro único, mas o pessoal nos procurava para informações [...]” (SUJEITO B).

Nota-se que, no governo negacionista de Jair Bolsonaro, a política de assistência social brasileira correu constantes riscos frente à ingovernabilidade e aos cortes de recursos públicos. A crise pandêmica evidenciou a relevância da política, demonstrando o quanto necessita-se de maior investimento público.

A crise social e sanitária demanda um Estado forte e atuante com políticas públicas eficazes. No entanto, o que se percebeu foi um presidente defensor do estado mínimo, defensor do grande capital. Bolsonaro não agiu no combate da pandemia, desestimulou a população as medidas de preventivas de contaminação, utilizou recursos públicos para aquisição de medicamentos ineficazes e recusou-se a comprar vacinas e a construir plano de imunização.

Ao contrário das medidas preconizadas pela OMS, o presidente preferiu incitar a população a retomar a rotina na intenção de contaminá-los e exterminá-los. Em razão disso, inúmeros grupos posicionaram-se contra o governo, aludindo à pandemia como um verdadeiro genocídio, um ataque à classe trabalhadora, à população negra, indígena, às pessoas LGBTQIA+ e à população mais pobre.

Ante a situação de extrema complexidade, tensionado pela mídia nacional e internacional, pelas redes sociais e pelos crescentes “painéis” realizados pela população, Jair Bolsonaro intimidado, e a contragosto, passou a sancionar as medidas de combate à pandemia.

Desde 2020, o Brasil vinha enfrentando um adversário invisível denominado Covid-19 e a população vinha enfrentando várias crises: sanitária, econômica, política e a desinformação, movimento anticientificismo, veiculação de *fake news*, movimentos anti-isolamento social, revelando a utilização de crise de desinformação enfrentada pelo país, alimentadas pelo ideário conservador (MARQUES; MARANHÃO, 2020).

A política de assistência social vinha agonizando com os drásticos cortes no orçamento. A imposição de limites nos gastos pelo período de 20 anos impactou o financiamento da seguridade social. As medidas impostas pelo neoliberalismo englobam a reestruturação produtiva, a contrarreforma trabalhista e previdenciária. Desse modo, a política de assistência social limita-se a benefícios sociais insuficientes e pontuais, distanciados da sua dimensão política e aproximando-se das ações filantrópicas e assistencialistas prestadas por voluntários.

Nessa conjuntura explicitada e durante a crise da pandemia em que a desigualdade social se acirrou ainda mais, foram afetadas as famílias que dependiam dos programas sociais para garantir de forma ínfima a subsistência.

Ampliou-se a demanda por atendimentos no CRAS, intensificou-se o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a gestão do serviço passou a requerer das/os profissionais com habilidades em manejar os aparelhos tecnológicos, bem como um perfil profissional criativo, pragmático e polivalente.

Segundo Veloso (2007, p.12), o avanço das tecnologias da informação²⁸ e sua inserção nos processos de trabalho no capital é um tema que necessita ser debatido entre as/os

²⁸ A definição de TI remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infra-estrutura, composta por computadores, softwares, sistemas de redes, etc. (que teriam a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais que compõem a nossa sociedade.

assistentes sociais, pois observa-se que a maioria da população é “cerceada do acesso aos frutos da riqueza socialmente produzida”.

As novas modalidades da força de trabalho por meio das novas tecnologias comumente estão atreladas à satisfação de interesse do capital, contribuindo para a intensificação dos processos concernentes à acumulação de mais riqueza.

A classe trabalhadora como um todo têm sofrido constantes perdas. A EC 95 viabilizou o congelamento dos gastos com as políticas sociais, trouxe prejuízos ao funcionalismo público, reduziu os gastos com a remuneração de servidores, aumentou o assédio, a exploração de concursados e fomentou a terceirização.

4.2.3 A Política de Assistência Social no Município de Sorocaba no Contexto Pandêmico

O município de Sorocaba tem 368 anos de fundação e está situado na região sudeste do Estado de São Paulo, a 100 km da capital paulista. Sorocaba é considerada uma cidade de grande porte, com cerca de 695.328 mil habitantes, segundo dados estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021.

O município conta com um centro comercial em evolução, sendo hoje considerado o quarto município em crescimento de arrecadação do Estado. Pesquisas apontam que Sorocaba é a 30ª cidade com maior população do Brasil, e o 9ª do Estado de São Paulo, cujo PIB é de R\$ 32,6 bilhões e seu PIB per capita é R\$ 42.764,72.

A cidade de Sorocaba conta com elevada infraestrutura urbana, sendo referência para a Região Metropolitana, composta por 27 municípios. Importante pólo industrial, a cidade está à frente de capitais e importantes cidades do país. A indústria ocupa lugar de destaque na economia sorocabana, justificando o cognome “Manchester Paulista”. Os reconhecidos centros de pesquisas, universidades e mão-de-obra qualificada são alguns dos responsáveis por atraírem as grandes empresas para se instalarem na região.

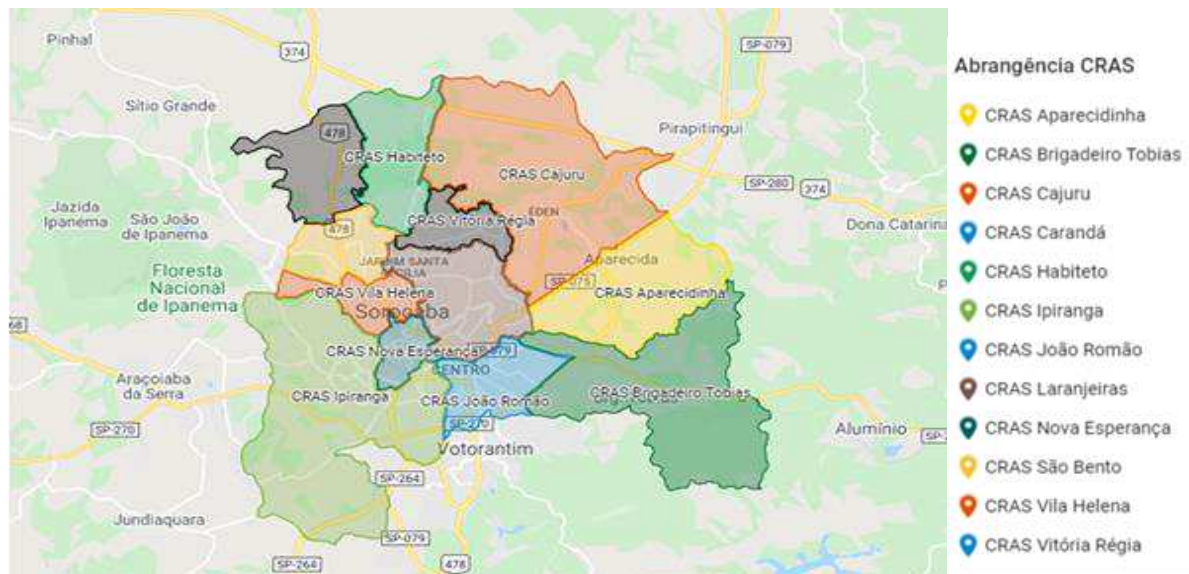
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,798. Tal índice estatístico tem a finalidade de medir o desenvolvimento econômico e social a partir de três

dimensões básicas: renda, educação e longevidade, e representa um importante instrumento para análise das políticas sociais.

Dentre as políticas sociais públicas, daremos ênfase à Política de Assistência Social ofertada por meio do CRAS.

O município de Sorocaba conta com 12 (doze) CRAS localizados nas regiões: norte, sul/leste e oeste, disseminados nos bairros: Aparecidinha, Brigadeiro Tobias, Cajuru, Carandá, Habiteto (Ana Paula Eleutério), Jardim Ipiranga, João Romão, Parque das Laranjeiras, Nova Esperança, Parque São Bento, Vila Helena e Vitória Régia.

Figura 5 - Mapa do município de Sorocaba-SP



Fonte: Gerenciamento de Dados e Geoprocessamento - Vigilância Socioassistencial

Cabe destacar que a Política de Assistência Social no município de Sorocaba é referência para os demais municípios do entorno, sendo assim, equipes gestoras deslocam-se até a cidade para conhecerem o trabalho que a gestão da Secretaria da Cidadania vem desenvolvendo junto ao SUAS.

Figura 6 - Foto da SECID de Sorocaba (2023)



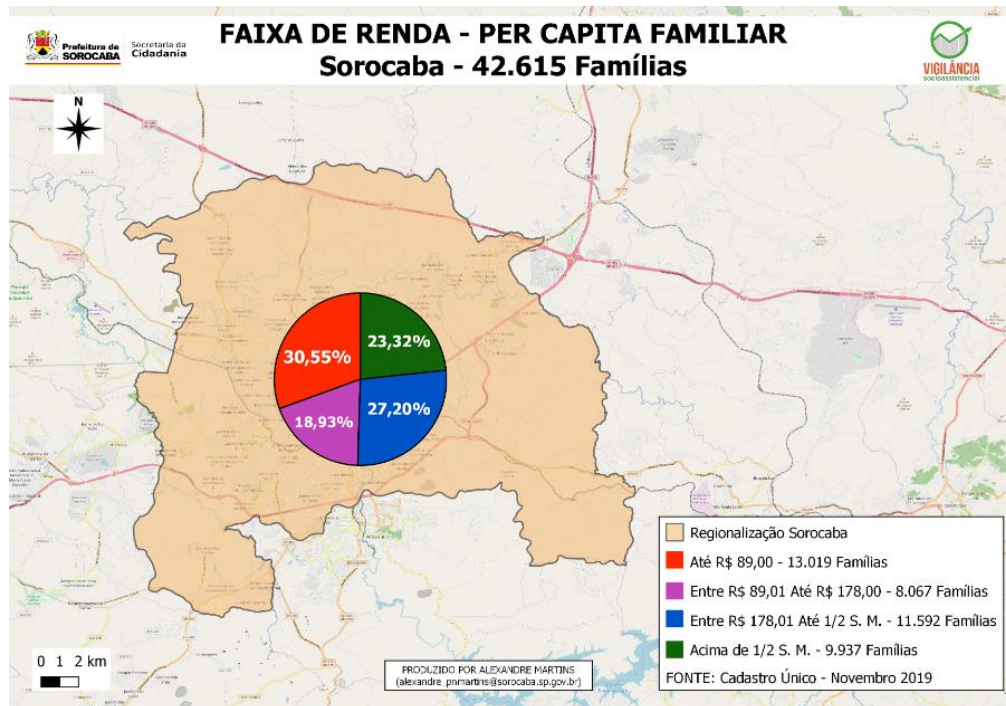
Fonte: Jornal Município de Sorocaba

A política de assistência social ofertada por meio do CRAS passou a ser publicizada enfaticamente pela mídia após o início da pandemia da Covid-19. As famílias acessavam o serviço no intuito de obterem informações sobre o Auxílio Emergencial, bem como para realizarem o Cadastro Único e requisitarem auxílio com alimentos.

É importante ressaltar que, nesse período, a busca pelo Auxílio-Funeral foi ampliada pois muitas famílias, ao perderem os entes queridos, recorreram ao serviço. No último informe realizado pela Secretaria da Saúde de Sorocaba, em 15 de setembro de 2022, o município, desde o início da pandemia, registrou 3.191 óbitos causados pela Covid-19.

A pobreza tem contribuído cada vez mais para que um contingente de pessoas busque a política de assistência social para acessar os benefícios sociais. O mapa apresentado abaixo demonstra a faixa de renda *per capita* familiar da população atendida no município de Sorocaba.

Figura 7- Faixa de Renda: Per Capita Familiar em 2019

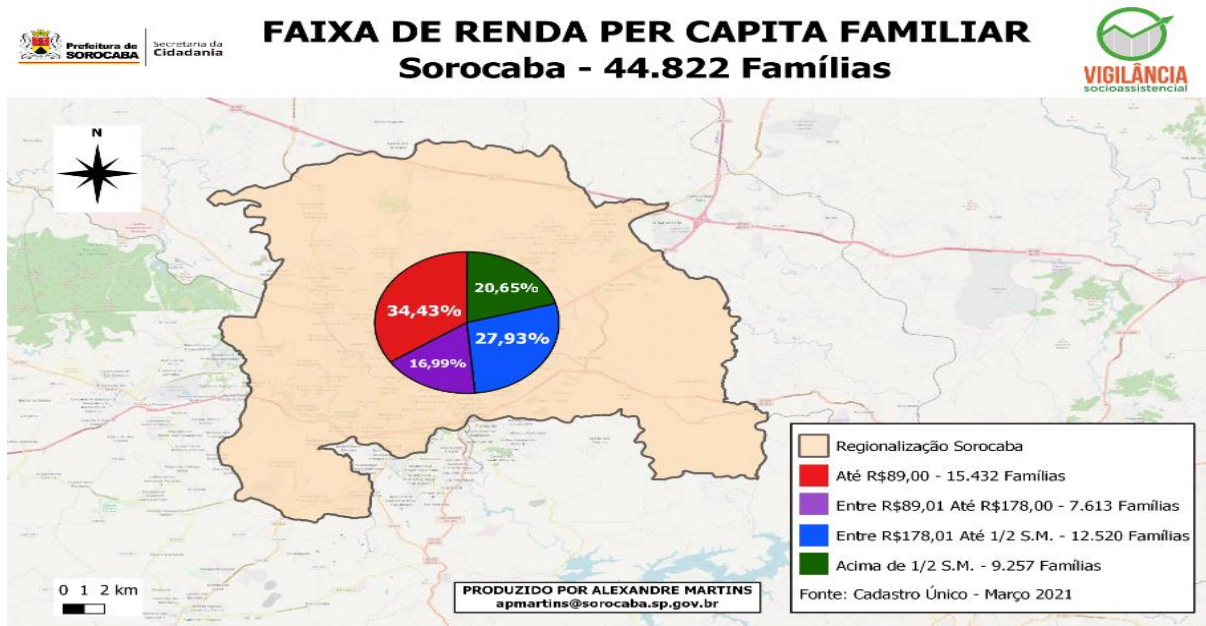


Fonte: Gerenciamento de Dados e Geoprocessamento - Vigilância Socioassistencial

No gráfico acima, é possível observar que, no ano de 2019, das 42.615 famílias que realizaram o Cadastro Único, 49,48% apresentavam renda *per capita* entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00. A porcentagem denota que, praticamente metade das famílias que acessam a política de assistência social, encontram-se em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Em novo levantamento realizado em 2021, após o primeiro ano da pandemia da Covid-19, os dados revelaram o aumento das famílias em situação de pobreza e extrema-pobreza

Figura 8 - Faixa de Renda Per Capita Familiar em 2021



Fonte: Gerenciamento de Dados e Geoprocessamento - Vigilância Socioassistencial

Segundo o setor de vigilância socioassistencial, o novo levantamento realizado com 44.822 famílias, em março de 2021, evidenciou o aumento no número de famílias (51,42%) que encontravam-se em situação de pobreza e extrema pobreza.

A crise no sistema de proteção social não foi suscitada pelo Coronavírus, no entanto, a pandemia agravou as condições de vida da classe trabalhadora, intensificando a desigualdade social.

A pandemia contribuiu para o avolumamento de pessoas em situação de vulnerabilidade, uma vez que milhares de pessoas ficaram desempregadas, sem nenhuma fonte de renda e perderam suas moradias.

Conforme sinaliza o Sujeito D

As maiores demandas em 2020 foi a alimentação, difícil dizer que tínhamos condições de fazer orientações técnicas, as demandas eram enormes. Não conseguimos nem separar...naquele momento era a maior solicitação. Na ocasião tinha empresas fechando, pessoas que trabalhavam autônomas, ficaram desempregadas [...] (SUJEITO D).

O vírus da Covid-19 afetou as classes sociais de maneiras distintas: certamente que entre a população empobrecida, periférica, com moradia precária, sem infraestrutura, sem condição de ficar em casa e manter o distanciamento social, os impactos foram maiores. O acirramento das expressões da questão social fez com que a classe trabalhadora recorresse aos serviços ofertados pela política de assistência social.

A insuficiência de recursos financeiros do município para atender à população fez com que os gestores buscassem parcerias com o setor privado e com as organizações sociais, conforme prevê a Lei nº 13.019/ 2014. A referida lei estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Por meio das parcerias, o setor público teve condições de conceder os benefícios eventuais (alimentos), produtos de higiene, limpeza e equipamentos de proteção individual (EPI).

Em razão do déficit de recursos humanos, as organizações sociais também disponibilizaram mão-de-obra técnica para auxiliar nos atendimentos do CRAS.

A falta de recursos humanos dificultou a dinâmica da unidade, o quadro sempre foi reduzido, mas na pandemia ficou muito pior [...] (SUJEITO E). Neste período passei em três equipamentos e todos estavam com falta de RH, muitos profissionais tiveram que se afastar por conta das comorbidades. Houve unidades que no período efervescente da pandemia tiveram que fechar pela falta de recursos humanos (SUJEITO C).

[...] nosso CRAS ficou fechado, porque não tinha RH e a demanda não era tanta. A gestão criou estratégias de atender os locais com maiores demandas, na minha unidade tinha as associações que davam esse suporte para questão de alimentos, porque o foco foi isso né?! [...]. Ficamos temporariamente em outra unidade (SUJEITO F).

Quando eu entrei na unidade eram eu e mais dois profissionais, depois um saiu um profissional e ficamos em dois. Após um período mandaram uma coordenação e voltamos a ficar em três, então assim, aquela coisa, nunca a equipe estava completa né [...] atualmente estamos sem administrativo. Quando falta um da equipe, eu ou a coordenação tem que ficar na recepção, por exemplo na hora do almoço, um cobre para o outro almoçar, alguém tem que ficar [...] (SUJEITO E).

Devido ao alto contágio e disseminação do vírus, foram seguidas as recomendações da OMS, procurando-se manter o distanciamento entre a equipe e as pessoas atendidas, porém as pessoas, no anseio de serem atendidas, aglomeravam-se na porta do CRAS.

Como estratégia de atendimento, foram priorizados os atendimentos via telefone, *whatsapp* e, em casos específicos, presencialmente. Nesse ínterim, os grupos foram suspensos e os atendimentos domiciliares ocorreram em situações de caráter emergencial.

A população usa o celular para whatsapp e facebook, eles não entendem que podem abrir uma página, um site, eles não entendem o que é aplicativo, o que é site, e que são coisas diferentes. Então essa questão de ser tudo digital se a pessoa não teve a educação para acessar o digital (SUJEITO B).

Tudo que precisava fazer era de forma que o munícipe não tinha acesso, mandar e-mail, mandar whatsapp, as pessoas até tentavam pelo whatsapp, mas era tudo demorado e as informações que eles queriam não vinha [...]. Falta um processo educacional mesmo para você aprender a utilizar os serviços, a consultar os serviços e outra, não era somente isso, tinha vezes que a pessoa tentava usar os aplicativos e não dava certo, então assim, é muito difícil [...] a gente tentava fazer a ligação no lugar do munícipe, então neste sentido houve prejuízos, por mais que os serviços tenham se preparados eles não conseguiram atingir a contento a população (SUJEITO F).

Durante os primeiros meses de 2020, a mídia apontou a dificuldade das pessoas em operacionalizarem o aplicativo de acesso ao Auxílio Emergencial, ocasionando longas filas em frente aos bancos. Quando lá recebiam a negativa, procuravam o CRAS, de modo que diariamente, contingentes expressivos de pessoas expunham-se ao risco de serem contaminadas.

Nós parecíamos uma central telefônica, a busca recorrente era por auxílio emergencial, porém nós não tínhamos sido capacitados para atender a população com estas demandas, as pessoas ficavam frustradas pois não tínhamos as respostas. Nós acolhíamos, porém, sem conseguir mostrar um caminho, uma direção (SUJEITO D).

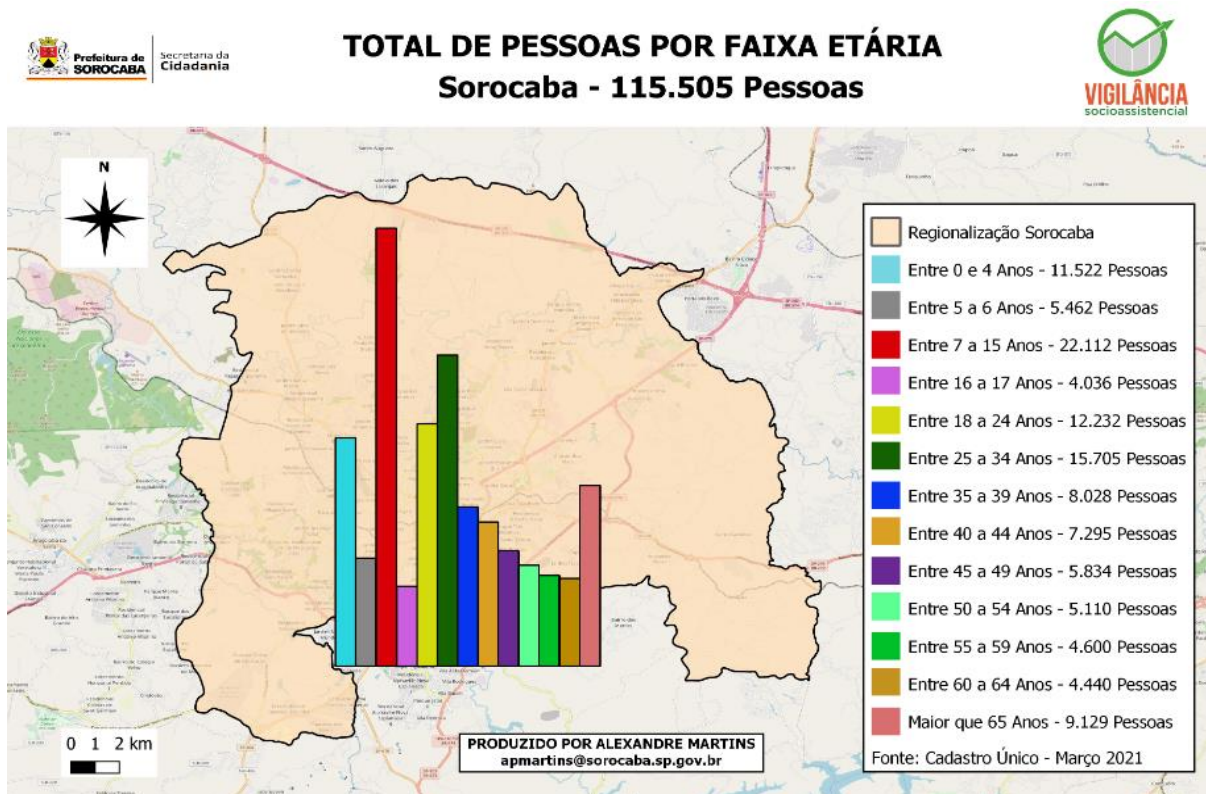
[...] no início da pandemia os usuários procuravam muito o CRAS solicitando auxílio para se cadastrarem no “Auxílio Emergencial” gerando filas enormes na frente da unidade [...] (SUJEITO C).

Tinha muita gente com direito a receber o auxílio emergencial, mas não tinha um celular que desse para baixar o programa [...] teve uns que tentamos fazer de tudo, mas não deu certo (SUJEITO A).

Uma das principais barreiras para acessar o serviço pelos meios digitais decorria da ausência de recursos para obter um aparelho celular *smartphone*, da falta de instruções para as usuárias/os utilizarem as novas tecnologias, em especial nos casos das famílias unipessoais compostas por pessoas idosas ou deficientes.

Os dados mencionados na sequência referentes à faixa etária das pessoas atendidas nos CRAS de Sorocaba foram colhidos pela Vigilância Socioassistencial no mês de março de 2021 e ilustram a questão acima apontada.

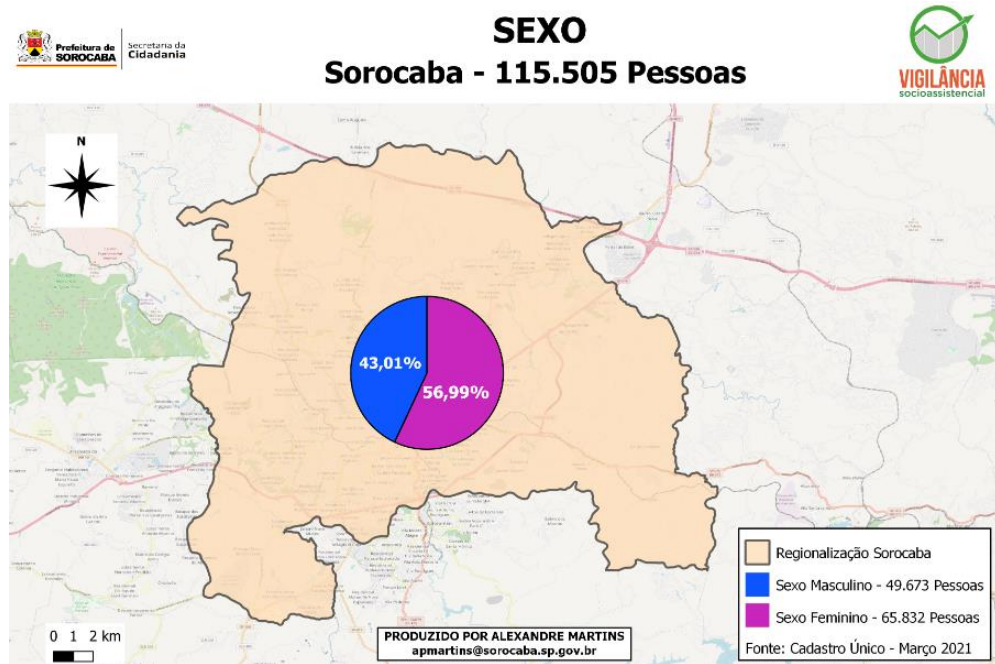
Figura 9 - Total de pessoas por faixa etária



Fonte: Gerenciamento de Dados e Geoprocessamento - Vigilância Socioassistencial

Em um universo de 115.505 pessoas, 11,75% dos que acessaram o serviço em março de 2021 tinham idade entre 60 e 65 anos, sendo majoritariamente do sexo feminino, que muitas vezes, arrimos de família, acessam os serviços públicos devido aos programas de transferência monetária.

Figura 10 - Sexo dos entrevistados



Fonte: Gerenciamento de Dados e Geoprocessamento - Vigilância Socioassistencial

Em virtude das condições que a crise sanitária ocasionou, houve um aumento no número de pessoas que buscavam os CRAS procurando por algum tipo de auxílio. A pandemia desvelou a desigualdade social, escancarou a situação de pobreza vivenciada pelas famílias.

Teve um aumento das demandas por cesta básica, muitas famílias relatando não terem alimento em casa [...]. Percebo que as vulnerabilidades agravaram, e a perda do emprego contribuiu para o aumento das demandas no CRAS (SUJEITO C).

Como medida para mitigar os efeitos da rápida disseminação do vírus, bem como para enfrentar as demandas emergentes decorrentes da Covid-19, o governo municipal lançou diversas portarias e decretos para regulamentar o funcionamento das Políticas Públicas no contexto pandêmico.

A tabela 3 demonstra as medidas²⁹ iniciais para contenção da Covid-19 adotadas pelo governo municipal de Sorocaba.

Tabela 3 - Medidas de prevenção decorrente da Covid-19 estabelecida no âmbito Municipal

PRINCIPAIS NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL EM DECORRÊNCIA DA COVID-19
Decreto nº 25.656, de 13 de março de 2020 - Declara Estado de Emergência na Saúde Pública no Município de Sorocaba em razão de surto de doença respiratória Coronavírus - Covid-19 e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e dá outras providências.
Lei nº 12.194, de 16 de abril de 2020 - Cria benefício emergencial às pessoas que coletam materiais reciclados cooperadas em Cooperativas com atuação regular e inscritas no Município de Sorocaba. A lei institui o benefício emergencial denominado "Auxílio Catadores", consistente na transferência monetária no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais a cada pessoa pelo período de 3 (três) meses.
Decreto nº 25.733, de 4 de maio de 2020 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais pelas pessoas residentes no município que estejam nas vias e locais públicos, no transporte público coletivo, transporte por aplicativos e táxis, estabelecimentos comerciais e repartições públicas, como medida de combate da pandemia do Coronavírus no âmbito do Município de Sorocaba.
Decreto nº 26.046, de 1º de janeiro de 2021. Dispõe sobre a Criação da Comissão Municipal para estudos do Plano de Operacionalização de Vacinação contra a Covid-19 no Município de Sorocaba e dá outras providências.
Lei nº 12.284, de 19 de março de 2021 - Ratifica protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus, medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde.

Fonte: Quadro sistematizado pela autora

O decreto 25.656, de 2020, declarou Estado de Emergência na Saúde Pública no Município de Sorocaba, em razão de surto de doença respiratória causada pelo Coronavírus, dispondo sobre as medidas para o enfrentamento, conforme prevê a Lei Federal 13.979/2020 citada anteriormente.

Conforme a Lei 12.194, de 2020, ficou instituído o benefício emergencial denominado “Auxílio Catadores” às pessoas que coletavam recicláveis cooperadas nas Cooperativas de Sorocaba, dentre outras providências. A lei previa a transferência monetária em caráter emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, pelo período de 3 (três) meses.

No Decreto 25.733, de 2020, mencionou-se que, enquanto perdurasse o período de restrições necessário ao enfrentamento da pandemia do Covid-19, ficaria determinado o uso de

²⁹ Foram citadas as portarias e normativas emitidas inicialmente pelo governo municipal referentes às políticas sociais de Saúde e da Assistência Social, dado ao objeto de estudo em questão.

máscaras de proteção facial aos moradores do município de Sorocaba, nas vias e espaços públicos, transporte público coletivo, estabelecimentos comerciais e repartições públicas, como medida de combate da pandemia do Coronavírus.

De acordo com o Decreto 26.046, de 2021, criou-se a Comissão Municipal com objetivo de desenvolver estudos e elaborar um plano municipal de operacionalização da vacinação contra a Covid-19, a ser realizado no Município de Sorocaba/SP, bem como estudos para incluir profissionais da área da educação da rede pública e privada nas prioridades do plano.

A Lei 12.284, de 2021, veio para revalidar o protocolo de intenções firmado entre os municípios de todas as regiões da República Federativa do Brasil, visando à aquisição de vacinas para combate à pandemia do Coronavírus, além de outras finalidades de interesse público relativas à obtenção de medicamentos, insumos e equipamentos para a área da saúde.

Do mesmo modo que o governo Federal adotou medidas de contenção do vírus da Covid-19, o município de Sorocaba seguiu as diretrizes estabelecidas, determinando o uso de EPIs nos espaços públicos e recomendando o distanciamento social.

Em relação aos benefícios sociais, o município de Sorocaba criou um auxílio para as pessoas que trabalhavam na coleta de materiais reciclados. Notou-se um aumento na demanda para o benefício municipal Vale-alimentação³⁰, cujo propósito era garantir a segurança de sobrevivência às famílias que encontravam-se subempregadas, no trabalho informal ou desempregadas.

Tais informações não podem ser analisadas descoladas do panorama religioso-político do município de Sorocaba. É relevante destacar, que em 2006 foi instalado em uma área pública da cidade um totem com os dizeres "Sorocaba é do Senhor Jesus". Conforme publicação do jornal Cruzeiro do Sul (2012), o então prefeito Vitor Lippi (PSDB) citou que o marco religioso localizado na avenida Marginal do Rio Sorocaba teve como intenção homenagear as manifestações cristãs.

Desde então, vem gerando diversas discussões na cidade. O Ministério Público ingressou com ações solicitando a remoção da placa, pois o totem violaria os princípios constitucionais da liberdade de crença e do Estado laico.

³⁰ Lei nº 10.717, de 8 de janeiro de 2014, dispõe sobre a instituição do Vale Alimentação no município de Sorocaba.

Figura 11 - Totem instalado na entrada de Sorocaba com mensagem religiosa



Fonte: Eduardo Ribeiro Jr./G1

Em todas ações, a municipalidade recorreu e ganhou a causa. Segundo a 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, a placa fixada na entrada da cidade com dizeres religiosos, não ofende a laicidade do Estado.

No que concerne à atual gestão da cidade, em 2021 o vereador Rodrigo Maganhato (Republicanos), mais conhecido como Rodrigo Manga, tomou posse como prefeito de Sorocaba e, desde o início de sua gestão, contou com o apoio do presidente Jair Bolsonaro.

Na sequência à posse do prefeito, o presidente Bolsonaro veio à cidade, e, na ocasião, o carro em que ambos estavam foi multado por cometer infrações graves, uma vez que percorreram as vias do município pendurados no teto e nas portas do carro.

Em setembro de 2022, o prefeito Rodrigo Manga recebeu novamente o presidente da República, Jair Bolsonaro, para participar de um comício. O presidente estava

acompanhado do candidato ao senado, Marcos Pontes (PL) e do candidato ao governo do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Após a eleição em segundo turno e a derrota do candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro, o prefeito de Sorocaba passou a ser investigado pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por incentivar e participar dos protestos golpistas que fecharam uma das principais rodovias da cidade. Segundo a revista Exame (2022), o bolsonarista Manga confraternizou com manifestantes, fez fotos com a população, orou com um grupo de pessoas e agradeceu pelo carinho.

O prefeito é missionário da Igreja Mundial do Poder de Deus e o secretário da Secretaria da Cidadania (SECID), Clayton Lustosa, é bispo na Igreja Renascer em Cristo. Em umas das comemorações do aniversário de Sorocaba, o prefeito, o bispo e demais líderes religiosos realizaram uma cerimônia em frente à Prefeitura de Sorocaba. Segundo o prefeito, foi realizado “Um verdadeiro ato de clamor pela cidade, em que representantes de todas as denominações eclesiais que atuam em Sorocaba foram convidados para uma demonstração de fé e união” (SANTINON, 2021, Agência Sorocaba de Notícias, n.p).

Em síntese, esse panorama político revela a concepção que a gestão do poder municipal tem sobre a Política de Assistência Social, bem como denota as medidas adotadas em relação à crise pandêmica no município de Sorocaba.

CAPÍTULO V

5. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE SOROCABA FRENTE À PANDEMIA

Nesse capítulo, pretende-se apresentar e analisar, a partir da revisão bibliográfica, os dados coletados durante as entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa.

Apresentaremos a partir de eixos temáticos os impactos nas condições de trabalho de assistentes sociais frente à pandemia nos CRAS do município de Sorocaba.

Essa apresentação ocorrerá de duas maneiras: inicialmente apresentaremos uma breve caracterização dos sujeitos da pesquisa e no segundo momento apresentaremos os eixos que foram definidos após as análises das entrevistas.

Com o objetivo de responder ao problema de pesquisa, foi utilizado o método de triangulação constituído pela: revisão bibliográfica, revisão documental e a pesquisa envolvendo sujeitos.

5.1 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Foi realizado contato telefônico com 7 assistentes sociais que atuaram nos atendimentos junto à população nos CRAS entre março de 2020 a junho de 2022 e todas/os aceitaram participar da entrevista. Cabe destacar que 1 (um) profissional desistiu de participar devido a um comprometimento da saúde.

O processo investigativo foi realizado no período entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023, contando com a participação de 6 (seis) assistentes sociais. Profissionais que encontravam-se em pleno exercício nos CRAS, no âmbito da política de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Sorocaba (SP).

Todos os (as) profissionais autorizaram a realização da entrevista e a análise dos dados coletados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

As entrevistas para coleta de dados junto as/os profissionais foram realizadas presencialmente em uma sala previamente reservada, de modo a resguardar a privacidade e o sigilo. Devido à logística de deslocamento de uma/um das/os entrevistadas/os, a entrevista

ocorreu no formato remoto, utilizando-se a ferramenta *Google Forms* que possibilitou o gerenciamento da pesquisa e coleta de dados.

No que concerne à coleta de dados, foi realizada a entrevista individual semiestruturada, utilizando questionários nos formatos quanti e qualitativo permitindo certa flexibilidade e abertura para além do roteiro estabelecido.

Para a construção da caracterização das/os entrevistadas/os, utilizaram-se os dados relacionados à identificação profissional, bem como o trajeto formativo. O depoimento das/os profissionais foi abordado na sistematização da pesquisa, de forma a garantir o anonimato, foram utilizados codificadores, sendo chamados de “sujeito A”, “sujeito B” e assim sucessivamente.

A técnica utilizada para coleta dos dados foi a entrevista estruturada. Para tanto, utilizamos um roteiro de entrevista com 5 eixos analíticos, contendo perguntas abertas e fechadas. Após a coleta dos dados, os eixos foram analisados da seguinte forma: Condições Objetivas e Relações de trabalho; Cotidiano profissional: demandas, requisições e ações profissionais e Condições éticas, técnicas, de segurança e de saúde.

No primeiro eixo, estavam os dados de identificação profissional, tais como: idade, sexo, raça, situação conjugal e religião.

No segundo eixo, estavam perguntas sobre os dados de formação: tempo de graduação, modalidade do curso, titulação, área de especialização/mestrado/doutorado.

No terceiro eixo, as variáveis trabalhadas foram: condições de trabalho da/o assistente social, possui mais de um vínculo empregatício na área de Serviço Social, a natureza do vínculo empregatício, jornada de trabalho na prefeitura e faixa salarial.

No quarto eixo, as perguntas foram em relação ao campo de trabalho, as requisições e segurança tais como: está na coordenação ou esteve; trabalha no mesmo CRAS há quanto tempo; trabalhou durante todo período de pandemia; durante a pandemia houve mudança de local de trabalho/CRAS; a pandemia trouxe alteração na configuração dos serviços; dos programas e da política de Assistência Social; no contexto da pandemia (2020 a 2022) houve alteração das demandas e requisições no seu trabalho no âmbito do CRAS; as requisições institucionais no contexto de pandemia (2020 a 2022) estavam previstas conforme a competência da/o assistente social na perspectiva do CRAS (Proteção Social Básica) a pandemia trouxe algum agravamento no exercício profissional da/o assistente social no CRAS; em relação a ética e sigilo profissional, no processamento do seu trabalho a pandemia trouxe alguma limitação; no contexto pandêmico houve desafios na execução do exercício profissional; no contexto pandêmico houve algum tipo de limitação no exercício profissional

No quinto eixo, questionamos sobre as condições de saúde mental: se o contexto pandêmico trouxe alguma interferência na sua saúde mental; se vivenciou alguma situação de sofrimento neste íterim; se foi necessário afastamento de trabalho para cuidar da saúde; durante a pandemia precisou fazer uso de medicamentos; em relação a Covid-19 foi contaminada pelo vírus, o órgão gestor ofertou os equipamentos e proteção individual (EPIs) desde o início da pandemia; neste período pandêmico você se sentiu segura/o para executar o trabalho; quanto tempo demorou para ter acesso a vacina; no auge da pandemia houve trabalho híbrido; como você avalia este período pandêmico no trabalho.

O levantamento das perguntas e as análises buscam compreender os impactos nas condições de trabalho de assistentes sociais nos períodos de março de 2020 a junho de 2022 no contexto de pandemia ocasionada pela Covid-19. As informações possibilitam uma aproximação do perfil profissional de assistentes sociais.

O desenvolvimento do texto está dividido da seguinte forma: 5.1.1) Identificação profissional; 5.1.2) Dados sobre a formação; 5.1.3) Condições objetivas e relações de trabalho; 5.1.4) Campo de trabalho: demandas, requisições e cotidiano profissional; 5.1.5) Condições éticas, técnicas, de segurança e de saúde.

5.1.1 Identificação Profissional

Nesse eixo, são apresentados os dados de identificação profissional, tomando por referências as seguintes variáveis: faixa etária, sexo, pertença étnico racial, situação conjugal e religião.

O perfil da/o trabalhadora/o é de uma categoria majoritariamente feminina, 5 (cinco)

profissionais do sexo feminino e apenas 1 (um) do sexo masculino; as idades prevalentes encontram-se nas faixas entre 35 a 44 anos 2 (dois sujeitos), entre 45 a 54 anos 2 (dois sujeitos) e entre 55 a 64 anos 2 (dois sujeitos).

Das/os 6 (seis) profissionais entrevistadas, a maioria, ou seja, 4 (quatro) professam a religião católica; um sujeito declarou ser espiritualizada/o e 1 (um) afirmou não ter qualquer religião.

A maior parte das/os assistentes sociais se autodeclararam como branca (três sujeitos), dois sujeitos se autodeclararam pardas 2 (duas) e um sujeito se autodeclara. Quanto ao

estado civil, 3 (três) depoentes são solteiras/os, 1 (um) é casada/o, 1 (um) vive uma união estável e 1 (um) é viúva/o.

O novo coronavírus e as medidas de distanciamento social preconizado pela OMS, refletiram no aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres. Com o distanciamento social, maior número de pessoas permaneceu nas residências, resultando no aumento dos afazeres domésticos.

Para Borges e Silva (2020, p.149) as demandas e atividades desenvolvidas dentro do lar, requerem extensas e exaustivas jornadas de trabalho. Normalmente, essa rotina é incorporada pelo processo de socialização das famílias, que ainda “se apoia em valores estabelecidos pela ordem patriarcal, ainda presentes na moderna sociedade brasileira, demarcada pela chamada divisão sexual do trabalho”.

A responsabilidade pelas tarefas domésticas e cuidados das/os filhas/os tem sido historicamente atribuição das mulheres. Quando não executam, fica como responsáveis pela supervisão delas, dessa forma pouco tempo lhes sobra para se dedicarem ao autocuidado.

Bengoa (2018) destaca que o sistema patriarcal não considera o trabalho doméstico e de cuidados como parte indireta do processo de reprodução e de acumulação do capital, no entanto, a atividade torna-se vital para a sustentação do sistema.

[...] esse trabalho – que está fora do espaço mercantil – ficará invisível não somente aos olhos da sociedade, não somente no imaginário social, mas desaparecerá no processo de acumulação. A força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale oculta, assim, uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua do capital (BENGOA, 2018, p.36).

Na sociedade capitalista, o trabalho doméstico na reprodução da força de trabalho é um dos que mais contribui com a produção da mais-valia. Cabe ressaltar que as mulheres que trabalham fora têm dupla jornada, além da carga horária diária, tem como atribuição os cuidados da casa, auxílio aos filhos nas tarefas escolares e muitas vezes apoio à rede parental. Biroli e Quintela (2020, p.77) colocam que as mulheres “permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, o que conecta o princípio da separação ao da hierarquização, uma vez que o trabalho não remunerado se define em continuidade com o trabalho remunerado “de mulheres”.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019) as mulheres dedicam em média 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados

de pessoas, na comparação com 10,3 horas semanais gastas nessas atividades pelos homens, isto antes da pandemia. Meulders e Silveira (2019) chamam esta desigualdade de “inflexíveis desigualdades”, porque ao analisarem as diferenças entre homens e mulheres percebem que poucas coisas mudaram de fato em 20 anos (BORGES E SILVA, 2020, p.150).

Corroborando com Bengoa (2018); Biroli e Quintela (2020), Raichelis (2018) aponta que o aumento de pessoas do sexo feminino no setor de serviços é um elemento a mais na intensificação da precarização.

A profissão de Serviço Social, por ser composta majoritariamente por mulheres, socialmente é vinculadas às esferas da vida reprodutiva, com as atribuições de cuidar, educar, acolher. Tais quesitos interferem enfaticamente na dinâmica de desvalorização social da profissão (RAICHELIS, 2018).

Constata-se que a pandemia potencializou a sobrecarga de trabalho e impactou negativamente na saúde das mulheres. O trabalho remoto insere situações particulares e agudas na precarização do trabalho da/o assistente social, a fase decadente do capital, diante do risco de morte, fosse um “privilégio” concedido.

Ricardo Antunes (2009, p.108) aponta que a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou seja, dentro e fora no ambiente de trabalho, de forma a ser duplamente explorada pelo capital.

5.1.2 Dados sobre a Formação

Nesse eixo, destacaremos os dados sobre a formação profissional, tendo como objetivo evidenciar o processo formativo da/o assistente social. Para tanto utilizou-se como referências as variáveis: tempo de graduação, modalidade do curso, titulação e área de especialização/mestrado/doutorado.

Os dados coletados evidenciaram que 4 (quatro) das/os assistentes sociais têm de 11 a 15 anos de graduação na área de Serviço Social, 1 (um) dos depoentes tem de 16 a 20 anos de graduada/o e 1 (um) tem 21 a 25 anos de graduada/o. Referente à modalidade do curso: 5 (cinco) sujeitos da pesquisa realizaram o curso na modalidade presencial e 1 (um) depoente realizou na modalidade semi-presencial.

No que se refere à qualificação das/os assistentes sociais, das/os 6 (seis) profissionais entrevistadas/os, 5 (cinco) profissionais mencionaram possuírem especialização.

Conforme sinalizado, a tendência crítica da profissão no Brasil fortaleceu-se em meados da década de 1980 com a aproximação do marxismo como referencial hegemônico. O referencial marxista permite a apreensão da realidade, da crise planetária global, as dimensões socioeconômicas permitem compreender as transformações macrosocietárias e as novas configurações no mundo do trabalho.

O referencial marxista tem sido responsável por fomentar relevantes debates para o Serviço Social, permitindo enfrentar a concepção tecnicista da profissão que subordinam as/os assistentes sociais às normas de enquadramento institucional. A apropriação via fundamentação marxista colocou a profissão no campo “das racionalidades, das escolhas teóricas, ético-políticas e técnicas, da relação dialética entre teologia e causalidade, da adequação entre meios e fins” (GUERRA, 2016, p.296).

Guerra (2019) complementa que “a formação profissional tem que ser capaz de nos permitir operar esse desvelamento da realidade e fazer sua crítica ontológica” (GUERRA (2019, p.114). O fazer profissional realiza-se com a forma com que a/o assistente social incorpora, compreende o significado do seu trabalho, da forma que interpreta a profissão, as intenções de suas ações e das fundamentações que empreende para ratificar suas atividades e nortear o exercício profissional.

Para tanto, é crucial a/o assistente social ter capacidade para desvendar criticamente os espaços ocupacionais, para enfrentar os desafios postos frente os tensionamentos dos projetos partidários e político-institucionais. Nota-se, de um lado, a defesa dos direitos sociais universais e de outro o investimento acentuado na mercantilização e refilantropização, gerando prejuízos às relações e condições de trabalho da/o profissional.

5.1.3 Condições Objetivas e as Relações de Trabalho

Nesse eixo, evidenciaremos os dados acerca das condições objetivas e relações de trabalho das/dos assistentes sociais, a partir das seguintes variáveis: condições de trabalho da/o assistente social, existência de mais de um vínculo empregatício na área de Serviço Social, a natureza do vínculo empregatício, jornada de trabalho na prefeitura e faixa salarial.

A pesquisa identificou que os 6 (seis) sujeitos da pesquisa possuem apenas um vínculo empregatício, sendo estatutários, todas/os são servidoras/es públicas/os municipais,

ou seja, atuam em instituições públicas de natureza estatal, na formulação, planejamento e execução das políticas sociais.

Embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, assistentes sociais desempenham seu trabalho principalmente como assalariadas/os de instituições públicas e privadas.

Em relação à jornada de trabalho, as/os 6 (seis) assistentes sociais mencionaram terem jornada de trabalho de 30 horas semanais.

A conquista das 30 horas semanais pelas/os assistentes sociais regulamentada pela Lei nº 12.317 de agosto de 2010, traz imensuráveis desafios à categoria profissional, numa conjuntura marcada pela flexibilização e precarização das relações de trabalho. A redução da jornada de trabalho favorece o empregador, quando esse descumpra a lei e reduz o salário. No setor público, para garantir o número de assistentes sociais necessárias/os à execução dos serviços requer aumento no orçamento, a ampliação de recursos, o que demanda constantes tensionamentos para manter os direitos conquistados. (BOSCHETTI et al, 2022).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios brasileiros expandiram as competências a partir do seu reconhecimento como entes federados, descentralizando as políticas sociais e públicas.

As políticas sociais constituem espaços para a inserção das/os assistentes sociais no mercado de trabalho, bem como para a consolidação da profissão. Dentre as ações previstas a/ao assistente social no âmbito das políticas sociais, está o atendimento à classe trabalhadora, no sentido de intervir nas expressões da questão social originada pelo sistema capitalista.

Em estudo sobre a profissão, Guerra (2023, p.53) destaca que a/o assistente social é uma/um trabalhadora/or com formação de nível superior hegemonicamente crítica, possui um “Código de Ética, princípios e valores a serem respeitados, enfim, temos um projeto profissional que possui uma direção ético-política que questiona, problematiza, resiste e enfrenta a sociedade capitalista”.

5.1.4 Campo do Trabalho: Demandas, Requisições e Cotidiano Profissional

No quarto eixo, explicitaremos os dados concernentes ao campo de trabalho: demandas, requisições e cotidiano profissional, tomando por base as variáveis: está na coordenação ou esteve; trabalha neste CRAS há quanto tempo; trabalhou durante todo período

de pandemia; se trabalhou, foi no mesmo CRAS; durante a pandemia houve mudança de local de trabalho/CRAS; a pandemia trouxe alteração na configuração dos serviços, dos programas e da política de Assistência Social; no contexto da pandemia (2020 a 2022) houve alteração das demandas e requisições no seu trabalho no âmbito do CRAS; as requisições institucionais no contexto de pandemia (2020 a 2022) estavam previstas conforme a competência da/o assistente social na perspectiva do CRAS (Proteção Social Básica); a pandemia trouxe algum agravamento no exercício profissional da/o assistente social no CRAS; em relação à ética e sigilo profissional, no processamento do seu trabalho a pandemia trouxe alguma limitação, quais; no contexto pandêmico houve desafios na execução do exercício profissional; no contexto pandêmico houve algum tipo de limitação no exercício profissional.

Quando indagada/o se está ou esteve no cargo de coordenação: 4 (quatro) das/os entrevistadas/os afirmaram que nunca estiveram na coordenação da unidade e 2 (dois) das/os depoentes afirmaram permanecerem na coordenação. Dentre as/os profissionais que se encontram na coordenação, 1 (um) assistente social está no cargo entre 7 meses a 1 ano e 1 (um) encontra-se na coordenação há mais de seis 6 anos.

No que se refere ao tempo de atuação na mesma unidade de CRAS: 1 (um) dos sujeitos referiu ter sido realocada/o de unidade, está trabalhando no CRAS há menos de 6 meses, 1 (um) profissional pontuou estar atuando no mesmo CRAS entre 7 meses a 1 ano, 2 (dois) depoentes trabalham no mesmo CRAS entre 2 a 3 anos, e 2 (dois) sujeitos encontram-se trabalhando na mesma unidade de CRAS entre 4 a 5 anos.

Quando as/os assistentes sociais foram questionadas/os se durante todo período da pandemia trabalharam: as/os 6 (seis) referiram ter atuado nos anos de 2020, 2021 e 1º semestre de 2022, ou seja, período em que a pandemia estava no ápice.

Durante o período supracitado, identificou-se, através das falas das/os depoentes, que 4 (quatro) profissionais mudaram de local de trabalho/CRAS sendo que apenas 2 (dois) sujeitos da pesquisa permaneceram atuando no mesmo CRAS. Dentre os sujeitos entrevistadas/os 1 (um) profissional atuou em outra unidade temporariamente, 1 (um) sujeito atuou em outra unidade entre 6 meses a 1 ano, e 4 (quatro) das/os assistentes sociais atuaram em outra unidade por tempo indeterminado.

Para melhor compreensão dos dados evidenciados pela pesquisa, contextualizaremos as medidas recomendadas no âmbito Federal, Estadual e Municipal concernentes à Proteção Social Básica da SECID.

Com intuito de evitar aglomeração da população nas unidades de atendimentos, no dia 01 de abril de 2020 foi aprovada a Portaria CNAS (Secretaria Nacional de

Assistência Social) nº 54/2020 com recomendações aos gestores e demais profissionais no âmbito do SUAS visando garantir que os serviços/atividades essenciais da Assistência Social não sejam suspensos durante a pandemia da Covid-19.

A referida portaria recomendava que os equipamentos do SUAS suspendessem as ações coletivas, e atendessem presencialmente somente os casos que demandassem urgência, sugerindo que o atendimento aos usuários ocorresse via linha telefônica e aplicativos de mensagens.

No dia 19 de março de 2020, a SECID divulgou a instrução normativa sobre as medidas que seriam tomadas pelo plano de contingência contra o Coronavírus, previsto no decreto municipal 22.944/2020. O referido decreto instituiu que os servidores municipais em Sorocaba trabalhassem temporariamente de forma remota.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o vasto aumento do trabalho no domicílio revelou as más condições vividas pelos trabalhadores. Antes da crise da Covid-19, haviam aproximadamente 260 milhões de pessoas no mundo trabalhando nesta modalidade. O teletrabalho prevê que o trabalho seja efetuado fora do espaço físico da instituição/empresa, no entanto implica o uso de novas tecnologias como facilitadoras de comunicação, bem como instrumento de produtividade.

O novo formato de trabalho ia de encontro com as orientações difundidas pelo CFESS em março de 2020, tornando um desafio constante a categoria profissional e a população usuária dos serviços, considerando os novos formatos de atendimento/acompanhamento por meio da introdução das novas metodologias.

Considerando as diversas formas de organização do trabalho profissional da/o assistente social, ainda no mês de março de 2020, o CRESS/SP veiculou documento orientativo buscando proteger a saúde dos profissionais e das/os usuárias/os que necessitavam acessar os serviços ofertados. O Conselho recomendou o trabalho híbrido, ou seja, realizado através de escalas de revezamento entre as equipes, atendimento por telefone ou agendamentos isolados e espaçados, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

Em comunicado, o CRESS/SP (2020) publicou grande demanda de denúncias relacionadas à segurança do trabalho profissional, em relação à proteção da saúde de quem trabalhava e de quem era atendida/o nos serviços públicos.

Quando indagados se a pandemia trouxe alteração na configuração dos serviços, dos programas e da política de Assistência Social, as/os seis (6) assistentes sociais entrevistadas/os afirmaram que sim.

Acho que a gente fugiu muito do que a política determina né, passamos a fazer atendimento por telefone, vídeo chamada, fiz o que era possível na época (SUJEITO D).

O sigilo bem difícil também, bem debilitado, você acabava atendendo uma pessoa na janela que chegava lá, ou por telefone, tendo outras pessoas no mesmo ambiente [...] é foi um período bem difícil, bem, bem difícil pra nós (SUJEITO A).

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) informou sobre as demandas recorrentes apresentadas pelas/os profissionais. Citaremos os principais pontos tratados no documento, concernentes aos profissionais que atuam no SUAS: atendimento remoto (por telefone, e-mail, videoconferência, whatsapp e outros similares); revezamento, plantão ou escalonamento da equipe para atendimento presencial; entrega de cestas de alimentos e/ou afins alimentícios; atendimento domiciliar à distância [...] (CRESS/SP, 2020).

O Sujeito D apontou que:

Com a pandemia não pôde fazer os grupos que a gente fazia, no início até tentei fazer on-line, mas nem todos tinham aparelhos celular e as poucas que tinham não conseguiam abrir o vídeo, sabe [...] foi bem complicado, muitos não tinham internet, utilizavam a internet pública do CRAS (SUJEITO D).

Na ocasião, um número reduzido de CRAS dispunham de um aparelho celular com dados móveis limitados para uso de toda a equipe. Por meio do aparelho celular (app whatsapp), a equipe veiculava informações sobre a transmissão dos cuidados quanto ao contágio e à disseminação da Covid-19, sobre o Auxílio Emergencial do Governo Federal, sobre os programas municipais: cartão Merenda Social, cartão Cidadania na Mesa, dentre outros benefícios.

Quando questionadas/os se a pandemia trouxe algum agravamento no exercício profissional da/o assistente social no CRAS, todas/os as/os 6 (seis) depoentes afirmaram que sim.

*A falta de RH, não somente pelos servidores que estavam afastados, mas pela insegurança, medo foi fazendo com que as condições ficassem ainda mais críticas. Neste período tivemos diversas mudanças de gestão, incertezas devido à pandemia e incerteza por conta da questão política. Tínhamos profissionais com receio do retorno ao trabalho, profissionais no embate lutando por seus direitos. Falta de acesso ao direito quando solicitado, as ideias eram desvirtuadas, as falas quando íamos nos manifestar para que a gestão cobrasse junto aos órgãos superiores a vacina. Sempre tentei um diálogo, justificando que não tínhamos parado de trabalhar [...], tínhamos na região municípios vacinando profissionais do SUAS. **Cheguei a citar alguns municípios como exemplo para a gestão com a ideia de tentarmos a vacina, mas a justificativa era de que não éramos profissionais da saúde e não***

tínhamos essa garantia. Desta forma nos colocamos numa situação vulnerável e colocávamos o outro (SUJEITO D, grifo nosso).

No estudo realizado no ano de 2020 pelo projeto de extensão “Cuidar de quem cuida: apoio às assistentes sociais na linha de frente do enfrentamento à pandemia” da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), identificou-se que 40,2% das/os profissionais entrevistadas citaram que em “razão da alta demanda e da falta de equipe de trabalho, às vezes lhe é imposto que se atenda o usuário em um tempo menor que o necessário, impondo, desta forma, a intensificação da jornada de trabalho” (COSTA, SILVA; TONELLI, 2023 p.51).

*Para mim pelo fato de ter passado esse processo e não ter voltado ao que era antes [...] O que essa pandemia serviu foi para que eles (os serviços) economizassem recursos e diminuir o direito da população, de acesso, para mim foi isso. Eles utilizaram [...] houve um aproveitamento, uma vantagem para o poder público em detrimento da população, porque o que **aumentou nosso trabalho foi justamente porque diminuiu os direitos de acesso da população, ela perdeu o acesso dela, essa que é a verdade (SUJEITO F, grifo nosso).***

Cotidianamente, as/os assistentes sociais são tensionadas/os pelas requisições conservadoras, as demandas advindas da classe trabalhadora passam a ser consideradas pelo governo como individuais, descoladas dos fenômenos sociais. Nota-se que os atendimentos à população estão vinculados aos critérios econômicos, a seletividade requisitada pelo empregador desconsidera as condições objetivas dos usuários do serviço, corroborando para que o acesso aos direitos sociais seja tratado como benefícios concedidos através da política social (TORRES; NERI, 2022).

A/o assistente social é uma/um profissional reconhecida/o pelo trabalho realizado nas políticas sociais. Dentre suas atribuições, planeja e desenvolve ações que “também se colocam em uma perspectiva dos direitos humanos e sociais, identificando a condição social dos trabalhadores, bem como as estratégias construídas para resistir e sobreviver diante das mazelas do capital (TORRES; NERI, 2022, p.24).

Os entrevistados expuseram as demandas recorrentes e as dificuldades encontradas nos atendimentos

Os usuários procuravam atendimentos porque precisavam do serviço da Defensoria Pública, do INSS [...] até da nossa rede socioassistencial mesmo né, porque a Casa do Cidadão (unidades de relacionamento entre a Prefeitura Municipal e o cidadão) tinha horário para funcionar e era de acordo com o final do número do CPF os atendimentos, até dentro da nossa própria política a gente teve dificuldade (SUJEITO F).

[...]até um boletim de ocorrência era difícil para a população fazer (SUJEITO B).

[...] o CRAS passou a funcionar como cyber café, a procura era enorme, muitas das famílias não tinham acesso à internet e muitas continuam não tendo [...], os serviços passaram a atender digitalmente, por exemplo o INSS e Defensoria Pública que são serviços muito requisitados pela população (SUJEITO C).

De acordo com as/os assistentes sociais entrevistadas/os, foi possível identificar que as equipes técnicas estavam deficitárias pois não havia equipe mínima em virtude de que as/os profissionais com morbididades, gestantes, lactantes, com filhos de 0 (zero) a 6 (seis) anos e servidoras/res que tinham filhos com deficiência encontravam-se no trabalho híbrido.

Quem não apresentava comorbidades continuava na linha de frente. Os atendimentos foram com portas fechadas, mas continuava atendendo por telefone, whatsapp. Algumas pessoas chegavam no CRAS desesperadas por não conseguirem acessar os outros serviços, pois todos estavam fechados e atendíamos presencialmente estes casos (SUJEITO C).

Ante o alto índice de contaminação pelo vírus da Covid-19 e o crescimento de óbitos, em 24 de março de 2020 os atendimentos presenciais foram interrompidos nas unidades de CRAS e os técnicos passaram a atender na SECID via atendimento telefônico e aparelho celular institucional. Cabe frisar que neste íterim o aplicativo do whatsapp foi o recurso mais utilizado pela população usuária do serviço.

Nosso CRAS ficou fechado e fui trabalhar em uma outra unidade[...] primeiro a gente foi para a SECID e ficamos trabalhando em uma sala fazendo atendimento telefônico [...] (SUJEITO F).

Conforme mencionado pelas/os depoentes, nesse período foram realizados atendimentos domiciliares para concessão de benefícios eventuais e buscas ativas para estabelecer contato com as famílias mais vulneráveis que não possuíam nenhum recurso para se comunicarem com os serviços.

Em abril de 2020, a gestão decretou que 6 (seis) CRAS retomassem os atendimentos presenciais com horário diferenciado, das 10h às 15h, no formato híbrido. É importante destacar que as/os assistentes sociais das outras 6 (seis) unidades que se encontravam fechadas estavam compondo a escala de revezamento das unidades ativas.

Com a retomada do atendimento presencial, as 12 (doze) unidades de CRAS passaram a contar com o *whatsapp business*, ou seja, todos os telefones para contatos dos CRAS

a partir daquele momento passaram a ter dupla função: atendimento telefônico e whatsapp, as unidades que não possuíam aparelhos celulares o aplicativo foi instalado no aparelho celular da coordenadora do CRAS, em alguns casos nos aparelhos dos próprios técnicos.

Quando inquiridas/os se em relação à ética e sigilo profissional no processamento de trabalho a pandemia trouxe alguma limitação, as/os profissionais revelaram:

O sigilo ficou muito prejudicado, porque nós estávamos trabalhando na sala com vários profissionais de nível superior e médio, quando era alguma coisa mais grave uma das técnicas corria para a sala de atendimento e tentava por telefone, mas tinha que ter todo um cuidado [...] lá no CRAS as salas já tem prejuízos quanto ao sigilo, às vezes as pessoas passam, ficam próximo da sala você desconfia de alguém que passa devagar já levantava e ia até a janela e a pessoa em pé do lado, mas fui bem mais prejudicado na época da pandemia, o sigilo ficou muito aquém do que deveria (SUJEITO D).

Trouxe sim, no início da pandemia tivemos que adaptar local de atendimento na tentativa de manter o distanciamento [...], os atendimentos foram realizados no salão onde fazemos os grupos ou na área externa da unidade quando necessário (SUJEITO A).

Nota-se que a inserção das TICs na Política de Assistência Social ampliou-se devido aos atendimentos remotos, o uso do telefone celular, *notebook*, *tablets* foram os meios mais utilizados pela população. Os espaços utilizados pelas/os profissionais para os atendimentos remotos durante o período pandêmico trouxeram prejuízos em relação ao sigilo, pois a maioria dos CRAS possuem de 1 (um) a 2 (dois) aparelhos telefônicos e apenas 1 (um) aparelho celular, ao qual os demais servidores acessam.

Além da preocupação com o sigilo no espaço institucional, ao realizar o atendimento remoto, as/os assistentes sociais não tinham como ter controle se existia uma terceira pessoa manipulando ou monitorando a/o usuário/a que estava sendo atendida/o. Os atendimentos remotos cercearam o direito das pessoas que não possuíam aparelho telefônico, celular, dados móveis, wi-fi, bem como limitaram as intervenções com a pessoa idosa, a pessoa com deficiência e os demais usuários que não possuíam informações para acessarem as TICs.

Silva e Borges (2023, p.716) assinalam que a pandemia trouxe inúmeras incertezas, o isolamento e distanciamento social escancararam o quanto as relações sociais encontravam-se fragilizadas

[...] era preciso viabilizar o acesso aos direitos sociais. Esses direitos sociais, poderia tensionar a ética e sigilo profissional do e da Assistente Social já que os dados pessoais desses usuários e usuárias são utilizados para cadastro e solicitação de qualquer benefício assistencial. Neste sentido, revela uma relação de estranhamento com a importância do sigilo profissional do e da trabalhador (a) ao se responsabilizar por informações que são pessoais e intransferíveis como senhas de acesso, por exemplo, com a intenção de garantir direitos toma para si uma obrigação que é do estado e ao realizar esta ação fica sujeito às responsabilidades que implicam a guarda destas informações (SILVA; BORGES, 2023 p.716).

A questão do comprometimento do sigilo desde que comecei a atuar tenho percebido. Os espaços de trabalho onde atuei não ofertavam condições adequadas de sigilo. Neste período de pandemia não me recordo de ter tido alguma situação que pudesse expor o usuário além das condições que já estavam postas (SUJEITO C).

Como eu estava trabalhando em dois lugares, ficava sozinha na recepção e atendia as pessoas ali na frente [...] quando a pessoa estava sozinha era mais fácil porque não tinha ninguém, mas se fosse vê estava no lugar errado, não estava numa sala, sozinha, fechada [...] então é uma coisa que pensando neste ponto ficou prejudicado sim. Acho que muita coisa nem chegava pra gente nessa época, muitos locais estavam fechados [...] tudo parou, como parou o INSS, os peritos, a Defensoria, né [...] a gente vê que o quanto tudo agora demora. Como por um tempo atendemos pelo whatsapp, eles agora ficam mandando mensagens querendo atendimento, a gente fala que já está atendendo presencial [...] é uma coisa que devagar vai voltando (SUJEITO E).

O uso intensivo das TICs no exercício profissional da/o assistente social, se por um lado ampliou a força produtiva social do trabalho social, também ampliou o trabalho da/o assistente social. As TICs têm contribuído para afastar os profissionais do contato direto com os sujeitos que são alvo primordial de seu exercício. “O trabalho burocrático de preenchimento de fichas, planilhas e relatórios ocorre em detrimento do trabalho educativo e de mobilização e organização popular” (CFESS, 2021, p.33). Para além de aprender a manusear as TICs, requisito imprescindível no mundo contemporâneo, faz-se necessário desvelar seu significado na reprodução contraditória da sociedade do capital.

Quando perguntados se, no contexto pandêmico, houve desafios na execução do exercício profissional, as/os 6 (seis) assistentes sociais afirmaram que sim, conforme seguem os relatos:

Atendimento telefônico, sem você estar com a pessoa frente a frete, até mesmo vídeo chamada, não é a mesma coisa, não adianta [...] encaminhar a pessoa, você tinha que pedir pra ela ir lá pegar encaminhamento pela janela né [...] então tiveram vários desafios, dar continuidade ao atendimento, você encaminhar para determinado lugar [...] os CAPS estavam fechados, como você ia fazer um encaminhamento, boa parte dos serviços estavam fechados. O CAPS (Centros de Atenção Psicossocial atendia on-line, o CEREM (Centro de Referência da Mulher) atendendo on-line, O CRI (Centro de Referência do Idoso) atendendo on-line, então foi bem complicado [...] CREAS atender on-line? Era o que tinha para o momento (SUJEITO D).

Praticamente eu não realizei trabalho híbrido, fiquei em casa uma semana, o computador de casa era um notebook velho e eu não tinha uma mesa de escritório,

não tinha cadeira adequada, eu não conseguia utilizar a cadeira da cozinha, começava sentada na mesa da cozinha, depois colocava o notebook em cima do micro-ondas, acho que fiquei uma semana trabalhando no formato híbrido, conversei com a coordenação e ia fazer os atendimentos remotos no CRAS (SUJEITO B).

Realizar o trabalho em território com alto índice de criminalidade no contexto de pandemia foi e continua sendo um desafio [...]. A principal demanda trazida pelos usuários é a alimentação, quando o município não é atendido temos de ser cautelosos com o que falamos ou forma de como agimos, caso ocorra reclamações na gestão o profissional corre risco de sofrer assédio. E quando se trata de demandas mais complexas envolvendo violação de direitos (recorrentes neste contexto) me sinto muito insegura em relação aos desdobramentos que o caso terá [...], dependendo do território de atuação os riscos são grandes, já me vi em situação de fragilidade porque um determinado serviço da rede me expôs, e não tive respaldo algum da gestão [...], temos que trabalhar sempre com muita cautela [...] (SUJEITO A).

Neste período passei por diversos territórios e tentei compreender a dinâmica de cada um. Os trabalhos realizados não eram específicos do serviço social, como distribuição de benefício eventual “cesta básica”, mas a gente constrói identidade a partir dali. O tempo todo temos que reforçar o papel do serviço social, a identidade profissional, não só do profissional, mas do próprio SUAS. Temos que reforçar que já existe uma legislação de política pública na área de segurança alimentar, mas que é muito confundida ainda dentro do SUAS (SUJEITO C).

As respostas do Estado às expressões da questão social decorrem por meio da articulação com os serviços, tais como a saúde, a secretaria de habitação, a secretaria da saúde etc. No âmbito municipal essa dinâmica intensifica-se, em razão da descentralização e municipalização dos serviços sociais, e em detrimento da agudização da pobreza.

Nessa conjuntura, a/o assistente social também tem seu exercício profissional afetado pelas precárias condições de trabalho, pela intensificação do trabalho, pelas cobranças por produtividade e baixas remunerações.

A Portaria nº 22.954/2020 ainda em vigor, ratifica no § 4º que a realização do trabalho remoto deverá ser comprovada através de relatório de produtividade semanal. Importante destacar que a portaria foi estabelecida em caráter temporário, cujo intuito era prevenir e reduzir a exposição das pessoas aos problemas causados pela Covid-19.

Quando indagadas/os se no contexto pandêmico houve algum tipo de limitação no exercício profissional, as/os 6 (seis) depoentes mencionaram que sim.

Eu acredito que a limitação maior foi na oferta de benefícios, a pessoa não ter um celular para receber um benefício que é de direito dela e a gente não ter o que fazer, acho que foi uma das piores coisas [...] além de hora tinha um turbilhão de cestas básicas, hora não tinha nada, não conseguia ofertar pelo menos mensalmente alimentação pra todos, foi bem difícil, bem difícil mesmo. A questão do auxílio emergencial que mudava toda hora, hoje a pessoa tem direito, depois não tem mais, a pessoa ia receber não tava lá o dinheiro, foi bem complicado viu [...] e a gente tendo que correr atrás ligando aqui e ali pra gente poder ter condições de explicar para as pessoas o que estava acontecendo né. Teve o cartão da merenda que o pessoal

procurava com a gente e era na educação, depois a gestão determinou que os CRAS ficassem responsáveis pelas orientações do cartão merenda para as famílias, a verba começou a sair da assistência por um período, até que acabou esse cartão (SUJEITO A).

Dar respostas a todos os tipos de demandas, do auxílio emergencial, corte no fornecimento da água, corte na energia elétrica. Os serviços estavam fechados, os municípios não conseguiam acessar a Defensoria Pública (SUJEITO D).

A falta de recursos humanos dificultou a dinâmica da unidade, o quadro sempre foi reduzido, mas na pandemia ficou muito pior [...] (SUJEITO E).

Tudo que precisava fazer era de forma que o município não tinha acesso, mandar e-mail, mandar whatsapp, as pessoas até tentavam pelo whatsapp, mas era tudo demorado e as informações que eles queriam não vinha [...]. Falta um processo educacional mesmo para você aprender a utilizar os serviços, a consultar os serviços e outra, não era somente isso, tinha vezes que a pessoa tentava usar os aplicativos e não dava certo, então assim, é muito difícil [...] (SUJEITO F).

Diante desse cenário de intensa precarização ocasionado pela pandemia da Covid-19 e pelo avanço da doença, as/os assistentes sociais desenvolveram as ações na perspectiva de orientarem a população quantos aos cuidados preventivos em relação à propagação da doença, orientando as/os usuárias/os sobre os serviços, benefícios sociais e articulando a rede intersetorial. É importante salientar que, nesse período, até mesmo os técnicos tinham dificuldades em articularem a rede de serviços e para os usuários que não tinham familiaridade com as ferramentas digitais se tornava um desafio maior ainda.

No que concerne às novas tecnologias, Antunes (2020, n.p) debate sobre a apropriação das TICs pelo capital em tempos de crise econômica e financeira mundial como estratégia para a obtenção, reprodução e apropriação de lucros. O autor descreve que as TICs foram constituídas, impulsionadas e comandadas pelas relações capitalistas em sua forma mais destrutiva e o quadro vem se agravando demasiadamente. E ao nefasto cenário de devastação, veio somar-se a pandemia global.

Conforme o boletim n.5 (2020) da rede de pesquisa solidária em Políticas Públicas e Sociedade, muitos trabalhadores demonstraram dificuldade em usarem as ferramentas digitais para solicitar o Auxílio Emergencial. A pesquisa evidenciou que o governo, ao optar pela implementação tecnológica, impossibilitou o acesso da população, por conta da baixa familiaridade em acessarem às Tecnologias de Informação e Comunicação (aplicativos, telefones e computadores).

De acordo com a pesquisa:

- 7,4 milhões de elegíveis que precisam acessar essas tecnologias vivem em domicílios que não têm acesso à internet.

- Ao escolher a opção 100% tecnológica e concentrada basicamente na Caixa Econômica Federal, o governo dificultou o acesso ao Auxílio Emergencial para uma parcela importante da população. Longas filas e aglomerações aumentaram a exposição ao risco de contágio à Covid-19 dessa população.

Os CRAS ficavam abertos para dar uma resposta, até não sei se a gente pode dizer resposta, seria para poder apaziguar dos serviços que estavam fechados, no meu entendimento era isso, porque também tinha questões que a gente não tinha resposta né[...] a maior desafio foi entender o funcionamento do auxílio emergencial, porque um recebia e o outro não recebia [...] (SUJEITO E).

Segundo o boletim n.5 (2020) a articulação com governadores e prefeitos por meio de uma estratégia de mobilização da estrutura, serviços e mão-de-obra especializada da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) minimizaria os enormes gargalos da implementação e permitiria agilizar o cadastro e o acesso ao benefício dos mais vulneráveis.

Observa-se que a redução ou insuficiência de recursos na Assistência Social, é histórica e intensifica-se durante esse contexto, ocasionando que os próprios assistentes sociais, enquanto integrantes da divisão sócio-técnica do trabalho, utilizem recursos pessoais para que o usuário tenha acesso ao serviço.

Assim como os demais trabalhadores, a/o assistente social está submissa/o ao sistema capitalista. A/o profissional enquanto trabalhadora/os assalariada/o vende sua força de trabalho por um salário no final do mês. Dessa forma, as/os trabalhadoras/res ficam subordinadas/os às determinações do capital, de modo que, “seu trabalho é requisitado e consumido pelo mercado” (TORRES; NERI, 2022, p.33).

No que concerne às demandas e requisições, quando perguntados se, no contexto da pandemia (2020 a 2022), houve alteração das demandas e requisições no seu trabalho no âmbito do CRAS, as/os seis (6) assistentes sociais responderam que sim, evidenciando-se nas falas das/os profissionais as cobranças e tensionamentos vivenciados por eles.

As pessoas agendam atendimento técnico para saber quanto tempo falta para ela se aposentar, e aí você vai orientar a pessoa e fala, olha essa informação eu não tenho porque seu banco de dados de contribuição está no INSS, mais aí você não sabe acessar, a maioria das pessoas usam celular e o “Meu INSS”, o 135 tem que ligar pelo fixo, você não tem [...] é até pesado falar isso, mas tem uma população que não tem capacidade cognitiva para poder entender o sistema, para poder responder a fala do atendente que está do outro lado, porque é meio robotizado [...] a gente marca atendimento, faz a ligação para eles, mas quem tem que conversar é o município, tem município que já chorou na minha sala, porque não conseguia falar no telefone

[...]. Estamos fazendo um serviço que não é nosso, o município não foi preparado, penso que, não vou fechar as portas, mas também o que posso fazer? [...] (SUJEITO E, grifo nosso).

[...] Tem muita, muita, muita demanda de INSS, às vezes a gente acaba colocando o e-mail do CRAS e daí a gente avisa né, porque as pessoas não têm e-mail (SUJEITO E).

Eu acredito que a limitação maior foi na oferta de benefícios, a pessoa não ter um celular para receber um benefício que é de direito dela e a gente não ter o que fazer, acho que foi uma das piores coisas [...] (SUJEITO A).

Guerra aponta (2016) que a literatura do Serviço Social vem problematizando a atual configuração das políticas sociais, voltadas à programas focalistas e gestão de sistemas (de condicionalidades, previdência de saúde, de assistência social). A autora salienta que os sistemas são idealizados pelos homens para atender a determinados interesses.

Nesse sentido, Torres e Neri (2022, p.33) destacam que o trabalho executado é mediado pelo modo como o trabalho assalariado é convencionado no capitalismo, “pelas normativas que regulam as políticas sociais e requisições e demandas decorrentes das necessidades sociais, consequências das relações estabelecidas na sociabilidade do capital”.

Quando entrou a pandemia, aí fizeram o site para entrega de cestas e os técnicos ficaram na secretaria para atender, e as maiores solicitações eram de cestas [...]. Outra coisa que fiz bastante também no trabalho remoto era os recursos Sicon [...] os recursos vinham pra eu fazer, a outra técnica ficava com o whatsapp, e ficava quase louca, o dia inteiro no whatsapp (SUJEITO E).

Nós enquanto profissionais e enquanto cidadão estávamos sem nenhum olhar, não estávamos sendo vistos, mas para atender sim, tinha se uma cobrança [...] (SUJEITO D).

A padronização facilita o atendimento da meta e a execução de atividades previstas nos documentos, donde as políticas são operadas sem qualquer senso crítico. Ignoram-se as outras dimensões da profissão, especialmente a ético política. Surgem atribuições no âmbito do controle e monitoramento da população pobre, inaugurando novas e recuperando velhas formas de controle do social. Em relação a competência dos assistentes sociais, temos visto um eterno retorno do tecnicismo, a requisição pelo perfil sociotécnico, a recorrência aos manuais que passam a dirigir o exercício profissional, sobretudo os programas governamentais, cuja lógica exerce pressão na intencionalidade dos profissionais que – como profissionais assalariados– não detêm os meios de produção (GUERRA, 2016, p.306).

Quando indagadas/os se as requisições institucionais no contexto de pandemia (2020 a 2022) estavam previstas conforme a competência do assistente social, na perspectiva do CRAS (Proteção Social Básica), as/os 6 assistentes sociais mencionaram que

não. Nas falas, pode-se perceber que grande parte das requisições competiam a outras políticas sociais.

De jeito nenhum, de jeito nenhum, a maioria esmagadora não, uma coisinha ou outra [...] a questão da entrega de cesta básica permanece, cada dia mais, é muita gente passando necessidade né. As outras requisições eram de gente pedindo bicicletas, reforma de casa, muita gente pedindo auxílio moradia sem ter direito, porque ficou desempregado, não tinha como pagar aluguel [...] infelizmente a gente tinha que falar que não era possível (SUJEITO A).

As requisições com certeza mudaram bastante, desde aquela básica de vereador pedindo atendimento à população, e a questão de entrega de cesta básica [...] (SUJEITO B).

As maiores requisições foram cestas básicas e informações sobre o programa da Caixa mesmo, da merenda escolar. [...] a gente está driblando o nosso tempo para fazer aquilo que nos compete e aquilo que compete a outras políticas que não está sendo feito (SUJEITO F).

Ante o atual contexto, novas atribuições e competências são exigidas da/do assistente social, sendo necessário nos indagarmos “qual a natureza das requisições desses novos tempos? Considerando que as demandas são portadoras de necessidades e interesses das classes sociais que as produzem, como despi-las da sua aparente neutralidade?” O mercado de trabalho atual exige que perfil profissional? (ALCANTARA, 2016, np).

Enfrentamos um contexto de crise do capital caracterizado pelo desemprego e o subemprego, em face de um modelo produtivo que exige cada vez mais flexibilização, polivalência, desespecialização e desprofissionalização do trabalho. A tendência de propiciar a rotatividade exige a eliminação dos conteúdos concretos das formações disciplinares, como parte de um modelo onde se busca diluir as particulares inserções profissionais em um conjunto de atividades comuns, requisições as quais todos os profissionais devem responder. (ALCANTARA et al, 2016, np).

A pandemia trouxe novos elementos para a profissão. Nesse contexto, o empregador tem requerido assistentes sociais que sejam proativas/os, polivalentes e atendam sistematicamente as normativas postas pelos gestores. Desse modo, o trabalho no cotidiano vai burocratizando-se e tornando-se pragmático. As/os profissionais, por vezes, encontram-se tão fragilizadas/os, adoecidas/os, com medo, angustiadas/os que naturalizam tais designações.

Uma das contradições da profissão está no fato de que, como trabalhadoras/res assalariadas/os, nos inserimos em uma relação de compra e venda da força de trabalho, somos contratadas/os por uma instituição, e não temos poder de decisão em relação ao nosso salário e meios de trabalhos.

Para Antunes (2020, n.p), a superexploração, a exigência por metas, salários degradantes e o risco da morte pelo contágio pelo Coronavírus, geram adoecimento físico e mental. A imposição de rotinas e o assédio moral praticados pelos chefes e coordenadores passam a ser a forma de gestão do trabalho. Assim, a classe trabalhadora “se encontra sob intenso fogo cruzado”.

Quando voltamos a trabalhar presencialmente a gente sabia que não estava tudo normal e a gestão já queria que atendesse ali né e assim, não queria saber se tinha protocolo ou não, tinha coisa que tinha que pegar no pé, as vezes pedir pra mandar máscara, porque às vezes não mandava [...] As mesas até hoje não têm proteção de acrílico [...] A única coisa que a gente tem é álcool em gel, eu ainda uso máscara para tender, mas ninguém usa lá, a gente nunca sabe quem está doente [...] (SUJEITO E).

O cenário pandêmico vivenciado pelas/os assistentes sociais foi desafiador, ante a exacerbação da ideologia conservadora, das políticas sociais precarizadas, seu trabalho tornou-se fundamental para a reprodução da classe trabalhadora.

O período foi marcado intensas cobranças, pois segundo os gestores o trabalho das/os profissionais era essencial, entretanto não havia EPIs, ou quando fornecidos eram insuficientes, ante as condições precárias de trabalho, com riscos iminentes de morte.

Nota-se que, quanto mais penalizada a população estava em detrimento da pandemia, mais se avolumavam as demandas ao Serviço Social, de modo que parar nossos trabalhos não era uma opção, “num contexto de inferiorização de nossa categoria profissional majoritariamente feminina, sem sermos incluídas na lista de profissionais com prioridade de acesso a EPIs ou vacinação” (LACERDA, 2023, p.9).

Ricardo Antunes (2018, n.p), pontua em seu livro *O privilégio da servidão* que, com a era digital, estamos presenciando o surgimento do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas peculiaridades de trabalho. O autor alude que estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital em pleno século XXI.

Desse modo, o trabalhador perde o sentido da vida fora do trabalho. A aparência da liberdade do trabalho em casa é contradita por um trabalho que esparrama-se por todas as horas do dia e da noite. No vigente formato de trabalho não está prevista a carga horária a ser cumprida, basta ser chamado e os trabalhadores, e trabalhadoras devem atender prontamente ao trabalho intermitente. A disponibilidade da mão-de-obra online através dos

celulares contribuiu de forma exponencial para o crescimento das corporações, a ampliação da “uberização”, “pejotização” favoreceu para uma nova modalidade do proletariado: o escravo digital (ANTUNES, 2018).

5.1.5 Condições Éticas, Técnicas, de Segurança e de Saúde

No quinto eixo, apresentaremos os dados referentes às condições éticas, técnicas, de segurança e de saúde, tomando por referências as seguintes variáveis: o contexto pandêmico trouxe alguma interferência na sua saúde mental; vivenciou alguma situação de sofrimento neste íterim; foi necessário afastamento de trabalho para cuidar da saúde; durante a pandemia precisou fazer uso de medicamentos; em relação a Covid-19 foi contaminada/o pelo vírus; o órgão gestor ofertou os equipamentos e proteção individual (EPIs) desde o início da pandemia; neste período pandêmico, sentiu-se segura/o para executar o trabalho; quanto tempo demorou para ter acesso a vacina; no auge da pandemia realizou trabalho híbrido; como avalia este período pandêmico no trabalho.

A pesquisa identificou que das/os 6 (seis) entrevistadas/ os, 4 (quatro) das/os depoentes tiveram algum tipo de interferência na sua saúde.

Eu pirei duas vezes, o que eu chamo de pirar, duas vezes achei que tinha pego e [...] até fiquei afastada duas semanas, tive crise de ansiedade, choradeira[...]. Perdi meu irmão né pela Covid, então foi uma coisa que pegou muito pesado e [...] (ficou emocionada) agravou a questão de dormir, tive insônia, são coisas que [...] até cheguei a marcar atendimento psiquiátrico e como a médica desmarcou não fui mais. Não fui ao psiquiatra, mas comecei a fazer terapia, foi logo que ocorreram mudanças na dinâmica familiar [...] imagine, teve a questão da pandemia, aí juntou perdas na família [...] fiquei uns 8 meses fazendo terapia, aí eu mesma me dei alta. Eu não tomei remédio, utilizei meios alternativos que me fez dormir melhor (SUJEITO B).

Os agravos à saúde das trabalhadoras/os decorreram do assédio que segundo as depoentes intensificaram nesse período. “A questão do adoecimento das profissionais é fator fortemente ligado às dificuldades de atuação junto ao aumento das demandas deste período e é resultado da grave precarização do trabalho imposta às assistentes sociais” (COSTA, SILVA; TONELLI, 2023 p.56).

Os dados evidenciaram todo universo da pesquisa, ou seja, as/os 6 (seis) profissionais vivenciaram alguma situação de sofrimento nesse ínterim. Quando questionadas/os citaram:

O sofrimento foi pela sensação de impotência (SUJEITO A).

O falecimento do meu irmão pela Covid-19 [...] (SUJEITO B).

A perda de entes queridos [...], muitas pessoas que eu atendia faleceram, chego a ficar assustada. Durante os atendimentos pergunto de um munícipe ou outro e fico surpresa quando ouço: você não soube que [...] faleceu de Covid? Foram muito caos que agora nem consigo enumerar (SUJEITO D).

Ir trabalhar, retornar para casa, medo de contrair o vírus e estar morando sozinho e não querer solicitar ajuda da família, amigos, de forma de não expor outras pessoas, tendo que se colocar na linha de frente. Quis voltar para a casa dos meus pais, pois não sabia até onde iria à pandemia e eu sabia que teria que trabalhar, apesar do medo de ser infectado. O fato de me manter trabalhando ajudou a não agravar a saúde mental, de início não sabíamos como as coisas iriam percorrer, mas acho a sensação de estar na ativa trabalhando me ajudou, havia o medo, mas a necessidade de estar atendendo a munícipe, apesar de não concordar com as condições de trabalho que estava posta (SUJEITO C).

Não perdi nenhum ente querido, graças a Deus não, assim conhecido um ou outro, mas de parente bem chegado, não [...] não é fácil, bastante gente que a gente conversa, depois que começou a voltar os atendimentos aí vieram contar de gente que a gente atendia que morreu e eu fiquei sabendo depois [...] um dia falei: fulano sumiu e aí falaram: fulano? Fulano morreu de Covid e eu falei: Jesus, então né, eu não sabia, vi que sumiu [...] jamais imaginei. Sem contar que muitos ficam com sequelas né, o pessoal que teve tudo fala que fica esquecido né [...] (SUJEITO E).

Foi um período difícil porque a minha mãe veio a falecer justamente na pandemia, então mexeu com minha estrutura, mas em relação a isso. O falecimento da minha mãe foi em detrimento de um AVC, mas todo mundo recolhido, eu não [...] fazia meses que eu não a via e aí eu tive que ir para lá justamente no período em que ela faleceu. Acho que o fato de você estar sensível a isso é [...] quando as pessoas vinham com a informação, fazer auxílio-funeral, terminava que [...] a gente é ser humano né?! A gente ficava um pouco mexida, não era a mesma situação. O que a população passou refletiu na gente, na saúde mental da gente, você se desestabiliza um pouco quando você se estressa com determinada situação que você não consegue resolver [...] você tenta buscar, porque uma coisa é você saber onde vai buscar informação e outra é não saber a quem recorrer, então você fica um pouco estressada. (SUJEITO F).

A pandemia alterou o cotidiano, os hábitos e a forma das pessoas se relacionarem: a população ficou apreensiva pela própria vida e pelo receio da perda dos familiares. No cotidiano, a/o assistente social lidava com todos esses fatores, com as doenças por vezes ocasionadas pelo alto índice de estresse e sobrecarga de trabalho.

No âmbito do trabalho nas políticas sociais, há um conjunto de textos que abordam o significado dos sistemas algorítmicos, da dataficação, da robotização, da plataformização, da uberização do trabalho como processos altamente lucrativos ao capital e a

seus representantes no aparelho de Estado, cuja presença até então embrionária dissemina-se com grande velocidade no contexto da pandemia do novo coronavírus.

As análises evidenciam como esses dispositivos tecnológicos são instrumentos de poder que submetem o trabalho profissional à rotinas institucionais controladas por poderosas máquinas digitais que padronizam, classificam e selecionam, em geral, sem transparência e crescentemente sem a mediação profissional, aquelas/es usuárias/os que serão excluídas/os ou beneficiadas/os por políticas e programas sociais públicos.

Para Raichelis (2022, p.13), no âmbito do trabalho nas políticas sociais existem produções científicas que abordam o significado dos sistemas algorítmicos

da dataficação, da robotização, da plataformização, da uberização do trabalho como processos altamente lucrativos ao capital e a seus representantes no aparelho de Estado, cuja presença até então embrionária dissemina-se com grande velocidade no contexto da pandemia do novo coronavírus. As análises evidenciam como esses dispositivos tecnológicos são instrumentos de poder que submetem o trabalho profissional a rotinas institucionais controladas por poderosas máquinas digitais que padronizam, classificam e selecionam, em geral sem transparência e crescentemente sem a mediação profissional, aqueles (as) usuários (as) que serão excluídos (as) ou beneficiados (as) por políticas e programas sociais públicos. São processos que reproduzem expropriações e desigualdades sociais, além de intensificação, precarização, desqualificação e adoecimento de assistentes sociais.

Em relação à saúde, a pesquisa revelou que das/os 6 (seis) entrevistadas/os, 2 (dois) profissionais referiram terem se afastado do trabalho para cuidarem da saúde.

Peguei atestado de alguns dias em razão da suspeita da Covid, psicologicamente fiquei bem abalada (SUJEITO B).

Eu tive sim, problemas de saúde, mas não procurei o psiquiatra com medo de ser afastada [...] e os prejuízos que poderia ter depois. Na minha casa eu sou praticamente a responsável familiar, os demais estão desempregados [...], diante disso e outras questões [...] me sinto vendida pelo capitalismo (demonstrou muita tristeza) (SUJEITO A).

Quanto ao uso de medicamentos, a pesquisa apontou que 1 (um) profissional iniciou o uso de medicamentos com prescrição médica, 1 (um) utilizou meios alternativos, 1 (um) utilizou medicamentos por conta própria, 1 (um) relatou que antes da pandemia já fazia uso de medicamentos e 1 (um) referiu ter utilizado medicamentos por suspeita da Covid-19.

Não, utilizei meios alternativos (SUJEITO B).

Fiz, os usos dos medicamentos foram por conta própria [...] não quis procurar um profissional (SUJEITO A).

Não, antes da pandemia eu já fazia uso de medicamentos, apenas dei continuidade ao tratamento (SUJEITO C).

Para saúde mental não, somente o kit Covid, fui no médico e pela suspeita da doença foi prescrito [...] eu tomei ivermectina, mas foi somente suspeita (SUJEITO E).

Os dados da pesquisa indicaram que 2 (dois) assistentes sociais foram contaminadas/os pelo vírus da Covid-19.

Fui pegar Covid há dois, três meses atrás, todo esse período trabalhando, graças a Deus eu não havia pego (SUJEITO B)

Fui contaminado uma vez pela Covid (SUJEITO C).

Em relação à oferta dos equipamentos de proteção individual (EPIs) no início da pandemia pelo órgão gestor, a pesquisa identificou que 4 (quatro) das/os assistentes sociais adquiriram os EPIs com recursos próprios, 1 (um) recebeu doações de terceiros e 1 (um) recebeu da gestão.

Quando questionadas/os sobre quanto tempo demorou para o fornecimento dos EPIs, as/os profissionais declararam:

Logo de início não, as máscaras o álcool demorou muito pra fornecerem, acho que uns 4 a 5 meses que chegou pra gente [...] aquele avental. As máscaras a gente ganhava de amigos de bairros, instituições do terceiro setor, de gente que ia na prefeitura [...] muito antes da prefeitura liberar pra a gente. Aquelas proteções de vidro nas mesas não chegou, o que nós fizemos foi comprar com a verbinha (recurso financeiro fornecido mensalmente aos CRAS para aquisição de materiais de escritório e para realização de pequenos reparos no prédio) aquelas proteções de acrílico para colocar nas mesas, e nas mesas que mais atendiam o público somente (SUJEITO A).

De início utilizamos máscaras adquiridas com recursos nossos mesmo, inicialmente era difícil até achar né álcool em gel, tudo estava muito caro. A coordenadora comprou álcool gel e recebemos doações de máscaras e géis de empresas privadas. Demorou mais de um mês para recebermos da gestão os EPIs, não sei dizer exatamente quanto tempo. A colocação dos acrílicos de proteção nas mesas demorou bastante para pôr, e a mão de obra para instalação foi voluntária (SUJEITO B).

No início usei máscaras de tecido, depois a gestão forneceu os EPIs [...] meses após o início da pandemia (SUJEITO C).

Me recordo que demorou um pouco para fornecerem os EPIs e quando forneceram foi insuficiente (SUJEITO D).

A máscara eles arrumavam, mas quando ia acabando e a gente tinha que pedir [...] pegar no pé e falar (SUJEITO E).

Logo de início foi uma Associação, não sei qual foi que eles doaram máscaras, começou com a doação e depois foram vindo os equipamentos. O Estado enviou escudo facial de papelão (risos) [...] foram doados avental enfim. Eu me protegi com máscara e na hora das visitas usamos escudo facial que era obrigatório, apesar de [...] era horrível, causava um distanciamento, dificultava a fala, o munícipe não entendia o que você falava, por causa da máscara, da viseira [...] isso prejudicou a comunicação. No começo ninguém conseguia se comunicar com a máscara, a população com a gente e a gente com eles, era muito difícil. Eu tinha mais preocupação de passar a Covid do que pegar, porque como a gente estava no movimento né, e o munícipe lá quietinho na casa dele, mas só fazíamos a visita em situações extremas, só fiz por causa de um auxílio-funeral e por conta de cesta básica (SUJEITO F).

A/o assistente social, enquanto trabalhador que vende a sua força de trabalho, está à mercê do empregador, tendo que lidar diariamente com a escassez dos recursos materiais, de EPIs, com a insuficiência de recursos humanos, com as precárias estruturas físicas dos prédios. Raichelis (2022, p.11) pontua que o recrudescimento de antigas e indevidas requisições profissionais

movidas pela emergência social, como o processamento do auxílio emergencial nos três níveis de governo, a distribuição de cestas básicas, vouchers, entre outros, exigiu respostas profissionais que passaram ao largo de políticas e sistemas públicos, como o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), apoiadas em equipes desfalcadas, precárias condições materiais e tecnológicas, ausência de equipamentos de proteção individual e coletiva, de protocolos e planos de contingência, entre outros (RAICHELIS, 2022, p.11).

Lacerda cita que “as personificações do capital, por sua vez, não possuem nenhum compromisso com a qualidade do serviço prestado, porque para ele o êxito da intervenção profissional da assistente social não está na satisfação de necessidades dos trabalhadores, mas no seu apassivamento” (LACERDA, 2017, p.134).

Quando indagadas/os se, no período pandêmico, sentiram-se seguras/os para executarem o trabalho, pontuaram:

O que mais me chateou foi o desdém da gestão com a vacina, todos os municípios em torno incluíram o pessoal da assistência junto com a saúde, porque atendemos a mesma população, a gente não deixou de trabalhar [...] eu mandava para o secretário informações sobre como estavam ocorrendo as vacinações nos outros municípios, aqui pouco se importaram com a gente, a gestão foi até malcriada comigo e aí parei de falar sobre [...], eu falei porque a gestão tinha dado abertura e aparentemente

parecia que iriam auxiliar né e isso seria bom pra mim, para as colegas de trabalho e inclusive pra gestão, eu falei olha, o município tal agiu desta forma, utilizou tal Lei [...] como que iriam agir contra o “mito” né (SUJEITO B).

Não, tinha receio de levar a doença e contaminar minha família [...] Além da minha insegurança também sofria com a pressão familiar, ouvia deles que eu poderia ficar em casa, me afastar do que correr o risco de ser contaminada e levar a doença pra eles (SUJEITO A).

[...] quando começou a retomar os atendimentos eles queriam que fosse tudo normal, daí dava mais receio, mas complicado eu acho, mas aquela coisa né, a gente tem que trabalhar [...] (SUJEITO E).

Diante da pandemia, o então presidente Bolsonaro não desenvolveu ações que pudessem minimamente preservar a vida da classe trabalhadora. Pelo contrário, incitou que as/os trabalhadoras/es retomassem aos postos de trabalho, pois a economia não poderia ser afetada, ou seja, o lucro do capital tinha que ser mantido, mesmo que o preço fosse a vida das/os trabalhadoras/res (sobretudo da população mais pobre, em sua maioria mulheres, negras/os e indígenas). Bolsonaro, ao não decretar o *lockdown*, corroborou para que os corpos das/os trabalhadores fossem expostos aos riscos de infecção e de morte.

[...] o contexto pandêmico também afetou às profissionais que não tiveram direito ao isolamento social. Diante do aumento das demandas e agudização da questão social, viram seu exercício profissional cada vez mais ligado ao imediatismo e pragmatismo, as dimensões coletivas e mais potentes foram suspensas para evitar a contaminação, já que para grande parte delas o único EPI ofertado foi álcool 70°. Sob medo do risco de morte, o trabalho nunca foi tão tenso e, sob o maior controle do trabalho oportunizado pelas TICs, o assédio moral no trabalho foi intensificado (LACERDA; SAL, 2023, p.34).

Em relação ao tempo para terem acesso à vacina, as/os 6 (seis) depoentes citaram que o acesso ocorreu após 1 ano e 6 meses.

Eu até tentei tomar antes a vacina (voz embargada), fui à UBS e tive a negativa [...] o sentimento foi de desalento, me senti muito mal [...] (SUJEITO B).

A gente não é da saúde, mas atende o mesmo público né, o usuário que vai lá na UBS é o que vem no CRAS [...] (SUJEITO E).

A categoria profissional foi considerada essencial para atuar frente ao cenário pandêmico, entretanto lhe foi negado o acesso à vacina. O governo optou por financiar as instituições privadas, os empresários e negligenciar a vida das/os trabalhadoras/es. A pandemia denotou que a financeirização do capital tem maior relevância que a vida de milhões de trabalhadores.

No que se refere ao trabalho híbrido, no auge da pandemia, identificou-se que os 6 (seis) trabalharam em escala de revezamento e todos utilizaram recursos próprios. Questionadas/os se lhes foi fornecido algum equipamento (*notebook*, celular) dentre outros recursos, afirmaram:

De jeito nenhum, eu ia três vezes por semana na unidade e os outros dois dias era em casa com os meus recursos, com a minha internet, meu celular, meu notebook (SUJEITO A).

O aparelho celular e notebook eram meus, fiquei em torno de uma semana no trabalho híbrido, preferi ir trabalhar na unidade (SUJEITO B).

Não forneceram nenhum tipo de equipamento, o notebook e celular utilizados eram meus (SUJEITO D).

Não, de forma alguma, os recursos utilizados foram próprios (SUJEITO C).

Não, eu usei o meu, tudo por minha conta [...] você ganha de um jeito e perde de outro (SUJEITO E).

Não, usei minha internet, meu notebook, usei meu celular em casa [...] o horário para trabalhar eu que me programei depois, senão ficava solto, aí eu coloquei meu horário é de tal a tal, porque acho que todo mundo terminou se soltando um pouco, acho que a disciplina começou a vir quando começou a sobrecarregar mesmo esse tipo de serviço assim né [...] (SUJEITO F).

Durante o *home-office* os trabalhadores, para ofertarem as atividades em grupo e os atendimentos sociais on-line, fizeram uso dos próprios recursos tais como: aparelhos celulares, notebooks, dados móveis, internet, energia elétrica e demais recursos necessários. Essa transformação intensificou o ritmo do trabalho, culminando no adoecimento físico e mental dos trabalhadores.

A pesquisa realizada pelo projeto de extensão da UFMT constatou que dentre as entrevistadas

16% evidenciaram a intensidade de demanda e falta de equipe de trabalho sempre impõe um atendimento rápido e, portanto, pontual; revelando que para 56,2% das profissionais o ritmo de trabalho imposto é mais intenso do que deveria, o que acaba comprometendo os atendimentos, mais um reflexo do mundo do trabalho estruturalmente precarizado (COSTA, SILVA; TONELLI, 2023 p.51).

Quando inquiridas/os sobre como avaliavam este período pandêmico no trabalho, as/os assistentes sociais mencionaram:

Foi difícil, mas a gente fez o que era possível naquele momento. A falta de protocolos, isso dificultou muito, porque a gente não sabia, vai fazer on-line? Vou fazer ligação?

Pode? Não pode? Visitas à gente não fez, aí queriam que a gente fizesse uma visita por vídeo chamada para a pessoa mostrar a casa [...] uma doideira. Foi um momento que o nosso vínculo com o usuário foi zero, foi zero, com os novos então, foi pior [...]. A questão de saúde eu não tive esse medo, mas colegas que trabalhavam com a gente tiveram muito medo sabe, e além de você atender o munícipe, você tinha que conversar com o colega de trabalho e dizer: olha, vocês estão tomando todos os cuidados, e aí a gente ficava com medo de que o colega se contaminasse, porque ele estava muito preocupado, tinha que acolher o colega [...] isso foi bem, bem difícil sim (SUJEITO D).

Senti o aumento dos casos de violência doméstica. Outra coisa que percebi também foi o aumento dos casos de pessoas com a saúde mental comprometida, falo isso tanto dos munícipes atendidos e da própria equipe de trabalho aqui do CRAS. Na pandemia o conhecido “copão” (alguns têm na composição o “corotinho de pinga”) facilitou o acesso ao álcool, por ter um baixo valor, e a facilidade para adquirir, a bebida é vendida em vários pontos dos territórios, aqui na esquina mesmo tem um local que vende[...]. Olha foi um período caótico [...] ainda não me adaptei. [...] a intolerância religiosa ficou mais forte ainda dentro do serviço público e também por parte de colegas de trabalho [...]. Percebo que a questão política está acima dos direitos das famílias atendidas, tudo gira em torno dos interesses políticos (SUJEITO A).

Foi um momento de reflexão, quais caminhos a profissão deve seguir, penso que devemos buscar nos fortalecer, pois estamos bem fragilizados enquanto profissional, pela falta de RH, pelas condições dos serviços nas unidades [...]. Temos uma gestão que está sem rumo, sem conhecimento técnico e muito política, com conchavos políticos e também tem enfraquecido a política de assistência social e dentro da assistência a atuação do assistente social (SUJEITO C).

Pra trabalhar acho que foi um contexto bem complicado né, porque algumas coisas faltando, o básico como internet, recursos humanos [...] é complicado, mas a gente sempre foi dando um jeitinho, mas não é fácil não (SUJEITO E).

*Eu acho que a gente ainda não conseguiu organizar, ainda acho que a gente ainda está com os resquícios da pandemia, tanto na questão de serviços que não nos compete né, os outros serviços com a pandemia eles não voltaram a ser como eram antes, então eu sinto isso [...]. **A forma de acesso dos serviços mudou, e mudou permanentemente, porque a gente não vê dizer que é por conta da pandemia [...] então mudou a forma de acesso.** Todo serviço que a população precisa, e o acesso ao serviço é dificultado, aumenta o nosso trabalho, porque a população vai procurar a gente para solucionar um direito que ele perdeu do outro serviço, então é complicado. Acho que nosso papel enquanto política pública, não é ficar abraçando o serviço do outro, porque a população não está tendo acesso, mas a gente trabalhar intersetorial, acho que ela serve para isso, as gestões servem pra isso, porque as gestões das políticas têm que se conversar para que cada uma faça sua função (SUJEITO F, grifo nosso).*

As políticas sociais têm caráter focalista e são pontuais, não possuem condições de transformar a realidade, pois ela é fruto do próprio mercado. “Inegavelmente, porém, existe margem de manobra, não podemos “cair” nem no mecanicismo, nem na falsa e idealizada meritocracia” (LACERDA, 2017, p.62).

Segundo a autora a

relação de trabalho estranhada na qual se insere o trabalho da assistente social não tem sua origem no marco das políticas sociais, já que estas existem em função da sociedade de natureza econômica desigual que precisa de ajustes externos às leis de

mercado para se regular e garantir a reprodução social. Estamos, portanto, num trabalho no marco da reprodução social, viabilizando a forma específica de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2016, apud LACERDA, 2017, p.109).

Assim, é crucial superar o pragmatismo, as ações meramente improvisadas, de modo a compreender criticamente os processos de produção e reprodução na sociedade.

É necessário superar o produtivismo no qual se preza apenas pela quantidade de atendimentos, dos grupos, dos atendimentos domiciliares, dos relatórios realizados, em detrimento da qualidade dos serviços prestados à população.

O/a profissional necessita ter clareza da direção social ético-política, do compromisso com o aprimoramento continuado, lutando por espaços de estudos sobre as concepções que norteiam o exercício profissional. Tal percurso é fundamental para a melhoria das condições de trabalho, bem como para a oferta dos serviços qualificados à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de uma longa trajetória de desafios, chegar a este momento tem um significado ímpar. Estas considerações finais enquanto parte de um percurso investigativo fomentaram maiores questionamentos com a sua feitura.

Contudo, como espaço de síntese, percebo que uma etapa encerra-se para dar início a outras. Desse modo, complementarei com reflexões relevantes frente ao debate realizado.

Assim, faz-se necessário afirmar que é como trabalhadora, mulher, negra, periférica, proveniente de um núcleo familiar introduzido numa estrutura social que teve o acesso à educação formal historicamente negada ou a realizou de forma deficitária, que finalizo esta dissertação de mestrado.

Observar todo caminho percorrido, as barreiras vencidas para chegar até aqui, muito me alegra: fui a primeira da minha família a cursar uma graduação e a única que ingressou no mestrado, denotando que consegui ocupar o espaço que sempre foi refutado aos meus.

O ingresso na vida acadêmica trouxe várias indagações, dentre elas aquelas acerca da estrutura social que projeta-se pela desigualdade de classe entre os que detêm os meios de produção e a classe trabalhadora, que para sua subsistência vende a sua força de trabalho. Nesse sentido, a/o assistente social no ambiente de trabalho é compreendida/o como trabalhadora/or assalariada/o, enquanto trabalhadora/or ao vender sua força de trabalho recebe seu salário. Ao contratar a/o profissional o empregador o faz para determinada finalidade, esperando que seja suprida suas demandas, o usuário ao buscar o serviço almeja ter sua necessidade atendida, gerando assim uma tensão entre o capital e o trabalho.

Em 2012, iniciei minha trajetória profissional no setor público ao ingressar na Política de Assistência Social, atuando no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Instância Turística de Salto, e posteriormente no CRAS do município de Sorocaba, onde prossigo atuando até os dias atuais.

Desde que comecei a atuar, as condições de trabalho da/o assistente social sempre foram questões que inquietaram-me. Com a chegada da pandemia no Brasil, o desafio de realizar o exercício profissional intensificou-se.

Frente a um cenário de incertezas e iminente risco de vida, tive a oportunidade de participar do Projeto de Extensão “Cuidar de Quem Cuida Apoio e Formação de Assistentes Sociais na linha de frente da Covid -19”, coordenado pela Dr^a. Lelica Elis Pereira de Lacerda, através da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A aproximação com o referido projeto foi primordial, pois instigou-me e despertou o interesse de inserção na área científica.

Diante disso, chegamos na tessitura de uma dissertação. Por meio da pesquisa, foi possível identificar os impactos das condições de trabalho de assistentes sociais nos CRAS de Sorocaba frente à pandemia. Os capítulos foram construídos a partir de referencial teórico para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos indicados.

A dissertação foi apresentada em cinco capítulos. Iniciamos com a introdução, que apresentou o percurso metodológico para realização da pesquisa. A revisão bibliográfica nos concedeu embasamento técnico científico e o Projeto Ético-Político foi o elemento basilar no exercício profissional.

A fundamentação teórica permitiu-nos compreender o significado histórico da profissão no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista brasileira e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

Para tanto, partimos das elaborações do debate de muitos autores, intelectuais, militantes políticos, e críticos, para que possamos aprender com elas/eles a decifrar e analisar a complexidade do exercício profissional da/o assistente social, considerando suas particularidades e as tensas relações entre o projeto ético-político profissional e o estatuto do assalariado em tempos de pandemia.

De forma preliminar, a tessitura dessa dissertação pode carecer de outras mediações, cabendo ampliar-se a partir de muitas outras elaborações teóricas, ainda assim, entendemos que o elaborado até aqui revela o percurso percorrido para responder os objetivos específicos quanto ao problema de pesquisa que aqui se sintetiza.

A pesquisa de campo permitiu ouvir as experiências dos sujeitos que atuaram diretamente com as/os usuárias/os dos CRAS no período em que ocorreu a pandemia (de 2020 a junho de 2022). Tal processo foi fundamental para compreender as questões estruturais e materiais que ocorreram no processo da reprodução do ser social.

A análise dos dados da pesquisa possibilitou conhecer as condições de trabalho da/o assistente social, bem como a forma com que a profissão vem sendo afetada na atual fase de acumulação do capitalismo, pela expansão da direita e pelo crescimento do conservadorismo de traços fascistas. A pandemia evidentemente agravou as expressões da

questão social, escancarando as desigualdades sociais, no entanto, não foi a causadora dessas mazelas.

No segundo capítulo, debatemos sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo, discutindo sobre a categoria trabalho em Marx, o trabalho no capital financeiro e as ofensivas do capital contra a classe trabalhadora brasileira e seus direitos. O capítulo abordou ainda sobre o Serviço Social enquanto profissão e as desregulações que o capital vem instituindo nas relações sociais e no âmbito do trabalho.

No terceiro capítulo, abordamos a pandemia no cenário brasileiro. A pesquisa revelou como o Brasil e o mundo encontravam-se e as mutações ocorridas com a chegada da pandemia da Covid-19. O capítulo evidenciou a inserção das novas tecnologias no âmbito do trabalho, a transformação no modo de produção capitalista e os impactos sociais, econômicos e políticos na vida da classe trabalhadora e seus rebatimentos.

No quarto capítulo, discorremos sobre as Políticas Sociais brasileiras no contexto de pandemia da Covid-19, elucidamos o contexto histórico em que o país encontrava-se no âmbito da calamidade pública da pandemia ocasionada pela Covid-19, problematizando a forma pela qual o país vinha sendo conduzido diante do acirramento das desigualdades sociais. Apresentamos um panorama sobre o município de Sorocaba, o formato que se encontrava constituído os equipamentos que ofertavam a Proteção Social Básica e as ações municipais frente à crise sanitária.

E no último capítulo, a partir dos eixos analíticos foram estabelecidas as sínteses provisórias. O debate centrou-se sobre os impactos nas condições de trabalho de assistentes sociais nos CRAS frente à pandemia. Descrevemos as requisições e as demandas dirigidas aos profissionais no cotidiano profissional pela política de assistência social frente ao cenário pandêmico, bem como evidenciamos as respostas das/os profissionais construídas a partir das demandas e requisições.

Por meio da pesquisa, foi possível identificar os impactos nas condições de trabalho da/o assistente social nos CRAS, em Sorocaba frente ao contexto pandêmico. A análise dos dados da pesquisa possibilitou a constatação de como o exercício profissional vem sendo afetado pela nova morfologia do trabalho e pelas contrarreformas do Estado.

A revisão bibliográfica nos concedeu embasamento técnico-científico e o Projeto Ético-Político como elemento basilar.

A pesquisa de campo sinalizou o ordenamento das políticas sociais e as condições que o exercício profissional vem se expressando.

No que concerne à identificação profissional das/os assistentes sociais, a pesquisa evidenciou que a profissão é constituída majoritariamente por pessoas do sexo feminino. A pandemia fez com que um maior número de pessoas permanecessem mais tempo no âmbito doméstico, avolumando as atividades desenvolvidas no lar. A ordem patriarcal ainda hoje presente na sociedade brasileira responsabiliza a mulher pelas tarefas domésticas e cuidados dos filhos.

Evidenciou-se que a pandemia potencializou a sobrecarga de trabalho das mulheres. O trabalho remoto inseriu situações particulares e agudas na precarização do trabalho da/o assistente social, a mulher trabalhadora tem dupla jornada, fora e dentro do ambiente doméstico, de modo a ser vastamente explorada pelo capital. Na sociedade capitalista, o trabalho doméstico na reprodução da força de trabalho é um dos que mais contribui com a produção da mais-valia.

Assim, as políticas sociais são voltadas à programas focalistas, responsáveis por gerenciar os sistemas das condicionalidades dos programas sociais, têm por finalidade controlar e penalizar as famílias. O formato padronizado facilita o atendimento, entretanto realizada sem nenhum senso crítico, desconsiderando a dimensão ético-política reproduz o Estado repressor.

O modelo produtivo capitalista vem exigindo cada vez mais que as/os assistentes sociais sejam polivalentes, flexíveis, de modo que todas/os profissionais podem atender independente da formação acadêmica. As condições de trabalho, os salários degradantes e a cobrança por metas, produtividade e assédio moral realizados pelos gestores, têm levado as/os profissionais ao adoecimento.

De acordo com os dados da pesquisa, foi possível identificar que, no cotidiano, as/os assistentes sociais são tensionadas/os pelas requisições conservadoras, as demandas advindas da classe trabalhadora passam a ser consideradas pelo governo como individuais, descoladas dos fenômenos sociais.

Nota-se que os atendimentos à população estão vinculados aos critérios econômicos, a seletividade requisitada pelo empregador desconsidera as condições objetivas dos usuários do serviço, corroborando para que o acesso aos direitos sociais seja tratado como benefícios concedidos através da política social.

Quanto à qualificação das/os assistentes sociais, a maioria possui especialização, denotando assim o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual.

O fazer profissional se realiza com a forma que a/o assistente social o incorpora, compreende o significado do seu trabalho, da forma que interpreta a profissão, as intenções de suas ações e das fundamentações que empreende para ratificar suas atividades e nortear o exercício profissional.

Assim, é crucial que a/o assistente social tenha capacidade para desvendar criticamente os espaços ocupacionais, para enfrentar os desafios postos frente os tensionamentos dos projetos partidários e político-institucionais.

Nota-se de um lado a defesa dos direitos sociais universais e de outro o investimento acentuado na mercantilização e refilantropização, gerando prejuízos às relações e condições de trabalho da/o profissional.

Conforme mencionamos, o Estado é o maior empregador das/os assistentes sociais, a/o profissional é reconhecida/o pelo trabalho realizado nas políticas sociais, dentre suas atribuições planeja e desenvolve ações que também a/o colocam em uma perspectiva dos direitos humanos e sociais, identificando a condição social dos trabalhadores, bem como as estratégias construídas para resistir e sobreviver diante das mazelas do capital.

Nessa conjuntura, a/o assistente social também tem seu exercício profissional afetado em detrimento da escassez dos recursos materiais, de EPIs, com a insuficiência de recursos humanos, precárias estruturas físicas dos prédios e intensificação do ritmo do trabalho. A reestruturação produtiva no Brasil favoreceu a terceirização, as subcontratações e a redução dos salários, atingido a classe trabalhadora como um todo.

Identificou-se com a pesquisa que, no período de maior índice de contágio pelo vírus da Covid-19, as/os assistentes sociais realizaram atendimentos domiciliares para concessão de benefícios eventuais, e buscas ativas visando estabelecer contato com as famílias mais vulneráveis que não possuam nenhum recurso para se comunicarem com os serviços.

A pesquisa desvelou que a modalidade de trabalho *home office* já estava instaurada antes de iniciar a pandemia. Com a chegada da doença ao país, passou a ser utilizado em longa escala nos mais diversos setores do mercado de trabalho. A categoria profissional não ficou isenta/o dos novos formatos de trabalho implantados. A Lei nº 14.442/2022 regulamenta o regime de teletrabalho ou trabalho remoto e nesse novo formato a/o trabalhadora/or fica submetida/o a prestar serviços por produção.

Conforme evidenciado, a inserção das TICs na Política de Assistência Social se ampliaram em razão dos atendimentos remotos, o uso do telefone celular, notebook, tablets foram os meios mais utilizados pela população.

Os espaços utilizados pelas/os profissionais para os atendimentos remotos durante o período pandêmico trouxeram prejuízos em relação ao sigilo, além da preocupação com o sigilo no espaço institucional, ao realizar o atendimento remoto as/os assistentes sociais não tinham como ter controle se existia uma terceira pessoa manipulando, monitorando a/o usuária/o que estava sendo atendida/o.

O atendimento remoto cerceou o direito das pessoas que não possuíam aparelho telefônico, celular com a tecnologia compatível para baixar os aplicativos, dados móveis, wi-fi, bem como limitou as intervenções com as pessoas idosas, com a pessoa com deficiência e dos usuários que não possuíam informações para utilizarem as TICs.

O uso intensivo das TICs no exercício profissional da/o assistente social, se por um lado ampliou a força produtiva social do trabalho social, também ampliou a do trabalho da/o assistente social. As TICs têm contribuído para afastar os profissionais do contato direto com os sujeitos que são alvo primordial de seu exercício. “O trabalho burocrático de preenchimento de fichas, planilhas e relatórios ocorre em detrimento do trabalho educativo e de mobilização e organização popular” (CFESS, 2021, p.33). Para além de aprender a manusear as TICs, requisito imprescindível no mundo contemporâneo, faz-se necessário desvelar seu significado na reprodução contraditória da sociedade do capital.

A pesquisa demonstrou, através das falas das/os depoentes, o impacto das TIC nos processos de adoecimento, ocasionando o desgaste da saúde física e mental das/os trabalhadoras/os, em virtude das novas formas de gestão e controle do trabalho frente às plataformas digitais.

O exercício profissional ocorre pela intermediação do trabalho assalariado, desse modo a/o assistente social está subordinado às determinações do empregador. Nosso projeto ético-político é anticapitalista, no entanto, nosso trabalho é de reprodução capitalista, gerando uma tensão profissional junto ao capital.

A pesquisa apontou que as medidas econômicas e políticas demandadas pelo enfrentamento da crise estrutural corroboraram para a intensificação das desigualdades sociais, aumentando o desemprego, a fome, a falta de moradia etc.

Parafraseando a professora Mabel Torres (informação verbal, 2022), “o mesmo capitalismo que produz a riqueza, produz o pauperismo”. Portanto, não é a crise sanitária a responsável pela fome, pela miséria, pela mortandade, que em março de 2023 já

apontava o extermínio de 699.634 mil vidas, mas sim o caráter destrutivo do capitalismo, que favorece o enriquecimento de uma minoria em detrimento da exploração, da pauperização da maioria que produz a riqueza.

Conforme destacamos ao longo da dissertação, o exercício profissional da/o assistente social fica submetido ao poder do empregador, ou seja, um conjunto de determinantes que fogem do controle profissional e impõe limites na atuação. O avanço para a condução do trabalho conforme preconiza o projeto profissional exige estratégias político-profissionais, requer fortalecimento dos sujeitos coletivos, construção de alianças com a população, mobilização junto à sociedade civil, todos em prol dos mesmos princípios éticos e políticos.

Embora existam inúmeros desafios, a estabilidade no emprego da/os assistentes sociais enquanto servidoras/res estatutários é importante, uma vez que garante maior segurança, diminui a rotatividade das/os profissionais e preza pela qualidade dos serviços prestados à população.

Durante o período mais crítico da pandemia da Covid-19, as/os assistentes sociais tiveram a possibilidade de trabalhar no formato híbrido. As/os servidoras/es com 60 (sessenta) anos ou mais e as/os imunodeficientes e com doenças preexistentes crônicas, puderam desenvolver o trabalho integralmente remoto, de modo a resguardarem sua saúde. A garantia ao trabalho remoto integral também foi estendida as/os servidoras/res gestantes e lactantes, as servidoras com filhos de 0 (zero) a 6 (seis) anos e as/aos servidoras/res que tinham filhos com deficiência.

Anseia-se que esse estudo possa contribuir com a categoria profissional no sentido de incitar a produção do conhecimento na área do Serviço Social, retomando os trabalhos com a população, transformando as queixas dos usuários em demandas, desenvolvendo ações educativas, organização popular, articulação junto aos movimentos sociais e organizações sindicais.

Espera-se que essa pesquisa estimule a/o assistente social no fomento de pesquisas e debates que desvelem o cotidiano da classe trabalhadora, suas culturas, e suas particularidades históricas, para tanto, necessita de um olhar atento às mudanças significativas ao longo da história. Tais conhecimentos permitem o desenvolvimento de ações efetivas ao segmento subalternizado. Para tanto, faz-se necessário consolidar campos de estudos na área do Serviço Social, a educação permanente no intuito de encontrar alternativas coletivas para o

enfrentamento das situações apresentadas a partir da experiência vivencial no exercício profissional

A pesquisa evidenciou que as estratégias que precisam ser construídas para enfrentar as situações apresentadas em relação ao exercício profissional, extrapolam as vontades e decisões individuais e o compromisso político do profissional.

Identificou também que, a fim de que as propostas citadas acima tenham validade e sustentação no cotidiano profissional, é necessário que o debate acerca do exercício profissional e das condições de trabalho posta as/os assistentes sociais perpassem pela discussão das condições objetivas e subjetivas de trabalho a fim de que não se reproduza um discurso esvaziado e inócuo.

É importante ressaltar que já existem publicações que debatem a temática sobre as condições de trabalho da/o assistente social no âmbito do CRAS, bem como as consequências ocasionadas pela pandemia à sociedade e para a classe trabalhadora como um todo. Sem pretender esgotar o tema, essa dissertação buscou apresentar os impactos nas condições de trabalho de assistentes sociais nos CRAS do município de Sorocaba frente à pandemia.

O processo de investigação realizado por meio da pesquisa oportunizou à pesquisadora desenvolver e aprimorar sua capacidade analítica para que o objeto de estudo pudesse ser apreendido, interpretado, desvendado em sua essência.

O contato com os sujeitos da pesquisa possibilitou problematizar o exercício profissional das/os Assistentes Sociais, no sentido de, além de compreendê-los, também em refletir sobre estratégias interventivas para enfrentamento das expressões da questão social evidenciadas no decorrer da tessitura desta dissertação.

A pesquisa científica realizada propiciou à pesquisadora o alargamento do saber e qualificação para o exercício profissional, bem como refletir, conhecer, romper com quaisquer práticas discriminatórias e buscar pela construção de uma sociedade humanamente emancipada.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Elton Luiz da Costa et al. **ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS, DEMANDAS E REQUISIÇÕES: o trabalho do assistente social em debate**. Mesa Temática Coordenada: FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DE RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. XV ENPSS, 2016.

ANTUNES, Ricardo. Dez Teses e uma Hipótese sobre o presente (e o futuro) do Trabalho. In: **Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 247-261.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico: Mundo do Trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2022, recurso digital.

ANTUNES, Ricardo. **CORONAVÍRUS: o trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo, Boitempo, 2020, recurso digital.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo, Boitempo, 2018, recurso digital.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 101-117.

ANTUNES, Ricardo. A explosão do novo proletariado de serviços. In: **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018 (recurso digital).

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza et al. **(DES) FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL EM TEMPOS DE AGUDIZAÇÃO DA POBREZA**. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 90-108, jan./jun. 2022.

ARREGUI, Carola. C; RAICHELIS, Raquel. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

BENGOA, Cristina. **A Economia Feminista: Um Panorama Sobre o Conceito de Reprodução**. Temáticas, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI Ivanete. A contra-reforma neoliberal e a política social. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, p.147-155, Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: Impactos sobre o orçamento Público e a Política Social. Org.: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Sirlene de Moraes. **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Minas Gerais: Navegando, 1ª edição eletrônica, 2020, p. 103-122.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.140, p. 66-83, jan./abr.2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Neoliberalismo, Ajuste Fiscal permanente e Contrarreformas no Brasil da Redemocratização**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS realizado no período de 2 a 7 de dezembro de 2018, Vitória-ES.

BELANDI, Caio. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. Agência de Notícias IBGE, 05 dez. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 09/06/2023.

BIAVASCHI, Magda; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane. **Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida**. Nexo, 17 abr.2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-%C3%A0-vida>. Acesso em 02/06/2022.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Pandemia, isolamento social e colapso global**. Revista Espaço Acadêmico, n. 211, mar./abr.2020, p. 168-178.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, SEPARAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO: contribuições para a análise do gênero das democracias**. POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, nº 53, junho/dezembro de 2020, p. 72-89.

BORGES, Lara Iara Gomes; SILVA, Alessandra Teixeira da Cunha. A garra da opressão: a exclusão digital de pessoas idosas e pessoas em situação de rua no contexto da pandemia. **VIII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul – SEPOME: (Novas) demandas e (novos) desafios em tempos de pandemia**. 08 a 10 de novembro, RS, UCPEL, 2021. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/sepome/>. Acesso em: 08 de jul. 2023.

BORGES, Rosimar Souza dos Santos; SILVA, Adriana Santos da. Distanciamento social e sobrecarga de trabalho: impactos na saúde da mulher. MOREIRA; GOUVEIA, [et al.] (Org). In. **Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2020, p. 148- 153.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **O Serviço Social na história: 40 anos de lutas e desafios**. Juiz de Fora: Revista Libertas, 2020, v.20, n.1, p. 21-37.

BOSHETTI, Ivanete Salete; RAICHELIS, Raquel; TEIXEIRA, Joaquina Barata; TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Brasília/DF, 2022.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Revista Katálysis . Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007.

BRASIL. Censo Demográfico. **Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE**. Diretoria de Pesquisas – DPE. Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>. Acesso em 05/02/2023.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação**. Brasília, 2014.

BRASIL. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. Ed., Brasília, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), p.60, 2011.

BRASIL. **CFESS está atento à defesa do SUAS**. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2005). **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Diálogos do cotidiano: Assistente social Reflexões sobre o cotidiano profissional**. Caderno 1, Brasília, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília

BRASIL. Ministério da Saúde. **RECOMENDAÇÃO Nº36, DE 11 DE MAIO DE 2020**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/>. Acesso em: 21/09/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20356-20-MS.htm. Acesso em 10/09/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial n.39: Doença pelo Coronavírus COVID-19**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2020/boletim_epidemiologico_covid_39.pdf. Aceso em: 12/05/2022.

BRASIL. Senado Federal. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em 16/05/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 15/09/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **RECOMENDAÇÃO Nº 036, DE 11 DE MAIO DE 2020.** Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 12/05/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Lei n. 8.742, Dez. 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2012.

BRASIL. **O Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social. Brasília.** 2º Seminário Nacional. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-2SeminarioAssistencia-Site.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social CRAS.** Brasília, p.72, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Por que dizer NÃO ao criança feliz.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-NotaPublicaCFESS-NaoAoProgramaCriancaFeliz.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. **Portaria da SNAS Nº 63, de 30 de abril de 2020** - Dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-63-de-30-de-abril-de-2020-254924958>. Acesso em: 03/12/2022.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Brasília (DF), 2016.

BRASIL. **Primeiro-damismo, voluntariado e a felicidade da burguesia brasileira!** Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301>. Acesso em: 22/11/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: CAMPELLO, Tereza; COSTA, Patricia Vieira da; FALCÃO, Tiago (Org.). **O Brasil sem miséria**, Brasília, MDS, 2014, 848 p.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução nº109, 2009.**

BRAVO, Maria Inês; MARTINELLI, Maria Lúcia; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; YAZBEK, Maria Carmelita. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.140, p. 05-12, jan/abr.2021.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania: a Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional.** SP/Editora 34 e Brasília: ENAP,1998, 368 p.

BRETTAS, Tatiana. Defender a vida é preciso, a economia não. In: MOREIRA; GOUVEIA, [et al.] (Org). **Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2020, p.11- 18.

CARDOSO, João Victor de Oliveira; HOEVELER, Rejane Carolina. **Conservadorismo, Neoliberalismo e Políticas Sociais na Contemporaneidade Latina-Americana.** Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 34-52, jan./jun. 2022.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL EM CRISE: o precariado como enigma contemporâneo.** Revista de Políticas Públicas, São Luís, ed. especial, p. 225-239, jul. 2014.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.** Revista Katálysis, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Panorama Social da América Latina 2020.** Santiago, 2021.

COSTA, F.L. da. **Condicionantes da reforma do Estado no Brasil.** In: MARTINS, P. E. M. e PIERANTI, O. P. (Org). Estado e gestão Pública: visões do Brasil contemporâneos. p. 133-158. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

COSTA, Fernanda S.; SILVA, Juliana G. B. Lima; TONELLI, Yasmim Nascimento. A precarização no mundo do trabalho e o impacto no cotidiano profissional das assistentes sociais no enfrentamento a Covid-19. LACERDA, L.E.P. (ORG). In. **Nos bastidores da linha de frente: lições históricas ao trabalho das assistentes sociais no enfrentamento a Pandemia da COVID-19.** Paco editorial, 2023. No prelo

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução: Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo, 2014, recurso digital.

EL PAÍS. **Mandetta é demitido por Bolsonaro.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-16/mandetta-e-demitido-por-bolsonaro.html>. Acesso em 24/05/2022.

FAERMANN, Lindamar Alves. **Teoria social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social.** Serviço Social em Revista, Londrina, v.18, n.2, p.34-51, Jan./Jun.2016.

FERREIRA, Gustavo; KRUGER, Caroline; MOREIRA, Paula; MOURA, Rosa; NAGAMINE, Líria; NUNES, Maria; PÊGO, Bolivar. **Pandemia e fronteiras brasileiras: análise da evolução da Covid-19 e preposições.** Brasília, IPEA, maio, 2020, Nota Técnica nº 16, p.60.

G1. **Especialistas discutem polêmica de totem religioso em Sorocaba, SP.** 29 Jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/06/especialistas-discutem-polemica-de-totem-religioso-em-sorocaba-sp.html>. Acesso em: 10/06/2013.

GOMES, Victor Leandro Chaves. A morte como projeto. In. GOMES; Rodrigo Lima R; LOLE, Ana; STAMPA, Inez (Org.). **Para além da Quarentena: Reflexões sobre crise e pandemia.** Rio de Janeiro: Mórula, p. 116-120, 2020.

GRUPO CCR. Sorocaba é considerada uma das cidades mais desenvolvidas do país. **G1**, 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/estrada-para-crescer/noticia/2021/05/11/sorocaba-e-considerada-uma-das-cidades-mais-desenvolvidas-do-pais.ghtml>. Acesso em: 20/02/2023.

GUERRA, Yolanda. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco. In. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** Org. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. São Paulo, Cortez, 2016, p. 487-309.

GUERRA, Yolanda. Desafios para o Serviço Social na Seguridade Social: Formação nas Políticas ou Para as Políticas Sociais?. In. **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos.** Org. LEITE, Janete Luzia; GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Campinas, Papel Social, 2019, p. 107 – 128.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de Assistentes Sociais. (Org.) HORST, Claudio H.M.; ANACLETO, Talita Freire M. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais.** Belo Horizonte: CRESS, 2023, p. 42-57.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Sorocaba.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sorocaba/panorama>. Acesso em: 12/02/2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Desemprego.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 02/11/2021.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 12. ed., São Paulo, Cortez, 2007.

JUNIOR, Alessandro Feitosa et al. **Logo após aprovação da Anvisa, governo de SP aplica em enfermeira a 1ª dose de vacina contra Covid-19 no Brasil.** G1 SP, São Paulo, 17 jan.2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/apos-aprovacao-da-anvisa-governo-de-sp-aplica-1a-dose-da-coronavac-antes-do-inicio-do-plano-nacional-de-vacinacao.ghtml>. Acesso em 10/05/2023.

LACERDA, Lélia Elis Pereira de; SAL, Fernanda Christina Versiani de. Dilemas históricos Subjacentes à pandemia de covid-19 e Desafios Ao trabalho da assistente social. LACERDA, L.E.P. (ORG). In. **Nos bastidores da linha de frente: lições históricas ao trabalho das assistentes sociais no enfrentamento a Pandemia da COVID-19**. Paco editorial, 2023. No prelo

Legislação Municipal de Sorocaba/SP. **Lista de normas cadastradas na categoria: Covid-19**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/sp/sorocaba/categorias/covid-19>. Acesso em 20/01/2023.

LUZIA, E.L.R.; LIPORONI, A.A.R.C. **Os impactos da pandemia da covid-19 na vida das famílias e a reorganização da política de assistência social**. In: Anais do V SERPINF e III SENPINF, 2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br>. Acesso em 22/05/2022.

MARQUES. Iranilda da Silva; MARANHÃO, Samara Santos Souza. **A pandemia da Covid-19: os desdobramentos do neoconservadorismo na atuação do assistente social**. Anais do V, SERPINF E III SENPINF, Editora.PUCRS.BR. out. 2020. Disponível em: <https://www.pucrs.br/eventos/inst/senpinf2020/>. Acesso em: 30/04/2022.

MARQUES, Rosa Maria. O CAPITALISMO FINANCEIRO E AS POLÍTICAS SOCIAIS: a nova face da contemporaneidade. In. **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. Org. ALBUQUERQUE. Valéria; RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares. São Paulo, Cortez, 2018, p. 108-124.

MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de valorização**. In: O Capital: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 255-275.

MARX, Karl. **Os limites da jornada de trabalho**. In: O Capital: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 305-309.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização**. In: Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857- 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 376-409 (recurso digital).

MEIRELLES, Dimária Silva e. **O conceito de Serviço**. Revista de Economia Política. São Paulo, Centro de Economia Política, 2006, v. 26, n.1, jan./mar.2006, p. 119-136. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VMnhc7zXJ8QHKGbKGhznwr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15/06/2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo, Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In. MINAYO M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 28 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In. MINAYO M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 28 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. São Paulo, Serviço Social & Sociedade, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

NERI, Filipe Silva; TORRES, Mabel Mascarenhas. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: os caminhos da formação e do trabalho profissional em tempo de pandemia. In. **O trabalho de assistentes sociais: entre tensões e desafios**. Org. BELLO; Marília Gonçalves Dal; COUTO, Eduardo Luís Couto; CRAVEIRO, Adriéli Volpato, MACHADO, Vanessa Rombola; SGORLON, Claudiana Tavares da Silva; TORRES, Mabel Mascarenhas Torres. Curitiba, Ed.CRV, 2022, p. 21-42.

NETTO, José Paulo. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1996, p.15- 30.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **África está no caminho para controlar a Covid-19 em 2022**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1779432>. Acesso em: 12/05/2022.

OPS. Organização Pan-americana de Saúde. **OMS declara emergência de saúde pública internacional para novo coronavírus**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/oms-declara-emergencia-de-saude-publica-internacional-para-novo-coronavirus>. Acesso em: 05/05/2022.

OPS. Organização Pan-americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 12/05/2022.

OPS. Organização Pan-americana de Saúde. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 12/05/2022.

OPS. Organização Pan-americana de Saúde. **OMS emite primeira validação de uso de emergência para uma vacina contra a COVID-19 e enfatiza necessidade de acesso global equitativo**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/31-12-2020-oms-emite-primeira-validacao-uso-emergencia-para-uma-vacina-contra-covid-19-e>. Acesso em: 12/05/2022.

OPS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021>. Acesso em: 05/05/2022.

PEREIRA, P. A. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (org.). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. p. 15-26.

PERET, Eduardo. **Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre**. Agência de Notícias IBGE, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais->

SANT'ANA, Raquel; RAICHELIS, Raquel; YAZBEK, Maria Carmelita. Questão Social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 207- 213, maio/ago. 2020.

SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira da. **O Método na teoria social de Marx: e o Serviço Social?**. Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

SANTINON, Eduardo. Clamor por Sorocaba abre comemorações do aniversário de 367 anos da cidade. **Agência Sorocaba de Notícias**. Sorocaba, 09 de ago. de 2021. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/clamor-por-sorocaba-abre-comemoracoes-do-aniversario-de-367-anos-da-cidade/>. Acesso em: 19/02/2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, 1ª edição, Cortez, 2013.

SILVA, Fernanda Lima, SANDIM, Tatiana Lemos; MAGRI, Giordano Morangueira; LOTTA, Gabriela. **O nível de rua na pandemia: a percepção de profissionais da linha de frente da assistência social sobre a implementação de políticas**. In: Fórum Perspectivas Práticas: Seção Especial COVID-19. Fundação Getúlio Vargas, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, set./out.2020.

SILVA, Marcos Antônio da; VENDRAMINI, Célia Regina. **As contrarreformas e a reprodução social na pandemia da Covid-19**. Revista Katálysis, Florianópolis, v.26, n. 1, p. 77-88, jan./abr., 2023.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **Disciplina de Serviço Social, condições de trabalho e instrumentalidade**. Informação verbal. Universidade Estadual de Londrina - UEL, em mar./2022.

TRIGGLE, Nick. **Reino Unido inicia vacinação em massa contra o coronavírus: como funciona e quem são os primeiros**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55228291>. Acesso em 12/05/2022.

Veja a cobertura completa de Jair Bolsonaro em Sorocaba. **Jornal Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, 13 de set./2022. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2022/09/700906-motociclistas-esperam-bolsonaro-no-aeroporto-de-sorocaba.html>. Acesso em 18/02/2023.

VELOSO, Renato. As potencialidades contraditórias das tecnologias da informação. Contemporânea, nº 9, 2007.

VICENTE, Damares. Serviço Social, Trabalho e Desgaste Mental. In. **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. Org. ALBUQUERQUE. Valéria; RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares. São Paulo, Cortez, 2018, p. 127-149.

YAZBEK, M. C. **O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social**. Argumentum, Vitória (ES), v. 8, n1, p. 6-13, jan/abr. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa: Um estudo sobre as Condições de Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS do Município de Sorocaba frente à Pandemia

Pesquisadora responsável: Fernanda dos Santos da Costa

Professora Orientadora: Dra. Melissa Ferreira Portes

Telefone para contato e esclarecimentos: (15) 98114-1721

O objetivo geral desta pesquisa foi estudar os impactos da pandemia nas condições de trabalho da/o assistente social nos CRAS do município de Sorocaba. Os objetivos específicos foram:

- identificar as mudanças ocorridas na dinâmica do exercício profissional de assistentes sociais;
- apontar as demandas apresentadas e as requisições dirigidas as/os assistentes sociais no seu cotidiano de atuação pela política de assistência social frente ao cenário pandêmico;
- mapear as ações e respostas profissionais construídas a partir das demandas e requisições.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, sendo permitido: recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações foram utilizadas somente para os fins dessa pesquisa e foram tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Informamos que o (a) senhor (a) não pagará nem será remunerado por sua participação.

Caso tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode contatar-nos: Fernanda dos Santos da Costa, Rua Batista Cepelos, 121, Vila Olímpia, Residencial Flor de Acácias, Sorocaba, SP, (15) 98114-1721 (fernanda.santos58@yahoo.com.br), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida 290 Robert Kock, nº 60, ou no telefone (43) 33712490.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada por você.

Sorocaba, _____ de _____ de 2022.

Pesquisador Responsável – Fernanda dos Santos da Costa

RG: 30.350.609-X

Afirmo que fui devidamente informada/o que poderei desistir de participar da pesquisa quando me convier. Esclareço ainda que fui devidamente informada/o de que não sofrerei qualquer tipo de punição ou mesmo de sanção por desistir de participar da pesquisa.

Informo ainda que fui devidamente esclarecida/o que a entrevista será gravada com a minha autorização e descartada após a transcrição no prazo de 24 meses.

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B - Entrevista com os sujeitos da pesquisa - Roteiro de Questões

I - IDENTIFICAÇÃO DA/O PROFISSIONAL:**1.1. Sexo:**

Feminino ()

Masculino ()

1.2. Faixa etária:

20 a 24 anos ()

de 25 a 34 anos ()

de 35 a 44 anos ()

de 45 a 54 anos ()

de 55 a 64 anos ()

mais do que 65 anos ()

1.3 Pertença étnico-racial (autodeclaração): _____**1.4 Religião (autodeclaração):** _____**1.5 Situação Conjugal:**

Solteira/o ()

Divorciada/o ()

União estável ()

Casada/o ()

Viúva/o ()

II - DADOS SOBRE A FORMAÇÃO:**2.1 Tempo de graduação:**

() recém formado (até 1 ano)

() de 1 a 5 anos

() de 6 a 10 anos

() de 11 a 15 anos

() 16 a 20 anos

() de 21 a 25 anos

() mais de 25 anos

2.1.1 Modalidade do Curso:

Presencial ()

Ensino a distância ()

2.1.2 Titulação:

Especialização: _____

Mestrado: _____

Doutorado: _____

Pós-doutorado: _____

2.1.3 Em que área de conhecimento realizou especialização, e/ou mestrado, doutorado? _____

III - CONDIÇÕES OBJETIVAS E RELAÇÕES DE TRABALHO

3.1 Possui mais do que um vínculo empregatício na área do Serviço Social?

Sim ()

Não ()

3.2 Os espaços sócio-ocupacionais ficam no mesmo município?

Sim ()

Não ()

3.3 Qual a natureza do segundo Vínculo Empregatício:

Pública Estadual ()

Pública Federal ()

Privada ()

Terceiro Setor ()

Autarquia ()

Economia Mista ()

Cooperativa ()

Outra: _____

3.4 Jornada de Trabalho na prefeitura de Sorocaba:

30 horas ()

40 horas ()

Outros: _____

3.5 Tipo do Vínculo Empregatício na prefeitura de Sorocaba:

() estatutário () CLT

outros (especificar por extenso): _____

3.6 Faixa salarial:

- um salário mínimo
- de dois salários mínimos a quatro salários mínimos
- de quatro salários mínimos a seis salários mínimos
- de seis a oito salários mínimos
- de oito salários mínimos a dez nove salários mínimos
- acima de dez salários mínimos

IV - CAMPO DE TRABALHO: DEMANDAS, REQUISICÕES E SEGURANCA:

4.1 Está na coordenação, ou esteve?

Sim

Não

Se a resposta for sim, há quanto tempo?

- menos de 6 meses
- de 7 meses a 1 ano
- de 2 a 3 anos
- de 4 a 5 anos
- mais de 6 anos

4.2 Trabalha neste CRAS há quanto tempo?

- menos de 6 meses
- de 7 meses a 1 ano
- de 2 a 3 anos
- de 4 a 5 anos
- mais de 6 anos

4.3 Trabalhou durante todo período de pandemia?

- no 1º semestre 2020
- no 1º e 2º semestre de 2020
- no ano de 2020 e 1º semestre de 2021
- no ano de 2020 e 1º e 2º semestres de 2021
- nos anos de 2020, 2021 e 1º semestre de 2022.

4.4 Se trabalhou, foi no mesmo CRAS?

sim

não

4.5 Durante a pandemia houve mudança de local de trabalho/CRAS?

sim

não

Se a resposta foi sim, por quanto tempo?

temporariamente

6 meses a 1 ano

1 ano a 2 anos

Por tempo indeterminado

4.6 A pandemia trouxe alteração na configuração dos serviços, dos programas e da política de Assistência Social?

sim

não

Se a resposta foi sim, descreva: _____

4.7 No contexto da pandemia (2020 a 2022) houve alteração das demandas e requisições no seu trabalho no âmbito do CRAS?

sim

não

Se sim, quais foram as alterações? _____

4.8 As requisições institucionais no contexto de pandemia (2020 a 2022) estavam previstas conforme a competência da/o assistente social na perspectiva do CRAS (Proteção Social Básica)?

Sim

Não

Se a resposta for não, quais foram/são as requisições?

4.9 A pandemia trouxe algum agravamento no exercício profissional da/o assistente social no CRAS

Sim

Não

Se a resposta for sim, quais foram

4.10 Em relação a ética e sigilo profissional, no processamento do seu trabalho a pandemia trouxe alguma limitação, quais?

4.11 No contexto pandêmico houve desafios na execução do exercício profissional

Sim ()

Não ()

Caso a resposta seja sim, quais foram os desafios

4.12 No contexto pandêmico houve algum tipo de limitação no exercício profissional

Sim ()

Não ()

Caso a resposta seja sim, quais foram as limitações

V - CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL:

5.1 O contexto pandêmico trouxe alguma interferência na sua saúde mental?

() sim

() não

Se a resposta for sim, qual? _____

5.2 Vivenciou alguma situação de sofrimento neste íterim?

() sim

() não

Se a resposta for sim, qual? _____

5.3 Foi necessário afastamento de trabalho para cuidar da saúde?

() sim

() não

Se a resposta for sim, quanto tempo? _____

5.4 Durante a pandemia precisou fazer uso de medicamentos? _____

5.5 Em relação a Covid-19 foi contaminada/o pelo vírus?

sim

não

Se a resposta for sim, quantas vezes? _____

5.6 O órgão gestor ofertou os equipamentos e proteção individual (EPIs) desde o início da pandemia?

sim

não

Quanto tempo demorou para o fornecimento dos EPIs ? _____

5.7 Neste período pandêmico você se sentiu segura/o para executar o trabalho?

5.8 Quanto tempo demorou para ter acesso a vacina?

1 ano

1 ano e 3 meses

1 ano e 6 meses

5.9 No auge da pandemia houve trabalho híbrido?

sim

não

Se a resposta for sim, qual foi a estrutura fornecida pela instituição quanto ao fornecimento de equipamentos (notebook, celular)? _____

5.10 E como você avalia este período pandêmico no trabalho? _____

ANEXOS

ANEXO A – Autorização Secretaria da Cidadania – SECID

ANEXO B - Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos